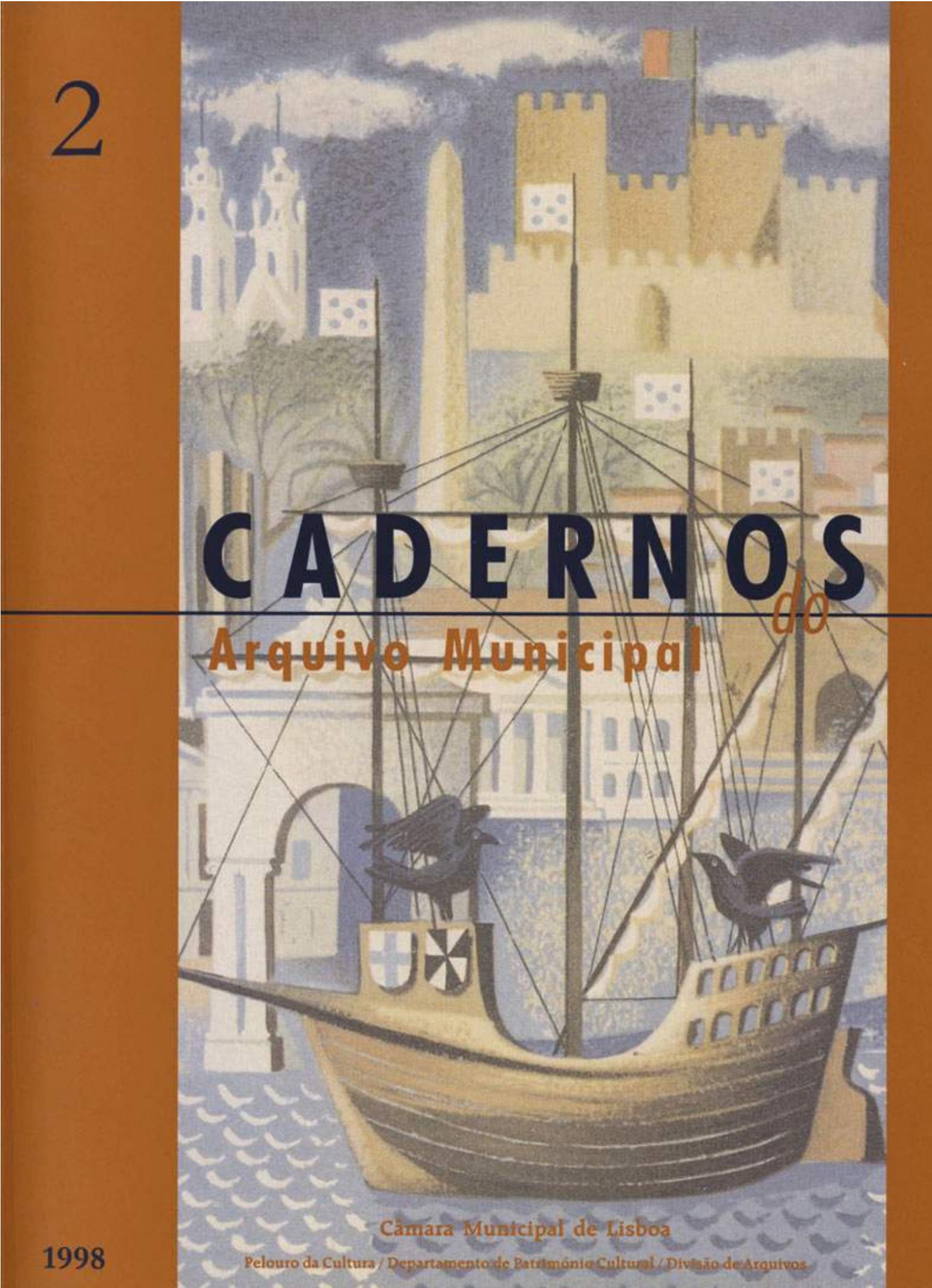


2

The background of the cover is a stylized illustration. In the foreground, a wooden sailing ship with two masts and rigging is shown on a blue sea with white, scalloped waves. Two dark birds are perched on the ship's deck. The ship's hull features a shield with a cross and a smaller shield with a cross and a dot. In the background, a cityscape is visible, featuring a large yellow castle with crenellations and a blue tower, and a white church with a tall spire. The sky is a mix of blue and white. The title 'CADERNOS' is written in large, bold, dark blue letters across the middle of the image. Below it, 'Arquivo Municipal' is written in a smaller, brown, serif font. The word 'do' is written in a small, orange, cursive font to the right of 'Arquivo Municipal'.

CADERNOS
Arquivo Municipal *do*

1998

Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura / Departamento de Património Cultural / Divisão de Arquivos

CADERNOS

Arquivo Municipal *do*

CADERNOS^{do}

Arquivo Municipal
Nº 2 - 1998

Propriedade

Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Cultura
Departamento de Património Cultural
Divisão de Arquivos

Direcção

Inês Morais Viegas

Coordenação

Francisco Matos
Maria de Lurdes Ribeiro

Redacção

Ana Caessa
Arménio Tojal
Francisco Matos
Inês Morais Viegas
Jorge Mangorrinha
Lurdes Vaz
Maria de Lurdes Ribeiro
Miguel Gomes Martins
Nuno Campos
Vasco Brito
Zita Escudeiro

Design Gráfico

Margarida Aires Barros
Marília Afonso Lopes

Fotografias

José Luís Neto
Luís Fradinho

Capa

Desenho de Carlos Ribeiro para
as Comemorações Centenárias
da conquista de Lisboa (1947)

Impressão

António Coelho Dias, S.A.

Pré Impressão

Jacinto Guimarães, Lda

Tiragem

1 500 exemplares

Depósito Legal

118903/97

ISSN:

0873-9870

Apresentação Maria Calado	7
Editorial Inês Morais Viegas	9
O Alqueidão de Lisboa durante a Idade Média. Contributos para o seu estudo, Miguel Gomes Martins	10
Marcas de Água do Arquivo Municipal, Arménio Tojal, Inês Morais Viegas	42
A Contribuição Municipal do Donativo: a História e os Documentos, Ana Caessa	58
O Cais de Belém na Documentação do Arquivo Municipal de Lisboa, Lurdes Vaz	92
O Urbanismo Pombalino: As Praças Públicas. Os Chafarizes, Maria de Lurdes Ribeiro	98
O Pelouro de Incêndios da extinta Câmara Municipal de Belém (1861-1885): uma perspectiva introdutória, Francisco Matos	114
Memórias dos Banhos Termais de Lisboa. Pelas imagens dos lugares onde outrora brotavam as águas e delas se fazia uso em estabelecimentos, Jorge Mangorrinha	122
Os Primeiros "Banhos de Mar" Infantis nas praias do Rio Tejo. Uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa da Primeira República, Nuno Campos	128
A Fábrica de Gelo da Junqueira, Vasco Brito, Zita Escudeiro	144

APRESENTAÇÃO

Apostada numa constante actividade de divulgação do espólio documental que se encontra sob tutela da Divisão de Arquivos, inserida no Departamento de Património Cultural, a Câmara Municipal de Lisboa dá à estampa o segundo número dos Cadernos do Arquivo Municipal. A aceitação demonstrada pelo público relativamente ao primeiro número faz-nos acreditar no interesse crescente pelos estudos olisipográficos, interesse este patente também face a outras publicações, iniciativas de debate e exposições ligadas ao valioso acervo dos arquivos da cidade administrados pela autarquia. neste sentido, os Cadernos do Arquivo Municipal são uma aposta no conhecimento da História de Lisboa e por conseguinte, na divulgação, junto de investigadores, estudantes e público em geral, dos documentos que permitem o seu estudo.

A edição de uma publicação de carácter anual dedicada a esta problemática insere-se no quadro das iniciativas do Pelouro de Cultura. No momento em que se programa a instalação dos arquivos em espaço próprio condigno, a reorganização dos fundos arquivísticos é também uma prioridade.

Ao mesmo tempo que se têm implementado as actividades de conservação e aquisição de novos espólios, a divulgação destes e da investigação em curso assume particular importância. São objectivos da Política Cultural do Município não só preservar adequadamente e aumentar os fundos documentais, mas também promover a investigação interna e em parceria com universidades e centros de estudo e encontrar os meios para a respectiva divulgação. Só assim se poderá avançar com consistência e rigor científico na defesa do Património de Lisboa e, por conseguinte, motivar para uma melhor consciência de intervenção na cidade que todos os dias se faz com a memória do passado, a solidez do presente e o sonho do futuro.

Maria Calado
Vereadora da Cultura

EDITORIAL

Sendo o ano de 1998 um importante marco no debate sobre o futuro dos oceanos e dos recursos hídricos, os *Cadernos do Arquivo Municipal* resolveram associar-se a todo este ciclo de comemorações e de eventos culturais com a colaboração de um número exclusivamente dedicado à água, analisada sob diversas formas e vertentes, mas sempre sob o prisma da sua influência na cidade.

Desde os tempos mais remotos que Lisboa se relaciona com a água, quer através do Tejo, quer através do Oceano Atlântico. Talvez esta dinâmica esteja mesmo na sua génese, motivando a fixação de povos das mais diversas origens no local onde hoje se ergue a capital portuguesa. Tudo parece indicá-lo.

Grande parte das mutações sofridas no seu tecido urbano e social foram provocadas, em grande parte, directa ou indirectamente, pela relação cidade / rio e oceano, pelo que são constantes as referências documentais, urbanísticas e arqueológicas ligadas ao Tejo e ao Atlântico.

Deste modo, tal como este número dos *Cadernos do Arquivo Municipal* demonstram, muita da produção documental da cidade encontra-se marcada, das mais diversas formas, pela constante presença do tema "água", revelando formas diferentes e distantes no tempo de aproveitamento desse recurso de valor incalculável. A memória dessas práticas antigas poderá, mais uma vez, dar-nos pistas para uma melhor compreensão do futuro e da relação entre a cidade e a água.

Inês Morais Viegas

O Alqueidão de Lisboa

durante a Idade Média

Contributos para o seu estudo

Miguel Gomes Martins

Introdução Para muitos poderá parecer estranho, à primeira vista, a inclusão de um artigo sobre o Alqueidão num número dos Cadernos do Arquivo Municipal cujo tema é a Água. Contudo, esta relação nada tem de estranho. Muito pelo contrário. Os campos do Alqueidão, situados nas lezírias ribatejanas junto da Azambuja, devem a sua importância à fertilidade que lhes era conferida pelo Tejo e pelas camadas de sedimentos aluviais que as cheias deste rio depositavam naqueles terrenos baixos, pelo que o diálogo entre a terra e a água era, tal como hoje ainda sucede nessa zona ribatejana, permanente e essencial para a prática da agricultura.

O Alqueidão, se bem que já tenha sido por nós abordado, embora de uma forma sucinta¹, não foi ainda sujeito à análise que merece. A documentação disponível, o interesse do tema e a importância desta propriedade no contexto da Lisboa Medieval justificam um estudo mais profundo. Neste sentido, o que nos propusemos levar a cabo para este segundo número dos "Cadernos" foi, tal como o próprio título indica, uma abordagem das principais problemáticas relacionadas com o Alqueidão e cujos objectivos essenciais são, em primeiro lugar, dar a conhecer a documentação que se encontra à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa e que fornece elementos sobre o tema e, em segundo, abrir algumas perspectivas para que futuras investigações possam aprofundar as pistas que aqui lançamos.

A documentação do Arquivo relativa ao Alqueidão, se bem que limitada neste estudo ao espaço de tempo balizado pela conquista de Lisboa (1147) e pelo final do reinado de D. João I (1433), abrange um período que vai do século XIII até aos primeiros anos do século XX e encontra-se, maioritariamente, inserida no núcleo documental da *Casa Real e Igreja de Santo António*². Trata-se, no entanto, e apesar da sua vastidão (88 unidades de instalação), de um *corpus* documental omissos quanto a muitos dos temas aqui abordados³.

Aliada ao laconismo das fontes relativamente a aspectos como as origens do Alqueidão, suas dimensões e formas de exploração, a escassez de bibliografia sobre o tema, foi um dos principais obstáculos com que nos confrontámos durante a nossa pesquisa e que nos impediram de ir tão longe quanto era, inicialmente, nosso propósito.

O método expositivo por nós utilizado recorre permanentemente a excertos de alguns dos documentos consultados. Na transcrição desses documentos seguimos, de um

¹ Maria do Rosário Santos e Miguel Gomes Martins, "O Alqueidão de Lisboa durante a Idade Média", in *Agenda Cultural*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Dezembro de 1993, p. 14-15.

² É designado habitualmente, apenas, como Casa de Santo António, pelo que a partir daqui o passaremos a referenciar apenas desta forma.

³ Na sua maioria são códices dos séculos XVIII e XIX com informações sobre as "Merceeiras de D. Sancha".

modo geral, as *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos* do P^e Avelino de Jesus da Costa (3^a Edição, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993)⁴.

A localização. Em relatório apresentado em sessão de Câmara no dia 2 de Janeiro de 1864, o Presidente, Barão de Santa Engrácia, referia-se nos seguintes termos ao Alqueidão:

"A camara possui nos campos de Vallada a magnifica propriedade do Alqueidão, que se compõe de fertes e extensos terrenos de sementeira, com uma área de 3.823.655 metros quadrados, correspondentes à antiga medida de 76 moios e 11 alqueires de sementeira.

Um forte vallado ou tapada defende das cheias a porção maior e a mais importante d' esta propriedade, ficando outras terras da parte de fóra, mas adjacentes. Nas banquetas dos vallados e em diversos pontos há grande numero de oliveiras...⁵"

Esta zona, a *Balata* (Valada) dos muçulmanos, setecentos anos antes havia também sido descrita, entre outros, pelo geógrafo Edrici que, com bastante exagero, a apresentava da seguinte forma:

"De Lisboa, seguindo a margem do rio e dirigindo-se para oriente, a Santarém, contam-se 80 milhas. Pode-se ir por terras ou por água. No caminho estão os campos ditos de Balata. Os habitantes de Lisboa e a maior parte dos do Garbe dizem que o trigo que aí se semeia não fica na terra mais de quarenta dias e pode ser ceifado ao fim desse tempo. Acrescentam que uma medida rende 100, aproximadamente⁶".

Situado entre a Azambuja e Santarém, na margem direita do Tejo, junto a Valada, o Alqueidão era, na Idade Média, uma extensa propriedade agrícola pertença do concelho de Lisboa⁷. Era composta por diversas lezírias e herdades, como o Espanadal, as lezíria

⁴ Desdobraram-se as abreviaturas mas sem indicação das letras restituídas; a nasalção foi assinalada com til ou com *m* ou *n*; separaram-se as palavras indevidamente unidas e uniram-se os elementos separados da mesma palavra; actualizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas, do *i* e do *j*, do *u* e do *v*, consoante o seu valor de vogal ou de consoante; reduziram-se a simples as consoantes geminadas iniciais ou finais; na citação de textos já publicados utilizou-se, textualmente, a forma aí apresentada excepto no caso em que o *s* longo foi substituído pelo *s* actual.

⁵ Barão de Santa Engrácia, *Relatório apresentado pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Camara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Tipografia de M. da Costa, 1864, p.5.

⁶ Cit. por António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I, Geografia e Cultura, 2^a Edição, Lisboa, Caminho, 1989, p. 48.

⁷ Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV*, Separata da Revista Municipal, n.º 101-109, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1965-66, p. 71, Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao Século XIII*, Lisboa, Palas, s.d., p. 46 e Maria do Rosário Santos e Miguel Martins, "O Alqueidão de Lisboa durante a Idade Média", in *Revista Municipal, Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Dezembro de 1993, p. 14.

da Atalaia e de D. Constância, as herdades da Mercê, do Morteiro e da Pereira, entre muitas outras.

A localização precisa desta propriedade é-nos desconhecida. Porém, julgamos que se situaria em torno da actual Quinta do Alqueidão, a meio caminho entre as povoações de Valada e da Azambuja. Encontrava-se pois em plena zona das lezírias ribatejanas, confrontando, como nos é referido num documento trecentista, a sul com o rio Tejo, a norte com a Maçamura e a Leste com o reguengo de Valada⁸.

...parte descontra Santarem pelo reguengo meu de Valada, assim como se começa no Tejo e des i pelo canaveal que foi do Falle e acaba-sse na Macemuda e entestando no conchouso das donas de Chelas⁹ que ora he e que por este logar parte o termho de Lixbõa e o de Santarem¹⁰...

Quanto aos limites oeste, nada de concreto se sabe pois a documentação não deixa transparecer qualquer informação a este respeito. Todavia, e se bem que não existam ainda estudos sobre o termo de Lisboa¹¹, parece-nos que o Alqueidão seria, até 1385, um enclave da capital¹² cujas confrontações seriam os termos das vilas de Santarém e de Alenquer. Depois dessa data, com a doação de Alenquer e seu termo à cidade de Lisboa, o Alqueidão teria então passado a estar ligado directamente ao termo da cidade.

...primeiramente lhe damos e outorgamos [a Lisboa] por seu termho deste dia pera todo senpre a nossa villa d'Alanquer com todos seus termhos e aldeyas¹³...

O topónimo Alqueidão parece ter origem no vocábulo românico-moçárabe que designava paço ou casa¹⁴. Neste caso concreto talvez se refira ao *paaço d'Alqueidom*, mencionado

⁸ A toponímia regista, ainda hoje, a Leste da Quinta do Alqueidão, as povoações de Reguengo e de Valada.

⁹ O convento de Chelas era proprietário, em finais da Idade Média, de inúmeros bens nesta mesma zona. Sobre este assunto, cf. Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas-Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média: Património e Gestão*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 53-82.

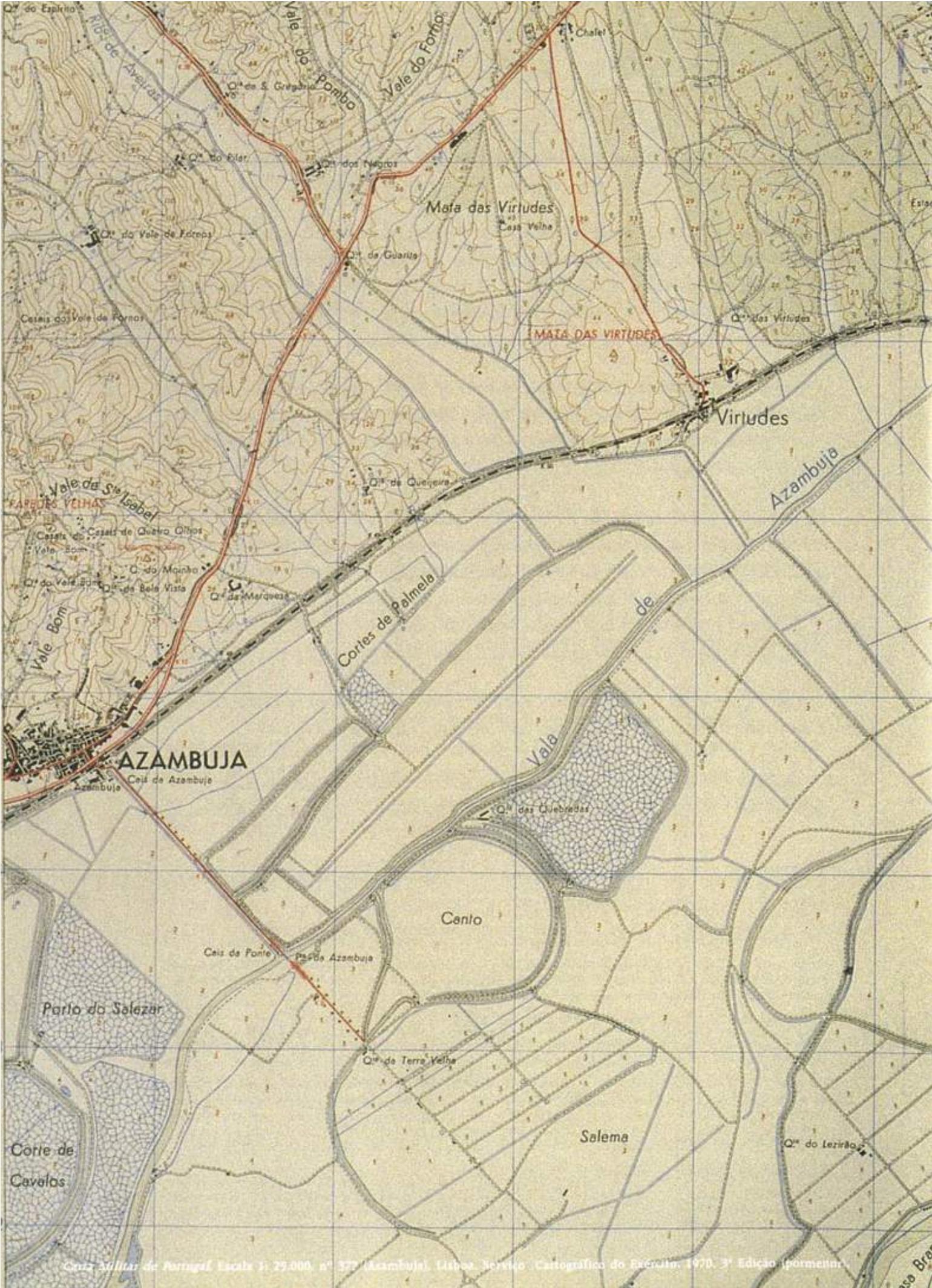
¹⁰ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 11, fl. 1

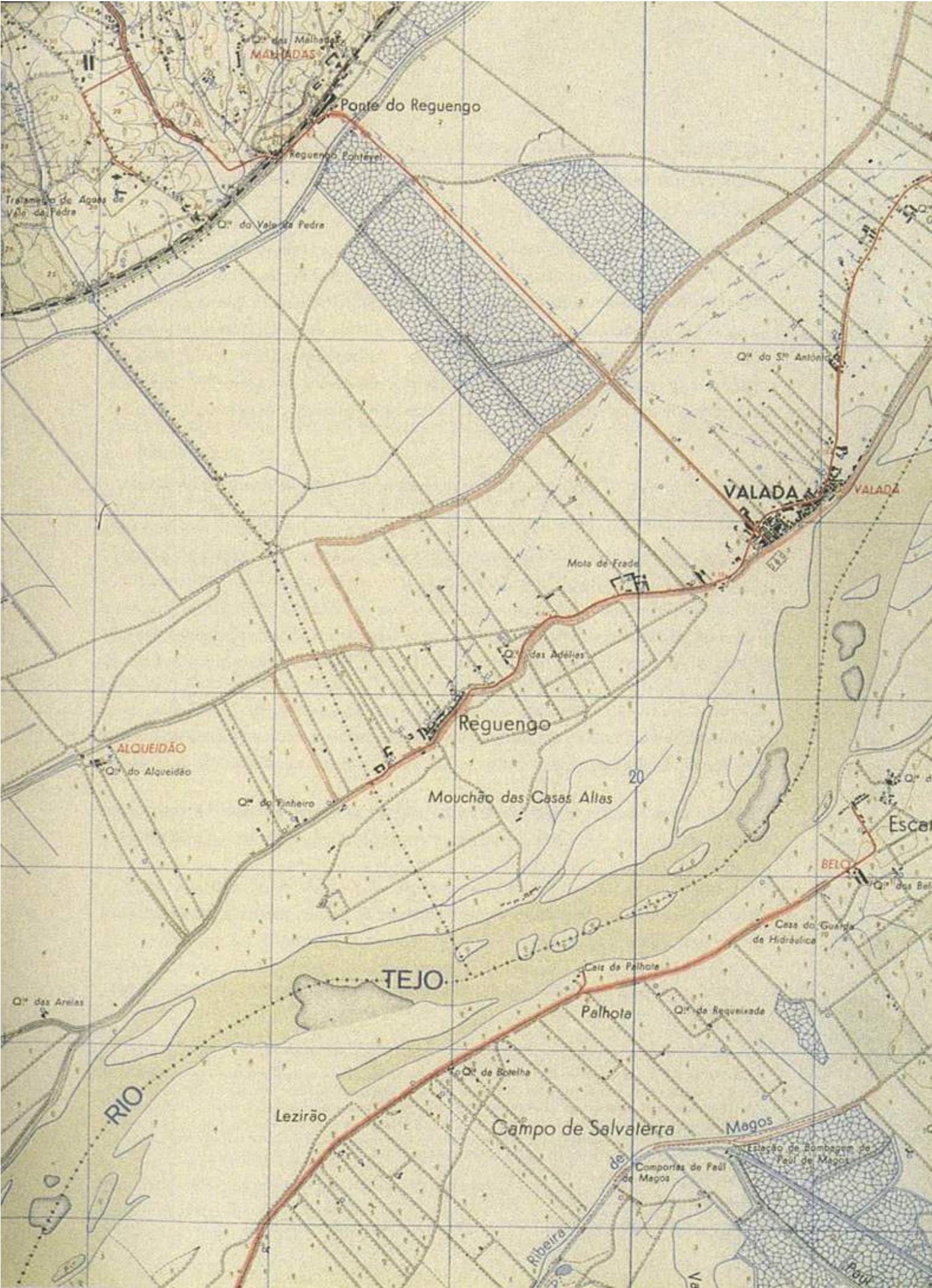
¹¹ Exceptua-se o trabalho de Augusto Vieira da Silva, "O termo de Lisboa", in *Dispersos*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 35 e ss.

¹² O extremo leste do termo de Lisboa, pouco iria além de Alhandra, como se verifica por um documento de meados do século XIV: Em 1358, o advogado Afonso Eanes de Almada, afirmava, a propósito de uma disputa sobre a jurisdição de algumas localidades na zona de Loures, que o termo de Lisboa *era pela Torre da Negra e pela Alhandra e que partia com termho da Arruda e que se hila per Monte Agraço e com Sintra e partia pela Pedra Furada e per Rio de Mouro e que se vinha ao mar* (A.H.C.M.L. - Coleção por organizar: Livro I de Sentenças, doc. nº 11, fl. 28).

¹³ A.H.C.M.L.-Chancelaria Régia: *Livro I de D. João I*, doc. nº 9.

¹⁴ Saúl António Gomes, "Grupos Étnico-Religiosos e Estrangeiros" in *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras-Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (Dir. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luis de Carvalho Homem), Lisboa, Presença, 1996, p. 346.





MALHADAS

Ponte do Reguengo

Reguengo Pontével

Q^{ta} do Vale da Pedra

Q^{ta} do S^{to} António

VALADA

VALADA

Mota de Frade

Q^{ta} das Adélias

Reguengo

ALQUEIDÃO

Q^{ta} do Alqueidão

Q^{ta} do Pinheiro

Mouchão das Casas Altas

20

Escar

BELO

Q^{ta} das Bel

Caza do Guarda de Hidráulica

TEJO

Cais da Palhota

Palhota

Q^{ta} da Requeixada

RIO

Lezirão

Q^{ta} de Botiha

Campo de Salvaterra

Megos

Comportas de Paul de Megos

Estação de Bombagem de Paul de Megos

Ribeira

VA

PAU

ainda numa carta régia datada de 1404¹⁵ e que corresponderia a uma estrutura apalaçada, concerteza que adaptada, anterior ao reinado de Afonso Henriques, estrutura essa que teria dado o nome à zona em que se encontrava implantada.

A *doação*. Se bem que nos dias de hoje não se conheçam com segurança os contornos que levaram a que esse terreno, vizinho de Santarém, viesse a pertencer ao concelho de Lisboa, é comum afirmar-se que esta situação se verificava, pelo menos, desde o reinado de Afonso Henriques, que teria doado o Alqueidão à cidade¹⁶. Esta era também a convicção de muitos dos homens que, em inícios do século XIV, ali ou nas proximidades viviam e/ou trabalhavam. Martim Esteves da Lapa, por exemplo, afirmava que

...ouvio dizer que El Rey Dom Afonso o primero rey dera ao concelho de Lixboa a herdade da Mercee¹⁷...

Por outro lado, Vicente Mendes, dito Marrão, era um pouco mais detalhado nas suas observações a este respeito quando dizia que

...ouvira dizer a seu padre Meem Marrão que El Rey Dom Affonssso o primeiro Rey que filhara a terra aos mouros dera aquela herdade de Valada aos cavaleiros pobres de Lixbõa¹⁸...

Porém, nem todos tinham essa noção tão vincada, tal como acontecia com João Peres, dito Franco. Este ouvira apenas

...dizer aos lavradores e geentes da terra que El Rey Dom Afonso nom sabia qual fezera doaçom da herdade de Valada que chamam do Alqueidom ao concelho de Lixbõa pera os pobres¹⁹...

Contudo, Geraldo Eanes revelava ainda um maior desconhecimento relativamente ao rei que havia feito essa doação.

...ouvira dizer que huum Rey nom sabia como avia nome fezera a doaçom daquela herdade²⁰...

¹⁵ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, Doc. n.º 18. Nada se sabe quanto ao paço do Alqueidão. O paço do Alqueidão ainda existia em inícios do século XVI (A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. n.º 40). Apesar da proximidade, não deve ser confundido com o paço real de Valada.

¹⁶ Gerard Pradalié, *op. cit.*, p. 46.

¹⁷ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. n.º 11, fl. 3.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 11, fl. 6.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 11, fl. 4.

²⁰ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 11, fl. 9.

Alguns desses indivíduos chegavam mesmo a afirmar ter visto o traslado de um diploma régio que doava o Alqueidão ao concelho de Lisboa para que fosse distribuído pelos pobres da cidade.

...[João da Arruda] *disse que vira hũa carta velha d´El Rey Don Afonso mais nom sabia bem de certo se era do primeiro se d´outro en que era conteuda a dicta doaçom e que dava beençom aos filhos e aos que del veessem que a guardassem e maldiçom aos que a nom guardasem*²¹...

Domingos Peres Talha, por exemplo, ouvira também dizer que

...*eram ainda conteudo no privilegio muitas maldições aos que a erdade enbargassem aa dicta mercee*²²...

Vários são os historiadores que fazem remontar a posse do Alqueidão a períodos ainda mais recuados. Eduardo Freire de Oliveira, por exemplo, é claro ao escrever que "o concelho de Lisboa já possuía [o Alqueidão] muito antes da existência de Portugal como nação livre e independente"²³. Esta era igualmente a opinião de alguns dos homens que, em 1316, aceitaram prestar o seu depoimento para uma inquirição que D. Dinis mandou fazer, precisamente, sobre os limites dessa mesma propriedade.

...[Martim Nicolau da Azambuja] *disse que ouvio dizer senpre aas gentes e aos que foron ante el e mais velhos ca ele que a herdade que chamam da Mercee que fora do tempo dos mouros da Mercee e que fora dada aos cavaleiros pobres pera taleygas pera cevada pera os cavalos assi no tempo dos mouros come dos christãos*²⁴...

Outros, como era o caso de Domingos Peres, dito Maduro, procuravam ser muito mais pormenorizados nas suas afirmações.

...*Duram das Vacas e com outros lhi disserom que forom na filhada de Lixboa e de Santarem e que lhis ouvira dizer que El Rey Almançor que era senhor de Santarem e de Lixbôa e que corria e defendia a terra e que os cavaleiros pobres de Lixbôa a começaram a filhar e a aronper pera cevada pera os cavalos pera defender a terra e que entom o rey mouro lhe la dera e outorgara pera cevada pera taleigas pera seus cavalos*²⁵...

²¹ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 9.

²² Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. I, Lisboa, Tipografia Universal, 1882, p. 197-198. Na sua esteira, Maria Teresa Campos Rodrigues afirma também que "o concelho de Lisboa possuía [...] desde o domínio sarraceno, uma propriedade denominada Alqueidão (Maria Teresa Campos Rodrigues, *op. cit.*, p. 71)

²³ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 11, fl. 2.

²⁴ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 7.

Alguns, certamente que para reafirmar ainda mais os direitos da cidade de Lisboa relativamente ao Alqueidão, faziam recuar ainda mais essa mesma posse.

...os homeens anciaãos ouvyron senpre dizer a seus padres e a seus avoos e aos outros homeens antigos que de tempo dos romaãos e do tempo dos mouros fora dado aquel herdamento aos pobres de Lixbõa por esmolua²⁶...

Todavia, outros eram aqueles que davam explicações bastante mais fictícias, baseadas certamente num imaginário popular que, actualmente, nos escapa. Mateus Fernandes, por exemplo,

...ouvira dizer que Dom Lis e Dona Bona que pobraram Lixbõa derom a herdade que chamam de la Pereyra a fundo contra Lixbõa aos pobres de Lixbõa...

O mesmo indivíduo, como que para reforçar a veracidade do seu testemunho, afirmava também que

... ouvira dizer que acharom hi carta de Dom Lis e de Dona Bona per que a derom aos pobres de Lixboa²⁷.

Um outro mito existente em torno da doação dessas terra é o que considerava D. Sancha Pais como tendo sido a doadora do paço do Alqueidão e parte dessas propriedades à cidade de Lisboa. Esta lenda, divulgada pelo menos no século XVI, encontra-se referenciada num diploma de D. Manuel, datado de 4 de Setembro de 1507, no qual o rei ordenava que se rezassem diversos sufrágios pela alma dessa senhora²⁸.

...comsiramdo nos como Dona Sancha dotou e leixou a esa çidade o paço do Allqueidam que he atraves de Samta Maria das Vertudes com muytas terras no campo jumto com o dito paço²⁹...

Torna-se assim difícil, face ao mutismo da documentação e ao estado actual do conhecimento, confirmar as origens da posse do Alqueidão por parte do concelho de Lisboa. Todavia, tudo parece indicar tratar-se de um privilégio que remonta, pelo menos,

²⁶ Idem, *Ibidem*, doc. nº 7.

²⁷ Idem, *Ibidem*, Doc. nº 11, fl. 12. Sobre esta lenda (?!), cf. Maria do Rosário Santos e Miguel Gomes Martins. "D. Lis e Dona Bona-Fundadores de Lisboa?", in *Agenda Cultural*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Setembro de 1993, p. 21-22.

²⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, Vol. I, p. 198.

²⁹ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro 1 do Alqueidão*, doc. nº 40.

aos anos que se seguiram à conquista de Lisboa (1147), mas que pode perfeitamente, nada o parece contrariar, recuar ao período muçulmano.

A gestão. Desde cedo que o Alqueidão estava destinado a ser distribuído pelos cavaleiros pobres de Lisboa. Os indivíduos interrogados para a já atrás mencionada inquirição de 1316³⁰ foram praticamente unânimes ao afirmar, como João Tostão,

...que El Rey o primero Afonso dera aquela herdade de Valada que chamavam da Mercee aos cavaleiros pobres de Lixbõa pera taleigas e que assy o dera o Rey dos mouros quando a terra era dos mouros³¹...

O mesmo era veiculado, entre muitos outros, pelo depoimento de Pedro Maseiro,

...que ouvio dizer que en tempo dos mouros o Rey que avia en Lixbõa dera aquela herdade que chamam da Mercee aos cavaleiros pobres que nom aviam herdamentos que lavrassem pera cevada pera os cavalos e que o Rey christão que veera apos ele a dera ao concelho pera os pobres que nom houvessem herdades en que lavrassem³²...

Parece assim ser ponto assente que o Alqueidão era, desde tempos bastante recuados, dividido anualmente em courelas que eram, seguidamente, distribuídas pelos lisboetas que tivessem poucos recursos económicos. Para que tal se processasse de uma forma ordeira e tão justa quanto possível era necessário um trabalho prévio de rastreio dos indivíduos que necessitavam desse auxílio³³. Seguidamente, a propriedade era dividida em talhões, como o parecem comprovar as palavras de Domingos Sancheiro:

...porguntado do IIº artigo disse que el vira partir essa herdade que chamam da Mercee ao alcaide e aos alvaziis e aos tabeliões de Lixbõa e dar aos pobres³⁴...

Não há qualquer informação que permita ter uma noção, mesmo aproximada, do número de courelas em que o Alqueidão era retalhado. Contudo, é sabido que algumas dessas herdades eram convertidas em sete ou oito courelas, como acontecia com a Herdade de Valada.

³⁰ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11.

³¹ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 8.

³² Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 12.

³³ Eventualmente, seriam utilizados os “censos” levados a cabo para a atribuição de funções militares ou para o pagamento de obrigações fiscais.

³⁴ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 3.

...el [Domingos Peres Talha] veera hi a Valada com Vicente Fernandiz de San Lourenço de Lixbõa a partir a dicta herdade de Valada aos pobres (...) e que faziam ende aas vezes VII ou oyto coyrelas³⁵...

A distribuição dessas pequenas propriedades era então feita de acordo com os resultados do rastreio que havia sido feito, antes, na cidade de Lisboa.

...o alcaide e os alvaziis e tabeliom de Lixbõa viinham hi ao Alqueidom cada ano per mandado d'El rey Don Afonso padre d'El Rey Don Denis e que trariam scriptos os nomes dos pobres a que aviam a dar a herdade e que a davam aos pobres e aos filhos e mancebos³⁶...

Por vezes, talvez em períodos mais recuados, o sistema utilizado para a atribuição dessas terras assumia uma forma bastante diferente daquela que acabámos de descrever o que é atestado pelo depoimento de Martim Nicolau da Azambuja.

...disse que ouvira muitas vezes apregoar en Lixbõa e no Alqueidam de Lixbõa dizendo o pregoero que os que nom ouvessem herdamento de seu que fossem a Valada aa herdade da mercee e que lhis dariam sas coyrelas que lavrassem e que vyra hi vyr ao Alqueidam o alcaide e os alvazys e o tabeliom de Lixbõa e que davam as coyrelas aos pobres que nom aviam herdade de seu que lavrassem e aos seus filhos e aos seus mancebos³⁷...

Em alturas como estas dever-se-ia assistir a uma autêntica corrida em busca de terrenos no Alqueidão, terrenos esses que se revelariam, naturalmente, em número manifestamente inferior ao dos que demandavam essas paragens.

...[Vicente Mendes dito Marrão] ouvira dizer que veeram hi tantos ppeos pobres que das coyrelas que lhis davam nom lhis acaecia ende senom seulhos mangos ? d'eixada e que se juntavam quatro com sanhões mais e que deitavam as coyrelas en huum e que as cavavam e gradavam per seus corpos en tal que nom levarem delas jugada³⁸...

Era também frequente, se não mesmo regra, a atribuição destas courelas através do sistema de sorteio.

³⁵ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 10.

³⁶ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 5.

³⁷ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 2.

³⁸ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 6.

...[Estêvão Domingues Dito Pousão] *disse que a vira [à Herdade da Mercê] partir aos de Lixbôa per muitas vezes e deitar sortes sobrelas partições que faziam*³⁹...

Desses indivíduos, nem todos iriam explorar directamente as propriedades que lhes eram atribuídas.

*...se juntavam dous e dous e tres e tres e davam a lavrar aquela herdade que lhis davam e que partiam o pam antre si dela*⁴⁰...

De entre todos quantos exploravam, no Alqueidão, propriedades concelhias, destacava-se o convento de S. Vicente de Fora. Esta importante instituição lisboeta era detentora, a título de esmola, de uma courela concedida, pelo menos, desde inícios do século XIV, tal como nos é confirmado por um documento concelhio datado de 1321 e no qual se lê:

*...os que ante nos foram ouverom por bem que o priol e o convento do dicto logo [de São Vicente de Fora] tevessem hũa coyrela d´erdade em esmolla do concelho e o dicto priol e convento veerom a pedir ao concelho que aquela esmolla que os que ante nos foram lhis fizeram que lhiiera ora muito mester e que pediam por mercee ao concelho que tevessem por bem de lha fazer*⁴¹...

Esta courela encontrava-se no canto nordeste do Alqueidão, junto das divisões dos termos de Lisboa e de Santarém.

*...estes son os termhos a avrego Sancha Peres ama d´El Rey e ao levante Joham Lourenço vezinho de Santarem aguiom a Mecemuda e entesta com as donas d´Achelas*⁴²...

Numa altura que não nos é possível precisar mas que ronda, certamente, os finais do século XIV e os inícios do século XV, este carácter assistencial do Alqueidão foi profundamente alterado. Da exploração directa da terra, entregue aos pobres da cidade, passou-se para um sistema de arrendamento das propriedades, sendo o produto deste arrendamento, ou parte dele, distribuído pelos necessitados. Em 1414, cada uma das trinta merceeiras da cidade recebia anualmente, provenientes do Alqueidão e do produto das rendas desta propriedade, dois quarteiros de trigo e sete covados de valenciana.

³⁹ Idem. *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 11.

⁴⁰ Idem. *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 9.

⁴¹ A.H.C.M.L.-Administração: *Livro 1 de Contratos*, doc. nº 3.

⁴² Idem. *Ibidem*, doc. nº 3.

Diariamente era entregue, a cada uma delas, um real⁴³. Estas merceeiras eram, preferencialmente, senhoras que, tendo um dia sido ricas, tivessem empobrecido. A sua escolha para beneficiárias das rendas do Alqueidão era feita pela câmara⁴⁴, eventualmente por sugestão ou pedido de alguns dos indivíduos mais influentes da cidade ou membros da veração lisboeta.

As actividades produtivas. Não subsistem, actualmente, quaisquer documentos que afirmem, claramente, quais as principais produções agrícolas dos terrenos do Alqueidão. É, no entanto, sabido que a actual província do Ribatejo era, na Idade Média, o "celeiro de Portugal" ⁴⁵. Para tal contribuía a extrema fertilidade das suas lezírias de onde eram oriundos, sobretudo, trigo, cevada, milho, centeio⁴⁶ mas também legumes diversos⁴⁷, chícharos, lentilhas, feijão e palha para forragem do gado cavalari⁴⁸. A produção do Alqueidão, composta, segundo Oliveira Marques, na sua maior parte por porções iguais de cevada, milho e trigo⁴⁹, encontrava-se, essencialmente, destinada ao abastecimento da cidade de Lisboa tal como acontecia com a generalidade da produção das lezírias do Tejo⁵⁰.

Na sua origem enquanto propriedade pertença do concelho de Lisboa e, provavelmente, em tempos anteriores, os terrenos do Alqueidão eram utilizados, preferencialmente para o cultivo de cevada. Este cereal era, no Portugal medieval, o segundo mais produzido, depois do trigo⁵¹. Além de ser utilizada no fabrico do pão, era também usada, como era o caso da que se produzia no Alqueidão, como forragem para o gado.

...fora dada aos cavaleiros pobres pera taleygas pera cevada pera os cavalos assi no tempo dos mouros come no tempo dos cristhãos⁵²...

Mas, sendo o trigo o cereal mais consumido durante a Idade Média, deveria ser ele o

⁴³ Maria Teresa Campos Rodrigues, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 72.

⁴⁵ A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3ª Edição, Lisboa, Cosmos, 1978, p. 72.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 73.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 127.

⁴⁸ Armando de Castro, "Lezírias do Tejo e Sado", in *Diccionario de História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 726.

⁴⁹ A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 76.

⁵⁰ Armando de Castro, *op. cit.*, p. 726-727.

⁵¹ Maria Rosa Ferreira Marreiros, "Os proventos da terra e do mar", in *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras*, (Dir. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luis de Carvalho Homem), Lisboa, Presença, 1996, p. 405.

⁵² A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro 1 do Alqueidão*, doc. nº 11, fl. 2.

que em maiores quantidades era produzido nas lezírias e herdades do Alqueidão. Veja-se, por exemplo, o caso de Lourenço Esteves de Feroselha, sobrinho do chanceler de Afonso III, Estêvão Anes, que se obrigou a dar 30 moios anuais de trigo proveniente da lezíria que possuía no Alqueidão ao mosteiro de S. Martinho de Crasto⁵³. E seria, julgamos, de trigo que se tratava quando o rei Afonso IV acordou com o conselho o escambo de diversas faixas da zona ribeirinha de Lisboa, para a ampliação das tercenas, pela isenção do pagamento de 30 moios de pão meado proveniente do Alqueidão.

...item temos por bem de lhis quitar [ao concelho] pera senpre por scambho os dictos trinta moios de pam meiado por o dicto campo pera as dictas quatro galees e por o campo en que estan as nossas casas juntas conn as outras nossas taracenas e por outro campo que esta no dicto logo da Oira contra o mar⁵⁴...

Ignora-se, todavia, qual das três variedades (galego, tremês ou mourisco) era aí produzido, pois a documentação refere-se apenas a trigo.

Nalguns desses terrenos cultivava-se o milho, tal como na propriedade que, em 1284, Martim Gago, porteiro do rei devolvia ao concelho de Lisboa, na pessoa de João Mendes, procurador da cidade.

...e o dicto Johane Mendiz recebeo a entrega e a possissom das dictas leziras do dicto Martim Gago pela dicta terra e pelo dicto milho⁵⁵...

Eventualmente, seria cultivado em alternância com os cereais de Inverno⁵⁶. Contudo, e tal como acontece relativamente ao trigo, ignoramos qual a variedade (painço ou alvo) produzida nos terrenos do Alqueidão.

Muito provavelmente, embora em quantidades pouco significativas comparativamente com o que sucedia com os cereais, o Alqueidão produzia também vinha. Somos levados a pensar que tal acontecesse pelo facto de os campos de Valada serem excelentes locais para a cultura de vinhedos e onde a prática da vitivinicultura ocupava um papel preponderante⁵⁷.

Esporadicamente, por entre a planura das lezírias viam-se algumas árvores de fruto. Contudo deveriam ser tão raras que funcionavam como autênticos pontos de referência.

⁵³ Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*. Vol. II. Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, p. 587 (policopiada).

⁵⁴ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 14.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, doc. nº 6.

⁵⁶ Maria Rosa Ferreira Marreiros, *op. cit.*, p. 405.

⁵⁷ Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova, 1980, p. 157.

...[Rodrigo Perro] *ouvio dizer que foram quatro marcos e que stava hi bem no fundo contra o rio hũa ameyxoeyrã*⁵⁸...

...*marcos que atravessom diretamente ao Tejo que nos [o rei] ora mandamos correger que estam em direto da figueira de Dona Houssenda*⁵⁹...

Complementarmente, ou praticada mesmo como actividade principal em algumas dessas zonas, à semelhança do que acontecia no vizinho reguengo de Valada⁶⁰, a pecuária tinha também um peso assinalável na economia do Alqueidão.

...*concelho de Lixbõa criavan e tragian hy os seus gaados e sas bestas*⁶¹...

Este gado era, em alguns casos guardado por grupos de crianças.

...[João Peres dito Franco] *disse que seendo el menyno e andando com gaado com outros menynos*⁶²...

Mas a produção do Alqueidão não se esgotava nas actividades agro-pecuárias. A documentação dá-nos a conhecer uma intensa actividade piscatória no Tejo, nas zonas fronteiras a essa propriedade.

...*elles pescarom savees no rio de Tejo (...) suas redes na terra do Alqueidom que era termho da dicta çidade de Lixboa sem seendo termho de Santarem e sem pescado en outros logares e termhos salvo no dicto Alqueidom termho de Lixboa e que a dicta terra do Alqueidom e lizirrom que se fezera de novo chamavom a lizira da Raynha que era junto com a aberta que chamavom de Sam Joham que entestava no Alqueidom e na Ameeira e na lizira do Romaã*⁶³...

A maioria dos pescadores que se dedicavam à sua faina na zona do Alqueidão não eram, contudo, moradores nesse local mas sim oriundos de Lisboa, tal como nos é comprovado por uma carta régia de 1421 relativa a uma disputa entre Lisboa e Santarém sobre os direitos da portagem que o peixe pescado no Alqueidão deveria pagar.

...*Gonçallo Gomez e Luis Anes e Joham Lourenço e Afomso Perez e Alvaro Gomez e Afomso Vasquez e Joham Gonçallvez e Stevam Eanes e Joham Afomso e Nicolao*

⁵⁸ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 11, fl. 5.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, doc. nº 26.

⁶⁰ Maria Ângela V. da Rocha Beirante. *op. cit.* p. 177.

⁶¹ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 7.

⁶² Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 4.

⁶³ Idem, *Ibidem*, doc. nº 19.

Dominguez e Joham Francisco? e Lourenço Eanes e Vasco Perez e Antom Vaasquez (...) e Gomez Fernandez e Joham Delgado e Lourenço Martinz e Joham vaasquez e Pero Bernal e Domingos Vaasquez e Joham Zagallo e Luis Dominguez e Pedro Afonso e Joham do Barril e Vasco Lourenço e Joham de Deus d'Almada (...) Vaasquez e Joham d'Almada e Martim Miguez e Johan Eanes e Joham Antoninho e Afonso eanes e Joham Afonso e Meendo Afonso e Vasco Eanes d'Arma e Afonso Eanes seu irmão e Afonso da Cunha e Afonso Eanes o Machio e Salvador Gonçalvez de Salvaterra pescadores moradores em a cidade de Lixboá⁶⁴...

Essencialmente, pescava-se o sável, peixe, até há poucos anos, abundante nessa faixa do rio Tejo, tal como na maioria dos rios portugueses.

...savees pescados que pescarom no rio Tejo e tirarom aa terra do Alqueidom e lizirom que he junto e aplicado aa dicta terra do Alqueidom⁶⁵...

Toda a produção proveniente do Alqueidão, fosse ela agrícola, pecuária ou piscatória, desde que fosse transportada para Lisboa por moradores desta cidade, encontrava-se abrangida por um regime especial que a isentava do pagamento de portagem.

...os moradores da dicta çidade [de Lisboa] sejam escussados de pagarem portagem de todo o pam e palha e outras coussas que na dicta terra caregarem ou levarem pera ella per aquella guissa e sob aquellas clausullas e condições e modo que as senpre escussarom e d'outra guissa nom⁶⁶...

Todavia, os estrangeiros e todos aqueles que não fossem lavradores do Alqueidão ou moradores de Lisboa não se encontravam abrangidos por este privilégio.

...se alguns estrangeiros que nom sejam lavradores da dicta terra do Alqueidam ou moradores de Lixboã aportarem em o dicto logo e terra do Alqueidam ou carregarem ou tirarem algũa coussa da dicta terra de que se deva de pagar portagem que a paguem⁶⁷...

Por se tratar da forma mais fácil e rápida de o fazer, julgamos que o transporte destas mercadorias, desde o Alqueidão até aos mercados da capital se faria por via fluvial, pois como o afirma Oliveira Marques, "entre Santarém e Lisboa, o movimento de barcas era constante⁶⁸".

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, doc. nº 19.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*, doc. nº 20.

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, doc. nº 26.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, doc. nº 26.

⁶⁸ A.H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 139.

As apropriações ilegais. Um terreno com um índice de produtividade tão elevado como era o Alqueidão, à semelhança de toda a zona das lezírias ribatejanas, era, forçosamente, objecto de cobiça por parte de todos quantos o conheciam. Em alguns casos as situações de cobiça transformavam-se mesmo em apropriações ilegais, pelo que as fronteiras do Alqueidão não se mantiveram estáveis durante todo o período medieval. A documentação dá-nos a conhecer a sua extrema flexibilidade, reflexo dessa constante e gradual redução da extensão dessa propriedade frequentemente delapidada por instituições e particulares.

Aparentemente, e de acordo com frei Francisco Brandão, pouco após a doação do Alqueidão ao concelho de Lisboa, feita por Afonso Henriques, muitos foram aqueles que, mercê dos mais diversos expedientes se foram apropriando de partes dessa rica propriedade:

"...Os nobres que conhecerão a fertilidade do campo, desejosos de se aquinhoar com os pobres, começarão a entrar em partilhas cō elles, & ou fosse que com consentimento dos do Cōselho, ou o mais certo he, com violencia tomarão tanta parte do campo, que lhe foi necessario aos do governo da comarca fazer queixa a el-Rey D. Sancho Primeiro, & acudir ao defraudo dos pobres..."⁶⁹

D. Sancho I, segundo o mesmo cronista, terá tomado medidas no sentido de repôr a situação de legalidade. Todavia, durante o reinado do seu sucessor, voltaram a verificar-se apropriações ilegais de terrenos do Alqueidão, ao que o rei respondeu ordenando a sua devolução⁷⁰.

Contudo, contrariando o que parecia ser uma política de protecção dos direitos do concelho de Lisboa, por parte de Sancho I, o seu filho, Afonso II, acabou por tomar para si grande parte do Alqueidão.

...[Martim Viegas de São Vicente] *que ouvio dizer que El Rey Don Afonso [II] seu avoo d'El Rey Dom Denis filhara peça da dicta herdade da Mercee e que fora doente e que se meenfestara e que leixara a dicta herdade de Valada a Mercee como ante avia e que logo ficara são e que dera maldiçom a todos aqueles que a enbargassem ao concelho de Lixbõa pera a Mercee*⁷¹...

Novas apropriações parecem ter ocorrido, anos depois, durante o reinado de Afonso

⁶⁹ Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte V, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, p. 91.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, Parte V, p. 90v-91.

⁷¹ A.H.C.M.L. Livro I do Alqueidão, doc. nº 11, fl. 11.

III e com o claro beneplácito deste, por parte de um dos mais importantes magnates da sua corte, o chanceler Estêvão Anes⁷². Em questão estava a Lezíria da Atalaia.

...o chanceler Don Steevan [Anes] pediu essa lizyra [da Atalaia] ao concelho de Lixbõa e o concelho braadou e disseron que lha nom querian dar (...) [O] Rey Don Affonso fez dar per força essa lizira ao chancelher⁷³...

Essa lezíria havia sido, segundo era afirmado em 1292 pelos procuradores de Lisboa, anteriormente dividida pelos concelhos de Santarém e da capital.

...o concelho de Santarem e o de Lixbõa partirom-na antre si e lograron-na longos tenpos por sua e teno-la o concelho de Santarem contra direito e contra rason⁷⁴...

Porém, não era essa a versão do concelho de Santarém que afirmava que

...“estando della em posse p̄ sua e come sua, que El Rej Don Affonso [III] meu Auóo [de Afonso IV] e E o Rey Dom Denis meu padre Rogarom e pidirom Ao Conçelho de Sanctarem que desse a dicta lezira Ao Don Steu eames que a teuesse de sa mááo do d̄cto conçelho [de Santarém] de prestemo”⁷⁵...

Na realidade é o que parece ter sucedido, já que, em 1 de Maio de 1251 e em 13 de Julho de 1256 o rei confirmava essa mesma doação⁷⁶.

Tal não invalidou que a cidade tivesse prosseguido nos seus protestos contra esta situação, verificada, pelo menos, a partir de 1250⁷⁷, e que considerava abusiva por parte do rei, na medida em que o concelho de Lisboa reclamava essa lezíria como sua. No entanto, as ameaças feitas pelo alcaide de Lisboa, Martim Anes, irmão do chanceler⁷⁸, levaram a que o concelho se remetesse para uma posição de conformismo.

...a gente do concelho de Lixbõa andava braadando dizendo vedes varrees? Como os tem o chanceler a nossa lizyra d’Atallaya per força (...) naquele tempo era Don Martin

⁷² Sobre o chanceler D. Estêvão Anes, cf. Leontina Ventura, *op. cit.*, Vol. II, p. 585-595.

⁷³ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 7.

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, doc. nº 7.

⁷⁵ *Chancelaria de D. Afonso IV*, Vol. II, Lisboa, I.N.I.C., 1992, doc. nº 100, p. 190.

⁷⁶ Leontina Ventura, *op. cit.*, Vol. II, p. 587.

⁷⁷ Em 1250 Estêvão Anes e Martim Anes, seu irmão, eram, respectivamente, chanceler do rei e alcaide de Lisboa (Gérard Pradalié, *op. cit.*, p. 29).

⁷⁸ Martim Anes (1254-a.1282) foi Porteiro-mor do rei entre 1254 e 1265, Guardador da moeda nova em 1264 e além disso acumulava as funções de “alcaide do mar e da terra” de Lisboa. Era colação de Afonso III e foi proprietário de inúmeros bens em Lisboa (Leontina Ventura, *op. cit.*, Vol. II, p. 595-596)

Anes irmão do chancelher alcaide de Lixbõa e ameaçou alguns do concelho porque la nom querian dar e que Don Martinho era tan forte alcaide que se alguen do concelho de Lixbõa queria contradizer o que el dissese que o matava poren ou lhi fazia poren mal no corpo e no aver per esta razon nom ousavan a contradizer o que el queria⁷⁹...

De tal modo que Lisboa, abdicou de todos os seus direitos nesses terrenos, considerando mesmo a utilidade de ter como vizinho um tão importante magnate.

...“Considerantes quod fuit et est nobis valde utilis et obsequiosus propter quod desiderantes quoniam nobis affectionem vicinitatis conjugii et ut sit vicinus noster⁸⁰”...

A Lezíria da Atalaia foi herdada por Lourenço Esteves de Feroselha, sobrinho do chanceler, após a morte deste, com obrigação de 30 moios de trigo anuais ao mosteiro de S. Martinho de Crasto⁸¹, após o que o concelho de Lisboa solicitou, novamente, a sua devolução apelando para isso ao novo rei, D. Dinis. Porém, também o concelho de Santarém se envolvia nesta disputa procurando obter para a sua jurisdição a referida propriedade. Para a resolução desta querela foram elaboradas duas inquirições. Em cada uma delas eram interrogadas testemunhas apresentadas por cada um dos dois concelhos⁸². O resultado foi, mais uma vez, desfavorável à cidade de Lisboa que perdia, definitivamente, qualquer direito a essa lezíria⁸³.

Esta contenda entre os dois concelhos em torno da Lezíria da Atalaia remontava a épocas anteriores ao reinado de Afonso III e tinha mesmo adquirido contornos de extrema violência com confrontos militares nos quais “morreram hj muytos da hũa parte e da outra”⁸⁴ após os quais o *Bolonhês* dividiu entre Lisboa e Santarém⁸⁵.

Contudo, este não era o primeiro conflito relativo às propriedades do Alqueidão com que D. Dinis se defrontava. Um outro caso, cuja resolução remonta à década de oitenta do século XIII, punha em confronto o concelho de Lisboa contra Estêvão Fernandes,

⁷⁹ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro 1 do Alqueidão*, doc. nº 7.

⁸⁰ Leontina Ventura, *Op. Cit.*, Vol. II, p. 587.

⁸¹ Leontina Ventura, *Op. Cit.*, Vol. II, p. 587. Além disso, Lourenço Esteves tinha que pagar ao rei o quarto da produção dessa mesma lezíria (*Chancelaria de D. Afonso IV, op. cit.*, Vol. II, doc. nº 100, p. 191).

⁸² A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro 1 do Alqueidão*, doc. nº 7.

⁸³ *Chancelaria de D. Afonso IV, op. cit.*, Vol. II, doc. nº 100, p. 191. Esta lezíria, acabou por ser dada, vitaliciamente, pelo concelho de Santarém e por intercessão de D. Dinis, à rainha D. Isabel de Aragão. Após a morte desta, esse concelho reclamou, como seria de esperar, a sua posse. Contudo, após um período em que Afonso IV e a Santarém se afirmavam como legítimos possuidores dessa lezíria, esta acabou por ser integrada nos bens da coroa (*Chancelaria de D. Afonso IV, op. cit.*, Vol. II, doc. nº 100, p. 189-194).

⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso IV, op. cit.*, Vol. II, doc. nº 100, p. 190.

⁸⁵ *Idem, Ibidem*, doc. nº 100, P. 190.

Egídio Fernandes, Martim Fernandes e sua mulher e Fernando Peres de Barbosa⁸⁶, herdeiros de D. Sancha Peres. Segundo os procuradores do concelho da capital, aqueles estavam, indevidamente, na posse de diversas propriedades, designadas como Lezíria de D. Constância, terrenos dessa propriedade municipal de Lisboa⁸⁷. A resolução deste pleito foi favorável ao concelho e o rei, através de um diploma datado de 21 de Julho de 1284, determinava a devolução dessas lezírias à cidade, o que, efectivamente veio a acontecer dois dias depois⁸⁸.

...o dicto Martim Gago porteyro d'El Rey assi como a ele era mandado pela dicta carta d'El Rey e per poder dela entregou a Johane Maendiz tabelliom e procurador do concelho de Lixbõa a sobredicta lezira⁸⁹...

Uma outra contenda em torno da posse de lezírias no Alqueidão registou-se em inícios do século XIV e opôs o concelho de Lisboa a Salvador Joanes Eireira e sua mulher Constança Domingues, João Lourenço e sua mulher Domingas Domingues e ainda João Domingues e sua mulher Maria da Maria. Mais uma vez a justiça régia foi favorável à cidade e pouco antes do mês de Agosto de 1315 os dois primeiros casais procederam à devolução das propriedades que ocupavam⁹⁰. Quanto ao terceiro, nada se sabe.

...estando assi o fecto perante mim as dictas partes de seu prazer veerom a tal aveença e amigavil composiçom que o dicto Salvador Joanes por si e por a dicta sa molher e o dicto Joham Lourenço por sy e por a dicta sa molher desenpararam logo os dictos herdamentos e remiçarom? alguum derecho se o en elles aviam ou entendiam a aver e diserom logo perante mim que metiam em corporal possissom dos dictos herdamentos o dicto concelho de Lixbõa per hũa pouca de terra que lhis entregaram aos dictos procuradores [do concelho de Lisboa] ⁹¹...

Contudo, ficou estipulado que, enquanto fossem vivos pudessem usufruir dessas mesmas propriedades mediante o pagamento anual de um alqueire de pão meado⁹².

⁸⁶ Fernando Peres de Barbosa era filho de Pedro Nunes de Barbosa e de Elvira Martins da Maia e marido de Estevainha Fernandes (Barreto). Surge referenciado pela primeira vez em 1268 e pela última em 1315. Encontramo-lo, em 1287, mencionado como Tenente de Vizela. No reinado de D. Dinis, confirma quase todos os diplomas régios o que aponta para um papel destacado na corte dionisina (Nuno José Pizarro Pinto Dias, *Cortes Portuguesas (1211-1383)*, Braga, Universidade do Minho, Unidade de Ciências Sociais, 1987, (policopiada), p. 163-164 e Leontina Ventura, *op. cit.*, Vol. P. 608-609).

⁸⁷ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro 1 do Alqueidão*, doc. n.º 3 e n.º 6.

⁸⁸ *Idem*, *Ibidem*, doc. n.º 6.

⁸⁹ *Idem*, *Ibidem*, doc. n.º 6.

⁹⁰ *Idem*, *Ibidem*, doc. n.º 8.

⁹¹ *Idem*, *Ibidem*, doc. n.º 8.

⁹² *Idem*, *Ibidem*, doc. n.º 8.

Decisão semelhante foi tomada pelo rei, nesse mesmo ano, em Dezembro, no caso que opunha o concelho de Lisboa a Domingos Peres, dito Cabeçudo, e sua mulher, relativamente à propriedade que ocupavam, indevidamente, em Valada⁹³.

...so tal preito e so tal condiçom que os dictos Domingos Perez e Margarida Vicente sa molher tevessem o dicto herdamento en vida d´ambos de mão e en nome do dicto concelho de Lixbõa e dessem en en [sic] cada huum ano ao dicto concelho de Lixbõa de conhoença do dicto herdamento huum alqueyre de pam meiado na eyra pela medida de Lixbõa⁹⁴...

E foi igualmente um caso de disputa territorial por apropriação ilegal de propriedades municipais aquele que nos dá conta um documento datado de 1316. Na contenda encontravam-se envolvidos, de um lado, o concelho de Lisboa e, do outro,

...Afonso Stevez procurador do abade e do convento do meu [do rei] monasteyro d´Alcobaça e contra Roy Martinz filho de Martin Anes Reimom e contra Stevam Dominguez filho do Cabeçudo cujo procurador e dicto Afonso Stevez e contra Joham Lourenço d´Avoym vezinho de Santarem e contra sa molher e contra Lourenço Perez procurador que se diz do Spital de Sancto Spiritu de Santarem e contra Joham Estvez Pam e Agoa de Lixbõa⁹⁵ e contra sa molher cujo procurador o dicto Lourenço Perez he e contra Joham de Santarem vezinho de Lixbõa e contra sa molher e contra Dona Leonor a abadessa e convento do mosteyro de Sancta Clara de Santarem e contra Giral Monteiro e contra Gil Vaasques e contra Stevam Dominguez procurador de Domingos da Lapa e de sa molher e contra Domingos Matheus que se diz procurador de Rabb´Azedo e de Affonso da Pedra e de sa molher⁹⁶...

De um modo geral, o que sucedia com maior frequência era a apropriação indevida de propriedades municipais cujo estatuto ia sendo esquecido por aqueles que possuíam o seu domínio útil e que as passavam a considerar como património próprio. Algumas

⁹³ Idem. *Ibidem*, doc. n.º 9.

⁹⁴ Idem. *Ibidem*, doc. n.º 9.

⁹⁵ João Esteves Pão e Água teve uma intensa e longa actividade enquanto membro do concelho de Lisboa encontrando-se registado enquanto alvazil geral em 1322 e como alvazil do crime em 1331. Neste mesmo ano foi nomeado procurador às cortes de Santarém. Em 1339 e 1340 encontramo-lo designado como juiz, enquanto que em 1342 surge na qualidade de Almotacé Mor (Arquivo Municipal de Lisboa, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, p. 37-39). Como se verifica, o facto de ter tomado uma posição contrária à do município, defrontando-o na justiça, não foi, de modo algum, impeditivo da sua participação, poucos anos depois, nesse mesmo concelho. Seu pai, o mercador D. Estêvão Cibrães Pão e Água, privado de D. João Peres de Aboim, era igualmente membro da oligarquia urbana da capital e um destacado latifundiário de Santarém. Terá sido ele, tudo o que parece indicar, o fundador do Hospital do Espírito Santo "fora de vila", em Santarém (Luís António Santos Nunes Mata, *A Propriedade Urbana do Hospital do Espírito Santo de Santarém*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1987 (trabalho apresentado no âmbito do Mestrado de História da Idade Média), notas 16-18).

⁹⁶ A.H.C.M.L. Livro I do Alqueidão, doc. n.º 11.

destas terras acabavam por ser alienadas por venda ou escambo, o que dificultava ainda mais a sua recuperação pelo concelho. Estes factos eram perfeitamente perceptíveis, mesmo para os coevos. A este propósito, João Domingues, dito Burrica

...disse que ouvira dizer aos homeens da terra que já eram mortos que estas herdades sobre que e a contenda foram da Mercee e que as dera o concelho d' Lixbõa a homeens e que as foron en alheando⁹⁷...

Todavia, os conflitos mais frequentes motivados pela posse da terra do Alqueidão davam-se entre os concelhos de Santarém e de Lisboa e cruzaram todo período medieval.

...a dicta çidade [de Lisboa] e os moradores della e os da dicta villa de Santarem e moradores della grandes contendas e brigas que se já antre elles muitas vezes seguiam e seguem⁹⁸...

Os efeitos das cheias do Tejo. Pelo que atrás ficou exposto, verifica-se que o Alqueidão estava permanentemente sujeito a alterações nas suas fronteiras devido às inúmeras apropriações ilegais de terrenos que aí se verificavam. Uma outra via através da qual essas dimensões se alteravam era mercê do surgimento de novas áreas de cultivo originado pelas variações do caudal do rio Tejo. Estes terrenos, extremamente férteis eram objecto de cobiça vinda dos mais diversos lados, sobretudo do vizinho concelho de Santarém e do rei.

...huã areea que diziam que novamente se descubria atraves do Alqueidam em huum logar a que chamam a Ameira dizendo os rendeiros da portagem de Lixboa que a dizima dos dictos savees que se pescarom na dicta arrea perteençiam aa portagem de Lixboa e os de Santarem diziam que perteençiam aa portagem de Santarem⁹⁹...

...huum agravo en que me o dicto comçelho [de Lisboa] enviava dizer que stando o dicto comçelho em posse d' huum lizirom que he no Alqueidom e husando del como de seu per dez e viinte e triinta anos e mais que Joham Lourenço seendo almoxariffê e Lourenço Migueez scripvam de meu çeleiro [do rei] de Santarem esbulharom em meu nome o dicto comçelho do dicto lizirom e o tomarom nom seendo o comçelho chamado e ouvido¹⁰⁰...

...a par do paaço d' Alqueidom antre herdades do comçelho da nossa mui nobre leal çidade de Lixboa e herdades nossas da lezira da Atalaya e lezirom nosso que chamam

⁹⁷ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 26.

⁹⁸ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 26.

¹⁰⁰ A.H.C.M.L.-Chancelaria Régia, *Livro dos Pregos*, fl. 75v.

*da Ama esta huum pedaço de chaão que era juncal e spanadal o qual se ora novamente fez terra nova sobre o qual era duvida antre nos [o rei] e o dicto conçelho*¹⁰¹...

Mas se as variações do caudal do Tejo faziam aparecer novos terrenos no Alqueidão, faziam também desaparecer outros tantos, sobretudo em invernos de maior pluviosidade. Nestes anos, as inundações, à semelhança do que ainda hoje ocorre nessa mesma zona, assumiam características de tal forma marcantes que alguns não hesitavam em apelidar algumas delas como "dilúvios".

*...Domingos Dominguez dicto Calveiro morador em Curuchi jurado e porguntado sobrelos Santos Avangelhos perguntado se avia LX anos segundo sa creença disse que quando fora o diuvho que já era de quatro anos*¹⁰²...

As cheias do Tejo ocorriam não só em Dezembro e Janeiro, mas também em Abril. Porém, quando as águas voltavam ao seu percurso normal deixavam enormes quantidades de sedimentos aluviais que fertilizavam as lezírias, o que permitia aos agricultores reparar as perdas com o "tríplice rendimento posterior"¹⁰³.

Esta relação, benéfica na maior parte dos casos, entre o rio e a terra, havia já sido exaltada, no século X, pelo mouro Ahmedé Arrazí.

*... "e quando enche o Tejo, sai pela terra chã e cobre-a toda e, pois que o rio desce, fazem suas sementeiras mui boas serôdias. E tanto fica a terra em boa maneira disposta que chega o pão a segar com as primeiras*¹⁰⁴..."

A extrema fertilidade das lezírias da Balata encontrava-se também referenciada, em termos demasiadamente elogiosos, num outro texto muçulmano do século XI-XII.

*... "o trigo, que aí se semeia só permanece 40 dias no solo e depois está bom para ceifar*¹⁰⁵..."

A forma encontrada para controlar os efeitos nefastos das cheias e, ao mesmo tempo, tirar o maior partido delas foi a construção de uma rede de valas que além de impedir o progresso da água para zonas onde não era necessária servia também para a canalizar para onde fizesse falta. Estas valas eram ainda extremamente úteis para escoar o excesso

¹⁰¹ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro 1 do Alqueidão*, doc. nº 18.

¹⁰² A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro 1 do Alqueidão*, doc. nº 11, fl. 7.

¹⁰³ A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Rolim, s.d., p. 71.

¹⁰⁴ Cit. por António Borges Coelho, *op. cit.*, Vol. I, p. 48.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem.*, p. 54.

de água para o Tejo¹⁰⁶. Uma delas encontrava-se situada junto do conchouso propriedade das donas do convento de Chelas.

...estava hi huum valado a par do conchouso das donas en huum mesio? que fezerom hi por razom da agua que nom entrasse no regueengo¹⁰⁷...

Um outro destes canais existia, em 1336, junto da herdade concelhia da Maçamuda. Contudo, nesta data encontrava-se sem qualquer utilidade por falta de manutenção.

...esta herdade [da Maçamuda] que he a par das lezirias da Azanbuja e que esta herdade emtesta com hũa aberta que vay per a par della a qual [o concelho de Lisboa] diz que he çarrada e jaz atopyda (...) e que por esta razom se lhe enche a dicta sua herdade d'agua e recebe o dicto concelho per hi grandes perdas e danos¹⁰⁸...

Para a resolução deste problema, o concelho de Lisboa solicitou ao rei que ordenasse que todos quantos detinham propriedades que confrontassem com essa mesma vala colaborassem na sua limpeza, ao que o rei acedeu no dia 17 de Fevereiro desse mesmo ano de 1336¹⁰⁹.

Porém, pouco parece ter sido feito nos dias que se seguiram à publicação desse diploma, pelo que, dez dias depois, o rei Afonso IV, em carta enviada ao alcaide e alvazis de Santarém, determinava que essas autoridades cumprissem e fizessem cumprir o que havia sido antes determinado relativamente à limpeza da aberta da Maçamuda e ao esteiro conhecido como Travesso.

...eu vos mandava que soubessedes todos aquellos que teem herdades que entestom com a aberta que chamam a Maçamuda e com o esteiro que chamam Travesso hu o dicto concelho tem hũa herdade que he soo meu reguengo e que os costrangessedes por quanto lhis achassedes que abrissem cada huum em sua testada em guisa que se nom perdesse a dicta herdade¹¹⁰...

¹⁰⁶ A abertura de valados era uma operação vulgar em terrenos ribeirinhos como, por exemplo a zona do Baixo Mondego. Sobre este assunto, cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, Vol. I, p. 108-120.

¹⁰⁷ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 11, fl. 4-5.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, doc. nº 12.

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*, doc. nº 12.

¹¹⁰ Idem, *Ibidem*, doc. nº 12.

Demarcações e inquirições. Como se pôde ver através do que atrás ficou exposto, os conflitos sobre propriedades no Alqueidão em que o concelho de Lisboa se viu envolvido também se estenderam ao próprio rei¹¹¹. Uma carta régia de 26 de Outubro de 1341 dá-nos conta da contenda existente em torno de uma herdade situada entre o Alqueidão e Atalaia. Neste caso, à semelhança de muitos outros, o rei determinava que se ouvissem testemunhas por forma a saber, com segurança, quais as fronteiras entre as propriedades. Concluído este passo, dever-se-iam colocar marcos divisórios para que essas fronteiras se encontrassem bem visíveis.

...fazede en ela meter marcos de pedra en esses marcos que assy hy fezerdes meter fazede poer quinas da parte contra huu ficar por mim a dicta erdade¹¹²...

Esta prática de colocar marcos divisórios identificados com quinas, para assinalar a propriedade régia tinha o seu paralelo nos marcos que distinguíam os terrenos do concelho de Lisboa.

...e fezerom poer outro marco açima daquelle da entrada d'on sse começa o zilzirom [sic] que chamam da Ama que parte com o lizirom novo do dicto conçelho que tiinha de hũa parte hũa feigura de barca com duas feiguras de corvos nas pontas a qual feigura foy posta da parte do dicto lizirom do dicto conçelho¹¹³...

Estes marcos colocavam-se com os símbolos identificadores do proprietário, as quinas no caso do rei e a barca com os corvos no caso do concelho de Lisboa, voltados para a propriedade cuja posse assinalavam.

...no lizirom d'El rey que chamom do Ama que tiinha quinas de hũa parte e da outra sem sinaaes e a parte das quynas foy posta contra a lizira que chamom do Ama¹¹⁴...

...tiinha de hũa parte hũa feigura de barqua e nas pontas hũas feiguras de corvos as quaaes figuras foram postas da parte do lizirom novo do dicto conçelho e da parte d'El Rey o sem feigura nenhũa¹¹⁵...

Os marcos eram postos, pelo que a documentação nos dá a conhecer, por oficiais régios e na presença dos contendores que disputavam a terra a demarcar. Porém nem sempre aqueles que saíam derrotados do pleito compareciam nessa operação.

¹¹¹ É conhecido o interesse da coroa pelas lezírias ribatejanas. Sobre este assunto, cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 1980, p. 172 e ss.

¹¹² Idem, *Ibidem*, doc. n.º 13.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 24.

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 24.

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 24.

...e o procurador da dicta villa de Sanctarem nom vinha ao tempo segundo era mandado e a sua revilia el dicto juiz com os sobredictos homes boons [de Lisboa] por os dictos marcos como lhe por o dicto Senhor era mandado¹¹⁶...

Para que se obtivessem informações, supostamente, fidedignas era solicitado o concurso dos homens bons *sem sospeyta*¹¹⁷. Estes deveriam, através do seu depoimento, assinalar quais os locais onde os marcos se situavam originariamente, pelo que eram preferidas as testemunhas *velhas e doentes*¹¹⁸.

...Stevam Lourenço morador en Sam Salvador de Lixbõa dado por testemunha aa fama e creença jurado e porguntado sobrelos Santos Avangelhos (...) porguntado do tempo se avia LX anos disse que cuidava el que avia ende bem cento e que era tam velho que muito era¹¹⁹...

...Joham Martinz Calvo morador na Azambuja na Azanbuja foy porguntado jurado e porguntado sobrelos Santos Avangelhos porguntado do tempo disse que avia LX anos e mais e que era doente como nos enqueredores viamos e el tossia e gemia muito¹²⁰...

Alguns desses homens tinham mesmo sido testemunhas presenciais da colocação dos referidos marcos, como era o caso de Domingos Domingues.

... el estivera hi quanto hi meterom os marcos e as devissões e que lhi disera o Falle: meu filho nembremos que El Rey Dom Afonso demanda esta herdade per estes marcos contra Lixbõa pera a Mercee e que elles que os hi chantavam se hyriam e que ficariam elles que eram menynos com outros que hi estavam (...) e que dariam elles que eram menynos depois desto testemunhas¹²¹...

Neste caso, esta divisão, além de demarcar as propriedades pertencentes ao concelho, servia igualmente de fronteira entre os termos da capital e de Santarém.

...a herdade que chamavam da Mercee parte descontra Santarem pelas devissões que sam contheudas neeste artigoo e que se acaba nas devissões que en el sam conteudas e que per alhi parte o termho de Lixbõa e o de Santarem¹²²...

A documentação disponível dá-nos a conhecer a realização de diversas inquirições levadas a cabo por iniciativa régia de modo a derrimir disputas territoriais relativas a parcelas do Alqueidão.

¹¹⁶ Idem. *Ibidem*. Doc. nº 22

¹¹⁷ Idem. *Ibidem*. Doc. nº 16

¹¹⁸ Idem. *Ibidem*. Doc. nº 11, fl. 1. Naturalmente que as testemunhas "doentes" seriam as que, pela idade avançada, não tivessem já na plena posse das suas faculdades físicas.

¹¹⁹ Idem. *Ibidem*. doc. nº 11, fl. 12.

¹²⁰ Idem. *Ibidem*. doc. nº 11, fl. 11.

¹²¹ Idem. *Ibidem*. doc. nº 11, fl. 4.

¹²² Idem. *Ibidem*. doc. nº 11, fl. 3.

A primeira de que temos conhecimento remonta aos inícios de 1292 e tinha como objectivo esclarecer quem era, na realidade, o legítimo proprietário da Lezíria da Atalaia: o concelho de Santarém ou o concelho de Lisboa? Para tal foram arroladas, por cada uma das partes em confronto, uma grande número de testemunhas. A importância da propriedade assim o parecia exigir. O concelho de Lisboa apresentou cerca de 190 testemunhas¹²³, algumas delas figuras bem destacadas da nobreza, como Vasco Martins Rebolo¹²⁴ e Pedro Fernandes do Avelar¹²⁵ ou da burguesia lisboeta, como D. Salvador, pai de Pedro Salgado¹²⁶. Eram maioritariamente oriundas das zonas circunvizinhas do Alqueidão: Azambuja, Valada, Alenquer, Arruda e do próprio Alqueidão, mas também de Lisboa e de Santarém. Curiosamente, muitas delas eram provenientes de outras povoações mais afastadas, tais como Setúbal, Palmela, Almada, Arraiolos, Portel, Beja e Crato¹²⁷. Desconhecemos por completo quais as testemunhas apresentadas pelo concelho de Santarém, porém, a avaliar pelas que foram apresentadas pelo concelho de Lisboa, julgamos que rondassem um número próximo.

Em 1316, uma nova inquirição era realizada, desta feita, para esclarecer quem eram os proprietários de uma herdade situada no Alqueidão, junto dos limites do reguengo de Valada. O concelho da capital apresentou 36 testemunhas, dez delas moradoras na Azambuja, sete em Lisboa e as restantes oriundas de Santarém, Salvaterra, Muge, Alqueidão, Coruche, Benavente, Samora Correia e Pocariça, ou seja, de zonas relativamente próximas do local em disputa¹²⁸.

Até ao reinado de D. Fernando não voltamos a ter notícia de qualquer outra inquirição realizada para dirimir conflitos relativos a propriedades do Alqueidão. Porém, nada garante que não tivessem existido.

¹²³ O suporte do documento encontra-se parcialmente danificado, não nos permitindo a leitura integral do seu conteúdo, pelo que, por vezes, surgem dúvidas quanto aos nomes que aí se apresentam.

¹²⁴ Segundo Frei Francisco Brandão, Vasco Martins Rebolo era "cavaleiro principal parente mui chegado do Papa João 21 (...) Teve Vasco Martins Rebolo por irmão a Dom Gil Rebolo Deão da Sè de Lisboa. (...) Os Rebolos são de Lisboa, & procedem de Dom Martim Paes filho de Pay Delgado (...) Falleceu o Deão Gil Rebolo, & deixou por testamenteiro seu irmão Vasco Martins Rebolo. Este cavaleiro, que em outras doações da Sè de Lisboa achamos auer sido Aluasil da Cidade (...) fez seu testamento no anno de mil duzentos & nouenta & noue, & mandauase enterrar na Igreja de Santiago diante do altar de Santa Catarina, até que o mosteiro da Trindade, que então se principiava, chegasse a termos de poder se sepultado nelle" (Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, Parte V, p. 104v-105).

¹²⁵ Pedro Fernandes do Avelar era filho de Fernão Martins e neto de Martim Esteves do Avelar "que chamarom por sobrenome Martim Freire, que foi mui boo cavaleiro e moordomo de Joham Fernandez de Lima" (*Portugalia Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. II, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, p. 29-32).

¹²⁶ Relativamente a D. Salvador nada pudemos apurar. Porém, quanto a seu filho, Pedro Salgado, é sabido ter sido tesoureiro de D. Dinis em 1297 (Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, Parte V, p. 248v). Encontra-se também registado com as funções de Reposteiro do rei, em 1282, e de Eichão e Copeiro, em 1287 (Nuno José Pizarro Pinto Dias, *op. cit.*, p. 300). Em 1303, Pedro salgado instituiu em Lisboa, na Igreja de Santa Marinha, uma capela (Isaías da Rosa Pereira, "Livro de Aniversários da Igreja de Santa Marinha de Lisboa", in *Revista Municipal*, n.º 100, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1.º trimestre de 1964, p. 18).

¹²⁷ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: Livro I do Alqueidão, doc. n.º 7.

¹²⁸ Idem, *Ibidem*, doc. n.º 11.

Em Setembro de 1371 um documento régio menciona uma inquirição levada a efeito para esclarecer a posse de um lezirão *que agua fezera e çentara*, disputado pela coroa e por Lisboa¹²⁹.

Nova inquirição foi realizada nos primeiros anos do século XV por motivos semelhantes: um novo lezirão era reclamado, simultaneamente, pelo rei e pelo concelho de Lisboa¹³⁰.

Poucos anos depois, cerca de 1421, uma outra inquirição era efectuada, desta feita para esclarecer quais os locais do Alqueidão por onde passavam as fronteiras dos termos de Santarém e de Lisboa, de maneira a evitar que, naquele local, os direitos da Portagem de Santarém fossem, indevidamente, cobrados¹³¹.

A propriedade concelhia do Alqueidão era, como se verifica pelos testemunhos acima referidos, permanentemente sujeita a alterações nas suas fronteiras, sobretudo através de apropriações ilegais.

As formas encontradas para a reposição da justiça eram apelar ao rei e reafirmar a posse dessas mesmas propriedades através da colocação de novos marcos ou da substituição de outros que tivessem desaparecido. Contudo, esta acabava, quase sempre, por ser consequência do recurso ao monarca

...alguuns dos nossos [do rei] lavradores tomam e lavram algũas herdades do Alqueydam que he do dicto concelho e foram sempre suas [do concelho de Lisboa] dizendo os dictos lavradores que as dictas herdades que así tomam e lavram que som nossas e enviarom-nos [o concelho e os homens bons de Lisboa] pedir por mercee que mandassemos poer marcos nas dictas herdades per os logares onde foram postos porque os que hii eram postos som ja derrubados¹³²...

As autoridades do Alqueidão. E se, por um lado, era o rei, em última instância e sempre que a situação o exigia, a exercer a sua autoridade no Alqueidão, por outro, era o concelho de Lisboa quem, no dia a dia regulava e derrimía os pequenos conflitos e contendas que ali se verificavam. As referências mais antigas ao exercício da autoridade concelhia da capital no território do Alqueidão remontam aos anos que se seguiram à conquista de Lisboa (1147) e fazem menção da actividade dos alcaides e alvazis de Lisboa como responsáveis pela divisão dessa propriedade em courelas para posterior distribuição pelos pobres de Lisboa, tal como afirmava, em 1316, Mateus Fernandes morador na Azambuja.

¹²⁹ A.H.C.M.L.-Chancelaria Régia: *Livro dos Pregos*, fl. 75v.

¹³⁰ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 18.

¹³¹ Idem, *Ibidem*, doc. nº 19.

¹³² Idem, *Ibidem*, doc. nº 17.

...disse que el vira partir ao alcaide e alvaziis de Lixbõa a dicta herdade de Valada e dar aos pobres¹³³...

Incumbidos pelo concelho de Lisboa, no Alqueidão também exerciam as suas funções os pregoeiros. Eram eles quem anunciava à população, como já o vimos, que as courelas estavam prontas para serem distribuídas pelos pobres da capital.

...[Martim Nicolau da Azambuja] ouvira muitas vezes apregoar em Lixbõa e no Alqueidam de Lixbõa dizendo o pregoeiro que os que nom ouvessem herdamento de seu fossem a Valada¹³⁴...

Como parte integrante do termo de Lisboa, encontrava-se também sujeito à justiça concelhia. Porém, em finais do século XIII, naturalmente nomeado pelo concelho da capital, temos conhecimento da existência de um alcaide do Alqueidão, responsável pela manutenção da ordem nesse território.

...[Domingos Peres dito Nariz] seendo ^{alcaide} Alqueidom [sic] que ataa lhi core com hos homens que quer prender e que des que pasam as dictas devissões que nom vay mais depos elles¹³⁵...

Estas funções são-nos confirmadas por Domingos Domingues dito Calveiro.

...ata alhi vynham o alcaide do Alqueidom de Lixbõa a prender os homens e que per alhi vira el senpre partir o termho de Santarem e de Lixbõa¹³⁶...

Porém, a situação inversa também acontecia.

...os alcaides de Santarem pera averem de prender ou tomarrem armas algem que como se lançavam alem do dicto comoro [por onde passava a linha que dividia os termos de Santarém e de Lisboa] junto com a Amoreira que logo o nom prendiam nem lhe tomavam armas nenhũas porquanto era logo do termo da dicta çidade de Lixboa¹³⁷...

Com o dealbar da centúria de Quatrocentos, embora a sua existência possa remontar a finais do século anterior, começam a surgir as primeiras referências a um novo funcionário concelhio no Alqueidão. Trata-se do Almoхарife. Conhecemos mesmo o nome de um desses indivíduos.

¹³³ Idem. *Ibidem*. doc. n.º 11. fl. 12.

¹³⁴ Idem. *Ibidem*. doc. n.º 11. fl. 2.

¹³⁵ Idem. *Ibidem*. doc. n.º 11. fl. 3.

¹³⁶ Idem. *Ibidem*. doc. n.º 11. fl. 7.

¹³⁷ Idem. *Ibidem*. doc. n.º 22.

...*Joham Anes dicto Lobato almoxarife por o dicto concelho no paaço do Alqueidom*¹³⁸...

Este funcionário, nomeado pela câmara, tinha como principal atribuição superintender e administrar o Alqueidão, sendo para isso coadjuvado por um escrivão. O almoxarife, além de zelar pelo bom aproveitamento da terra, detinha ainda funções de juiz privativo dos habitantes desses terrenos¹³⁹.

Além da justiça concelhia, também a justiça régia se fazia também sentir, sobretudo no que tocava à resolução de conflitos territoriais como os que atrás referimos e à colocação de marcos divisórios entre as propriedades.

...[Martim Domingues] *disse que ouvira dizer que ouvera contenda entre o concelho de Santarem e o de Lixbõa sobre la dicta herdade que chamam da Mercee e que ouvera hi juizes o abade de Alcobaça e Don Johane e Dom Soeiro Giraldez d´Alanquer e que forom hi e poserom hi marcos*¹⁴⁰...

No Alqueidão, exerciam também a sua autoridade outros funcionários régios, de onde se destacam os jugadeiros.

...[Domingos Jacome] *era jugadeiro e que fora hi jugadeiro bem XVIII anos e que levara ende a jugada pera El Rey daqueles que a aviam de dar*¹⁴¹...

A esses cobradores do fisco da coroa juntavam-se os do fisco da Igreja, os dizimeiros.

...[Joane Tostão] *vira ende El Rey aver a jugada e a San Johane a dizema*¹⁴²...

Esta dízima era paga por, praticamente, todos aqueles que explorassem propriedades no Alqueidão.

...[Domingos Jesus Corredor] *sabia de vista dar as dizemas de todas estas herdades salvo da que chamavam da Pereyra*¹⁴³...

Alguns, ilegalmente, optavam por pagar as dízimas no local onde queriam e não onde deviam.

...[Domingos Domingues dito Calveiro] *disse que vira ende dar as dizemas a San Johane*

¹³⁸ Idem, *Ibidem*, doc. nº 24.

¹³⁹ Maria Teresa Campos Rodrigues, *op. cit.*, p. 71-72.

¹⁴⁰ A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro I do Alqueidão*, doc. nº 11, fl. 12.

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 12.

¹⁴² Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 8.

¹⁴³ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 8.

senpre en todo seu tempo salvo daquela de Dom Origo de que lha nom nom [sic] davam que era cavaleiro poderoso e dava-a en Santarem onde morava¹⁴⁴...

Conclusão. Objecto de permanente cobiça por parte, sobretudo, do concelho de Santarém, do rei e de inúmeros particulares e instituições religiosas, o Alqueidão era tido, muito justamente, como uma das mais férteis propriedades pertencentes ao concelho de Lisboa, mercê da sua localização na zona das lezírias do Tejo.

A documentação não é clara a este respeito, porém, parece dificilmente contestável a informação que é veiculada por inúmeros depoimentos trecentistas e que afirma ter sido Afonso Henriques: seguindo um hábito que parece remontar ao domínio muçulmano; quem teria doado essa propriedade ao concelho de Lisboa para que este a dividisse por entre os pobres da cidade. Esta prática parece ter prosseguido até ao século XIV. Porém, a ineficácia desta forma assistencial parece ter levado a que o município passasse a arrendar essas mesmas terras, revertendo o produto dessas rendas para diversas obras de caridade e assistência, vindo este sistema a manter-se em vigor até meados do século XIX.

O Alqueidão produzia essencialmente cereais mas também leguminosas e, eventualmente, uvas. Era também uma zona, tudo o indica, rica em criação de gado e actividades piscatórias. Daí era oriunda a maior parte dos sáveis consumidos e comercializados em Lisboa, tal como acontecia com a quase totalidade da produção agrícola e pecuária. O Alqueidão afirmava-se, assim, como um dos principais centros abastecedores da capital, à semelhança das restantes lezírias do Tejo que com ele confrontavam a montante e a jusante.

Na sua gestão encontrava-se, em última instância, o concelho de Lisboa através dos seus alvazis e do alcaide. Estes tinham, contudo, os seus representantes locais, o alcaide e o almoxarife do Alqueidão. A estes cabia receber o pagamento dos foros e rendas, exercer a justiça e manter a ordem.

De um modo geral, é esta a imagem que a documentação, essencialmente concelhia, transmite. Contudo, o tema não se encontra esgotado. Muito pelo contrário, muito há ainda por descobrir. Certamente que os núcleos referentes a instituições religiosas de Lisboa e de Santarém poderão fornecer informações novas, pelo que deverão ser os primeiros a ser consultados para uma análise futura que pretenda desenvolver este tema. As pistas ficam aqui para que novos estudos lancem, esperamos, mais luz sobre este tema até agora tão arredado dos horizontes da Oisipografia.

¹⁴⁴ Idem, *Ibidem*, doc. nº 11, fl. 7. Esta herdade de Dom Origo (Ourigo) era a herdade da Pereira: *herdade da Pereyra que chamam de Dom Origo* (A.H.C.M.L.-Casa de Santo António: *Livro 1 do Alqueidão*, doc. nº 11, fl. 11).

Marcas de Água do Arquivo Municipal

Arménio Tojal
Inês Morais Viegas



Propomo-nos, com o breve estudo apresentado, divulgar marcas de água visíveis em documentos do Arquivo Municipal.

Primeiramente, procedemos a uma incursão nos domínios da história do papel: sua origem, evolução das técnicas de fabrico e principais produtores em Portugal.

Num segundo momento, apresentamos os documentos escolhidos - um original de 1577 e um traslado de 1819 - e o estudo das marcas de água respectivas, seguindo uma tipologia específica de descrição.

Segundo a tradição os chineses terão mantido secreto, durante séculos, as fórmulas e técnicas de fabrico do papel. O papel de melhor qualidade era feito de plantas que continham celulose nas suas fibras ou de farrapos de algodão ou linho. Contudo, aquando da captura de alguns prisioneiros por parte dos Muçulmanos, o "segredo" foi transmitido. No mundo muçulmano o papel veio substituir o pergaminho como suporte de escrita, tendo sido posteriormente divulgado pela Europa, onde se vieram a estabelecer várias fábricas de papel.¹

O primeiro documento escrito em papel encontrado em Portugal reporta-se às Inquirições Régias de 1288. Este papel seria, presume-se importado, podendo ser dos outros reinos peninsulares, de Itália, de França, da Alemanha, da Inglaterra ou dos Países Baixos, países com que Portugal mantinha estreitas relações comerciais.

Em Portugal o fabrico de papel, data do segundo quartel do século XV. Inicialmente era feito a partir de plantas e de trapos.

A sua produção era composta por diversas fases:

- 1 - Separação do trapo segundo a cor e qualidade de cada peça.
- 2 - Limpeza, corte e desfiação
- 3 - Lavagem e empastelamento, consistia em tirar as sujidades dos trapos já desfiados, lavados e depois a fabricação da pasta com água.
- 4 - Enformação, isto é, colocação da pasta em formas.²

As folhas eram então empilhadas umas sobre as outras, alternadas por filtros. Depois de secas eram constituídos os cadernos.

¹ A produção de papel aumenta com o consumo e este com as novas necessidades criadas. Torna possível a obra de Gutemberg ... Aparecem as cartas de jogar; requerem-no as embalagens, correspondência pública e particular. Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura. Lisboa, vol. XX, pp.236-246

² SEQUEIRA, Gustavo de Matos *A Abelheira no Fabrico de Papel em Portugal* Lisboa, 1935, ob. cit. por Ana Maria Leitão Bandeira *Pergaminho e Papel em Portugal*, pp. 32 e 36.

A partir do século XIII registam-se as seguintes variedades de papel: imperial, bastardo para livros, ordinário, contragesto, de cruzete, de marca, de cordeiro, de estudante, de balestilha, de Portugal com armas portuguesas, etc. Estas designações dizem respeito ao formato, qualidade, origem e marcas de água.

Em Portugal existem referências ao papel fabricado pelos frades de S. Vicente de Fora na Abelheira e no Tojal junto ao Rio Trancão. O papel que inicialmente aqui era fabricado não se destinava, contudo, à escrita, era antes papel pardo destinado a embrulhos. Todavia, veio a ser substituído pelo papel de escrever e papel selado.

Só em 1441 se instalou o primeiro moinho para o fabrico de pasta de papel, em Leiria. Em 1514 conhece-se um outro, na Batalha, e em 1527 em Alcobaça. Em 1565 foi autorizada a construção de moinhos de papel, em Alenquer. A produção de papel, em regime de exclusividade foi concedida, por carta régia de 10 de Outubro de 1537, a Manuel Gois.

Em 1660 foi introduzido o uso de papel selado em Portugal. Esta medida permitiu que as fábricas nacionais obtivessem uma nova fonte de receita, pois tinha de ser de fabrico nacional. A Carta de Lei de 10 Julho de 1843 determinava as condições do uso de papel selado, e sujeitava-o a imposto de selo.

Durante os Séculos XVI e XVII, a produção de papel não evoluiu, recorrendo-se à importação estrangeira. D. João IV mandou fazer uma oficina em Vila Viçosa, mas só no ano de 1716 a fábrica da Lousã produziu abundantemente papel, sob a protecção de medidas legislativas emanadas por D. João V. Foi uma das fábricas mais importantes em Portugal, com alguns tipos de papel diferentes, papel ordinário, florete e imperial.

O problema da falta de trapo para o fabrico do papel levou a que se tomassem medidas régias proibindo a exportação deste material e obrigando a sua entrega às fábricas da Lousã e de Alenquer.

"Entretanto a indústria papelreira progredia também introduzindo no País o uso de vegetais para o fabrico de papel, em substituição do trapo, matéria prima geralmente usada."³

Em 1802 a fábrica de Vizela iniciou o fabrico de papel de pasta de madeira aplicando uma nova tecnologia. Em 1854 é fundada a Companhia do Papel de Alenquer, tendo sido mais tarde, em 1889, a fabricação sido abandonada, passando à produção de lanifícios. Só em finais do Século XIX, com a criação de novas indústrias e a mecanização das existentes, o regresso à produção de papel foi possível.⁴

³ COSTA, Avelino Paola da A Industria do Papel em Portugal. Lisboa, 1946, pp. 11 e 42.

⁴ PEREIRA CALDAS "Vindicações da prioridade do fabrico do papel de massa de madeira com a descoberta portuguesa, sendo instalado no principio deste século nas Caldas de Vizela, na provincia do Minho, na fábrica da Cascalhata (...)" in *Revista de Guimarães*. Guimarães, 1989, vol. XCIX, pp. 174-199.

Em 1863 existiam 52 fábricas de papel em Portugal, todavia, a matéria prima mais utilizada continuava a ser o trapo. Eram consumidas cerca de 3000.000 Kg. anuais para uma produção anual de cerca de 1500.000 Kg de papel.

A identificação de manuscritos e/ ou impressos só é possível através da História da Indústria de Papel e da análise de algumas das suas características, tais como: os pontusais, as vergaturas e as marcas de água.

Quando uma folha de papel é colocada contra a luz, é possível observar raias claras e escuras alternadamente, resultante da fieira do tear, denominam-se: *vergaturas*. Na perpendicular a estas, existem outras raias claras e isoladas: *pontusais*.

A *Marca de Água* é um desenho que é formado na fieira, pela impressão sobre a pasta da figura. São as marcas de água que nos permitem determinar a idade e a origem dos antigos documentos tornando-se igualmente importantes para a identificação dos documentos, se são originais, cópias, apócrifos, etc.. Podem ser emblemas heráldicos, castelos, instrumentos de música, monogramas, etc.. Aquelas podem identificar a localidade, a data e normalmente são colocadas pelos papeleiros. Cada uma delas tem a sua história e ilustra o seu proprietário, tornando-se cada vez mais pessoal, chegando mesmo a utilizar o nome e iniciais.

No que toca a livros impressos:

- Se os pontusais são verticais e a filigrana está ao centro trata-se de um *in-folio*.
- Se os pontusais são da esquerda para a direita, e a marca de água se encontra ao meio do livro na dobragem, trata-se de um *in-quarto*.
- Se os pontusais se distribuem de alto a baixo e a filigrana no cimo da página, trata-se de um *in-oitavo*.⁵

As marcas de água começam a surgir logo no séc. XIII. Em Portugal, a primeira recolha de marcas de água foi levada a cabo por Athaide e Melo, que as compilou a partir de obras impressas em Portugal e no Estrangeiro mas sem identificar, na totalidade, a sua proveniência. Alguns dos exemplos mais significativos são: a mão elevada, a flor-de-lis, o escudo, as coroas, o cacho de uvas, o veado, o cavalo e outros, mas sem identificar na totalidade a proveniência do fabrico de papel com estas marcas.⁶

⁵ BANDEIRA, Ana Maria Leitão *Pergaminho e Papel em Portugal* Lisboa, 1995, pp. 58.

⁶ MELO, Arnaldo Faria de Athaide e *O Papel como Elemento de Identificação* Lisboa, Publicações B.N., 1926, pp. 16

As marcas de água no *Auto das Diligencias feitas de demarcação do termo desta Cidade (Lisboa) com o termo da Villa de Sintra*. Um projecto ambicioso,

mas quem sabe, a concretizar, seria o recenseamento e estudo sistemático de marcas de água existentes no Arquivo Municipal de Lisboa. O volume documental e o âmbito cronológico do Arquivo da Cidade, com mais de oito séculos a produzir e acumular documentos, tendo na sua grande maioria como suporte o papel, viabilizariam, desde logo, um número e diversidade de marcas de água suficientemente representativos para permitir conhecer uma evolução no panorama nacional.

Não tendo, por agora, esse objectivo, seleccionámos dois documentos, um original de 1577 e um traslado daquele, efectuado em 1819. Trata-se do *Auto das Diligencias feitas da demarcação do termo desta Cidade com o termo da Villa de Sintra*.

Procuramos com este breve estudo não só contribuir para a divulgação da documentação à guarda do Arquivo Municipal, como evidenciar diferenças em marcas de água gravadas em momentos históricos bem distantes, pese embora o facto do suporte - papel - registar a mesma informação, visto estarmos em presença de um original e de um traslado. O carácter modesto e incipiente que reveste as marcas do documento original (do início do último quartel do sé. XVI) contrasta com a grandeza e riqueza de pormenor decorativo da marca de água inscrita no traslado (do primeiro quartel do séc. XIX). O contraste e a diferença espelham uma evolução histórica, na qual se foi manifestando "a preocupação sempre crescente de tornar a marca de água mais significativa, mais pessoal, mais fácil de reivindicar".⁷

Importa esclarecer que se trata de um documento que contém anexados⁸ outros documentos, constituindo - o todo - uma unidade de informação; são eles, por ordem cronológica e não pela ordem em que se encontram fisicamente dispostos:

Notificação de 26 de Outubro de 1577.

Auto das Diligências de 31 de Outubro de 1577.

Juramento de 31 de Outubro de 1577.

Juramento de 2 de Novembro de 1577.

Juramento de 4 de Novembro de 1577.

Sumário de Testemunhas (de Lisboa e Sintra) de 4 de Novembro de 1577.

Demarcação de 4 de Novembro de 1577.

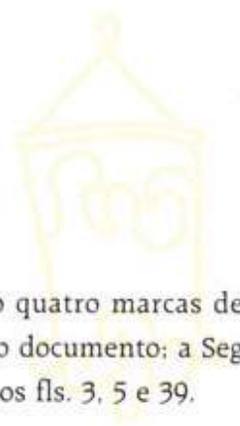
Carta dos Vereadores de 27 de Novembro de 1577.

Despacho de 17 de Dezembro de 1577.

⁷ MELO, Arnaldo Faria de Athaide e - *O papel como elemento de identificação*. Lisboa. Publicações B.N., 1926 p.18.

⁸ Os documentos foram anexados através de cosimento.

Despacho de 18 de Dezembro de 1577,
Embargos de 6 de Fevereiro de 1578,
Despacho de (...) Fevereiro de 1578,
Resposta da Cidade de (...) Fevereiro de 1578,
Mandado para Informação de 19 de Fevereiro de 1578,
Certidão de 25 de Fevereiro de 1578.



O documento⁹ é constituído por 40 fólios, apresentando quatro marcas de água distintas. A primeira¹⁰ surge no fl. 2 e repete-se ao longo do documento; a Segunda, terceira e quarta¹¹ surgem uma única vez, respectivamente nos fls. 3, 5 e 39.

Antes de apresentarmos as fichas de descrição¹², importa fazer uma breve referência ao conteúdo informativo do documento apresentado.

Perante dúvidas surgidas quanto à delimitação exacta do Termo da cidade de Lisboa¹³ e o da vila de Sintra, o Licenciado Luís Lourenço, Juíz do Tombo da Cidade, mandou Domingos da Cunha - Escrivão do Tombo - proceder àquela demarcação, "fazendo para isso citar os juizes e vereadores e procuradores de cada huma das dittas villas". A demarcação não foi imediatamente pacífica, dando lugar a embargos e reclamações junto do Juíz do Tombo.

Da leitura deste documento, apercebemo-nos da existência de marcos antigos que assinalavam a linha separadora do Termo e vilas confinantes, concretamente, Sintra, e da rectificação a que se procedeu. Parece-nos ser esta a demarcação a que Augusto Vieira da Silva, nos *Dispersos*, se refere como tendo desaparecido¹⁴.

⁹ Pretendemos designar o conjunto de quinze documentos.

¹⁰ Designada na ficha de descrição com o nº 1.

¹¹ Designadas na ficha de descrição, respectivamente, com os nºs 2, 3, e 4.

¹² Utilizamos no presente trabalho as fichas de descrição usadas na cadeira de Codicologia do Curso de Especialização em Ciências Documentais, da Faculdade de Letras de Lisboa, dirigida pelo Prof. Doutor Aires do Nascimento.

¹³ Da remodelação do concelho de Lisboa, por decreto de 11 de Setembro de 1852, resultou a extinção do Termo. A cidade ficou delimitada por um muro e estrada de circunvalação para fins aduaneiros.

¹⁴ "De um documento de 1610, publicado in *O Archeologo Português* (vol. X, 1905, pág. 162), depreende-se que havia marcos já desde muito tempo: quando era juiz do Tombo da Cidade um licenciado Luís Lourenço (pelos fins do 3º quartel do século XVI), foram implantados, alguns ao lado de outros mais antigos que se achavam emborcados no chão, vários marcos tendo gravada uma naveta, divisa da cidade, e lavraram-se os respectivos autos de demarcação entre os Termos da Cidade de Lisboa e os das vilas de Sintra e de Torres Vedras. Esses autos, assim como os das demarcações com os das restantes vilas confinantes, deviam constar de um livro da Câmara Municipal que parece haver-se extraviado." SILVA, Augusto Vieira da - *Dispersos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968, vol. 1 p. 54.

MARCAS DE ÁGUA

1. MOTIVO REPRESENTADO

Nº 1 - Esfera com bordadura, atravessada por um eixo, encimada por estrela de cinco pontas, com pequeno círculo suspenso.

Referência - A. Melo: A marca de água apresentada é muito semelhante aos nºs 90, 99, 104, 108 e 109 do repertório.

Nº 2 - Esfera com dois eixos cruzados, sob roseta de cinco pétalas, com pequeno círculo suspenso.

Referência - A. Melo: Apresenta algumas semelhanças com o nº 93 do repertório.

Nº 3 - Marca de água mais difícil de identificar atendendo ao desvanecimento ocorrido. Parece-nos tratar-se de um sino com um motivo decorativo ao centro (flor?).

Referência - A. Mosin: Insere-se na mesma tipologia mas com diferenças visíveis dos nºs 2978 a 2996.

Nº 4 - Cabeça de boi

Referência - A. Melo: Apresenta semelhanças com o nº 12 do repertório; A. Mosin: semelhanças com os nºs 151 a 160.

Nº 5 - Escudo estilizado com moldura, encimado por uma coroa igualmente estilizada. O escudo é cortado, apresentando na parte superior uma águia armada sob coroa e na parte inferior uma torre sobre três montes.

Legenda: GIOR^o MAGNANI

Contramarca: ALMASSO

Referência - E. Headwood: O nº 3748 do repertório é igual à marca de água apresentada.

2. DESENHO - decalque

Dimensões (à escala 1/1)

	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5
Distância entre pontusais	20 - 23 mm	18 - 23 mm	18 - 23 mm	30 - 33 mm	28 mm
Espaço ocupado por 20 vergaturas	25 mm	25 mm	25 mm	25 mm	20 mm

3. RECONSTITUIÇÃO DA FOLHA

	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5
Sistema de dobragem	Infólio	Infólio	Infólio	Infólio imperfeito	Infólio
Dimensões	285 x 205 mm	310 x 215 mm			

4. FONTE

Documento original: *Auto das Diligencias feitas de demarcação do termo desta Cidade com o termo da Villa de Sintra*, datado de 31 de Outubro de 1577. Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo do Arco do Cego - Foros, cx. 193.

Traslado: *Auto das Diligencias feitas de demarcação do termo desta Cidade com o termo da Villa de Sintra*, datado de 23 de Março de 1819 (realizado por João Filipe da Cruz, Presbítero secular, Paleógrafo Diplomático). Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo do Arco do Cego - Foros, cx. 193.

5. ORIGEM/DISTRIBUIÇÃO

	Nº1	Nº2	Nº3	Nº4	Nº5
Lugar/Fabricante	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Mosin e Traljic ¹⁵	Desconhecido
				apontam a Itália como local de origem, no entanto referem a Alemanha e a Polónia como locais onde parece ter tido maior utilização	
Distribuição	Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal	Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal	Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal	Polónia, Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal	Headwood ¹⁶ refere o seu uso no Norte de África, entre 1822-1823. A fábrica da Lousã produziu, igualmente, esta marca de água ¹⁷ . Reconhece-se a mesma marca nos Livros do Almoxtarifado de Alcoelha, de 1809, à guarda do LAN/TT. ¹⁸

As Marcas de Água apresentadas estão de acordo com a disposição do conteúdo dos documentos analisados.

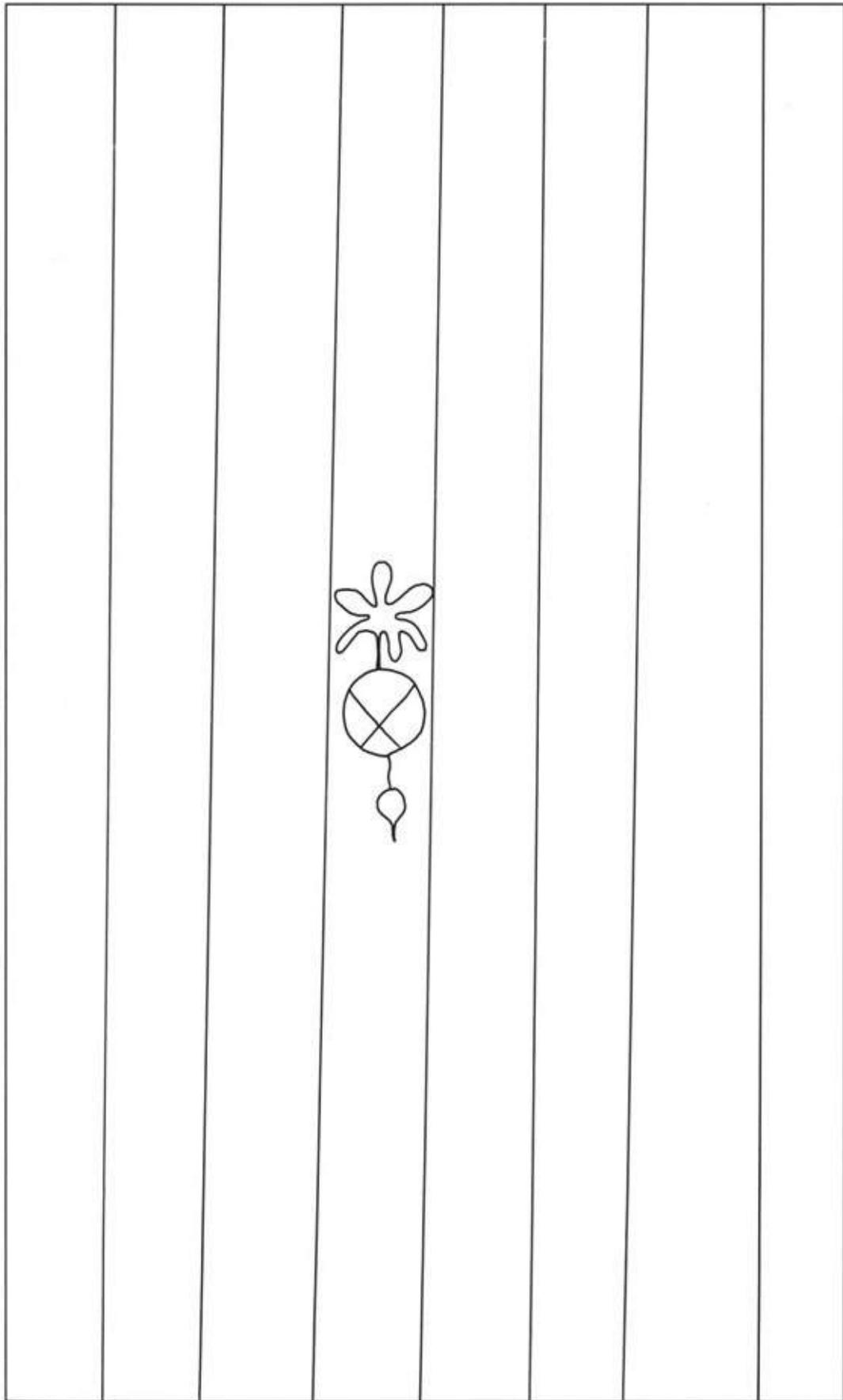
¹⁵ MOSIN, Vladimir A., TRALJIC, Seid M. - *Les filigranes des XIIIe. et XIVe. ss.* Zagreb, Académie Yougoslave des Sciences et des Beaux-arts, Institut d' Histoire, 1957, vol. I.

¹⁶ HEADWOOD, Edward - *Watermarks*, Holland, Paper Publications Society, 1950, p. 147.

¹⁷ BANDEIRA, Ana Maria Leitão - *Pergaminho e papel em Portugal: tradição e conservação*, Lisboa, CELPA, BAD, 1995, p. 47. Trata-se do mesmo desenho, com diferente legenda alusiva à fábrica e nome do fabricante, de 1828?

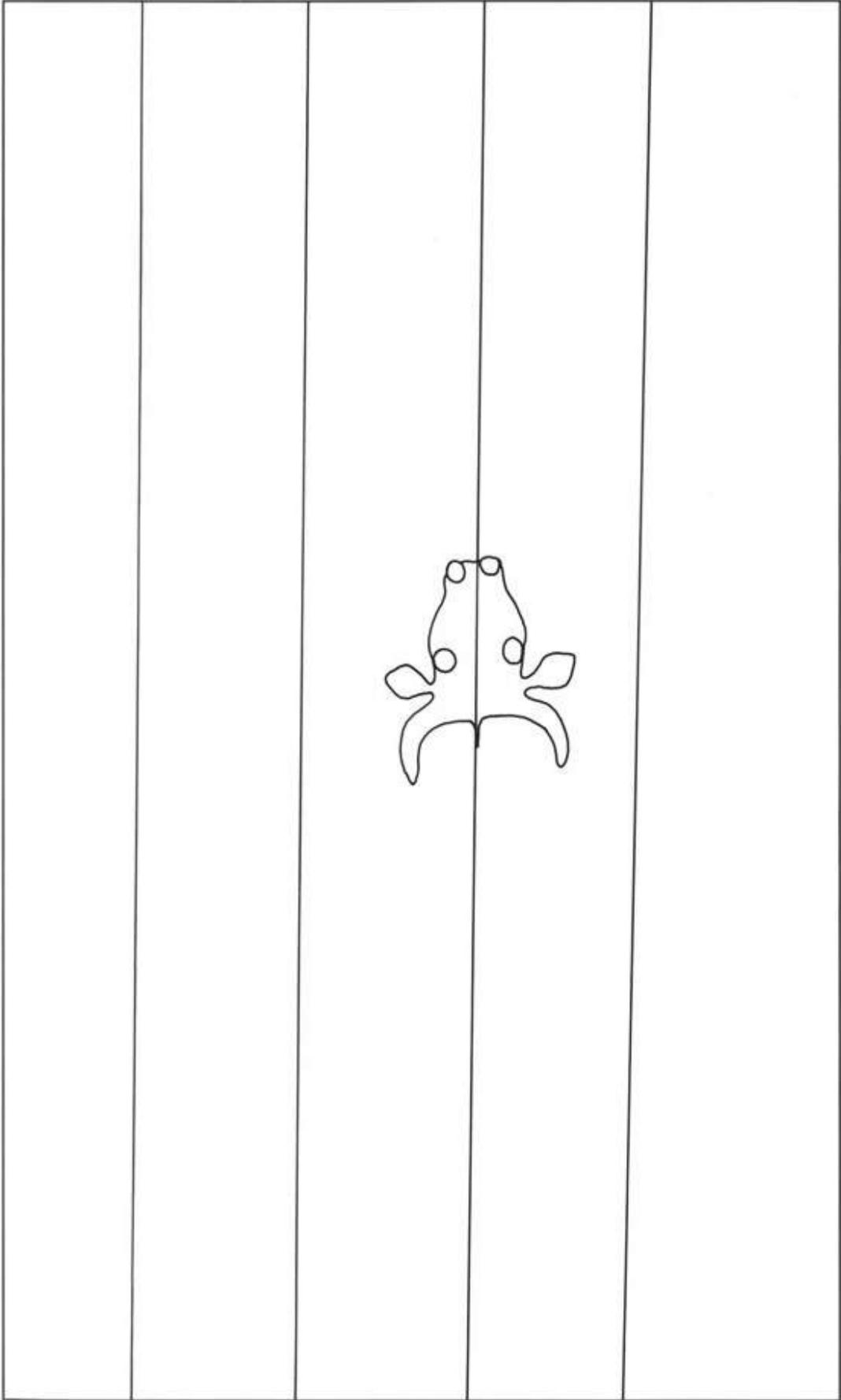
¹⁸ Por exemplo, no Lv. 57. Esta marca de água foi recolhida no âmbito de um trabalho académico para a cadeira de Codicologia, do Curso de Especialização em Ciências Documentais/Faculdade de Letras de Lisboa, realizado por Helena Goulart de Medeiros em 1993.

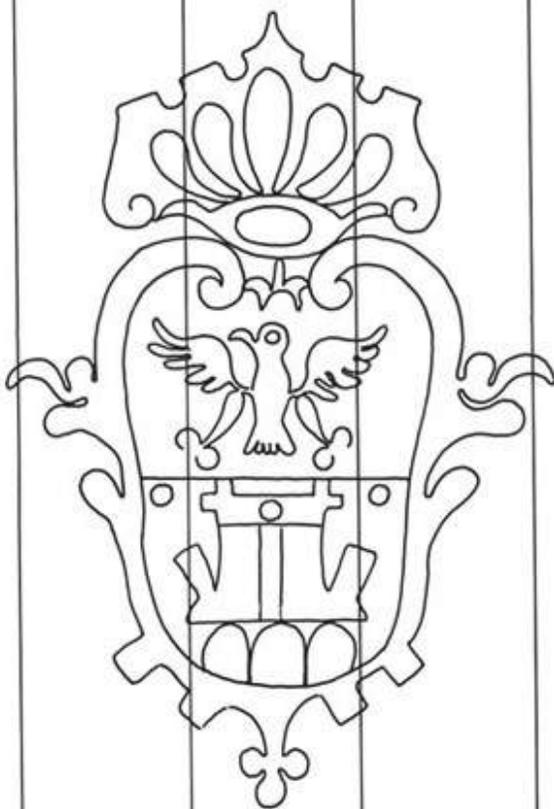
							
--	--	--	--	--	--	--	--



--	--	--	--	--	--	--	--







GIOR MAGNANI

--	--	--	--	--	--	--

AL MASSO

1

BIBLIOGRAFIA

ANSELMO, Artur - *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa, 1981.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão - *Pergaminho e papel em Portugal: tradição e conservação*. Lisboa, CELPA, BAD, 1995.

BRIQUET, Charles M. - *Les Filigranes: Dictionnaire Historique des Marques du Papier des leurs apparition. vers 1282 jusqu'en 1600* Leipzig. Ver Lag, von Karlwp. Hierfman. 1923, s.n., 4 vol.

CASTRO, Armando de - "Papel" in *Dicionário de História de Portugal*. (Dir. de Joel Serrão). Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979. Vol. III., pp. 305.

COSTA, Avelino Paola da - *A Indústria do Papel em Portugal*. Lisboa, s.n., 1946.
ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DA CULTURA - Lisboa, Verbo, s.d., vols.XII, XIV.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA-BRASILEIRA - Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., vols. XVI, pp. 244-256, XX, pp. 236-246.

GUERRA, Rui Moreira de Sá e - *A Prioridade do fabrico do papel com pasta de madeira na Quinta de Sá*. s.l., 1989.

HEADWOOD, Edward - *Watermarks*. Holland, Paper Publications Society, 1950

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 1873-1890, vol. VI; pp. 451 e 452.

MELO, Arnaldo Faria de Athaide e - *O papel como elemento de identificação*. Lisboa, Publicações B.N., 1926.

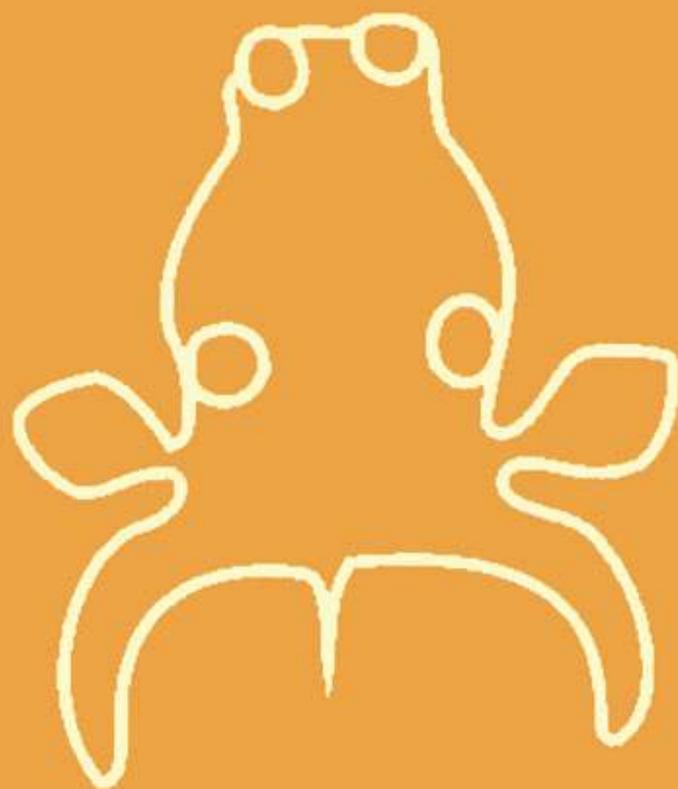
MOSIN, Vladimir A., TRALJIC, Seid M. - *Les Filigranes des XIIIe. et XIVe. ss*. Zagreb, Académie Yougoslave des Sciences et des Beaux-arts, Institut d'Histoire, 1957, 4 vols.

SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (dir.) - "Termo de Lisboa" in *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa, Carlos Quintas & Associados - Consultores, Lda., 1994, pp. 902.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *A Abelheira e o fabrico do papel em Portugal*. Lisboa, 1935.

SILVA, Augusto Vieira da - *Dispersos*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968, vol I.

VITERBO, Joaquim de Santa-Rosa - "Papel" in *Elucidário das palavras, termos e frases*. Lisboa, 1798-1799; Vol. II, pp. 462.



A Contribuição
Municipal do Donativo:
a História e os Documentos

Ana Caessa

Introdução. De entre o vasto acervo documental à guarda do Arquivo Histórico Municipal de Lisboa destaca-se, quantitativamente, a documentação relativa à cobrança, por administração, ou por contrato, de várias rendas e/ou impostos municipais, ora ligados ao movimento portuário do Tejo, ora mais directamente relacionados com a actividade comercial na cidade de Lisboa. Grande parte dessa documentação, integrada num grupo aleatoriamente constituído designado por Miscelânea, encontra-se em fase de inventariação e tratamento arquivístico não estando, por isso, à consulta do público que, por consequência, geralmente a ignora, apesar de constituir uma fonte essencial para o estudo da vida económica da cidade ¹.

Assim, este segundo número dos *Cadernos do Arquivo Municipal*, subordinado ao tema da água, afigura-se como ocasião privilegiada para a divulgação de um conjunto documental (recentemente tratado) relativo à cobrança de um rendimento - o Donativo - cuja existência se deve à relação multissecular entre a cidade e o rio. Em primeiro lugar, porque recaía sobre embarcações e mercadorias que cruzavam as rotas fluviais do Tejo para abastecer Lisboa e em segundo, porque a sua cobrança surgiu da necessidade de custear a construção de um cais para descarga de um certo tipo de mercadoria, constituída por combustíveis como o tojo, a carqueja, o mutano, a faxina, o carvão, a cepa e a lenha², vitais para o quotidiano da cidade mas que, sob a permanente ameaça de incêndio, exigiam cuidados especiais na descarga, na armazenagem, na distribuição e no uso.

Não é objectivo deste trabalho fazer qualquer estudo económico (com base na arrecadação das quantias, ou a partir da identificação dos circuitos fluviais), nem traçar qualquer evolução urbanística da cidade (a modificação que sofreu uma parcela da zona ribeirinha com o aparecimento de um cais), muito embora essas propostas se adivinhem aliciantes. Pretende-se aqui, tão só, trazer ao conhecimento do público a existência de um conjunto documental importante para o conhecimento da história de Lisboa, tornando-o inteligível em termos históricos e materiais e, ao mesmo tempo, efectuar uma primeira abordagem dos seus principais aspectos.

¹ Sintomático é o facto de praticamente não existir bibliografia sobre esses rendimentos municipais mais antigos, salvo a excepção constituída pela obra de Eduardo Freire de OLIVEIRA (*Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1932. 1ª reimpressão, 17 volumes) que todos os autores posteriores que têm abordado, sucinta e genericamente, o assunto citam em abundância limitando-se, na maioria dos casos, a repetir informações sem nada acrescentar.

² Trata-se de combustíveis naturais de origem botânica: tojo e carqueja, são designações que se dão a várias plantas espinhosas que, quando secas, servem de acendalha; mutano e faxina são palavras, quase caídas em desuso, que designam respectivamente os molhes de tojo ou de pinho e os feixes de paus e ramos; a expressão cepa é utilizada com o sentido de pequeno tronco ou toro.

A História. A palavra Donativo denuncia uma origem pouco comum nas contribuições municipais. De facto, tudo indica que o Donativo surgiu da iniciativa daqueles que se propuseram pagá-lo, ao invés de aparecer imposto pelas autoridades locais e malvindo aos pagadores. Numa representação de 1766 ao Senado da Câmara de Lisboa, o juiz do povo, Joaquim Pereira Carroço, expôs a necessidade da construção de um cais, especialmente destinado a receber as embarcações que abasteciam a cidade de combustíveis como o tojo, a carqueja, o mutano, o carvão, a cepa e a lenha³. Argumentava que a inexistência de um local com essas características prejudicava gravemente a cidade: fazendo-se a descarga dessas matérias aleatoriamente pelas praias fluviais da cidade, não era raro faltar combustível em Lisboa, uma vez que as atracagens e as descargas eram difíceis e morosas; por outro lado, a ausência de um local específico para acomodar a mercadoria descarregada, provocava despesas adicionais de transporte e armazenagem aos negociantes desses géneros, que se reflectiam na subida dos preços. Aquele magistrado defendia, assim, que se deveria proceder com urgência à construção que era necessária tanto na parte oriental da cidade, como na ocidental. Porém, consciente de que uma obra de tal envergadura implicava gastos elevados e que a Fazenda da Cidade, dadas as calamidades da época⁴ não disporia dos meios, apresentou uma solução que, em sua opinião, contentaria o Senado, os comerciantes e o povo de Lisboa. Baseado numa estimativa sobre o número de embarcações que anualmente descarregavam na cidade matérias combustíveis, na quantidade de mercadoria descarregada e nos locais mais frequentados pelas embarcações, propôs que a Câmara lisboeta iniciasse a construção de um cais na parte oriental da cidade, finda a qual deveria principiar a cobrança de uma contribuição de 300 reis por viagem aos barcos que transportassem mutano, carvão, lenha e cepa e 5 reis por cada talha⁵ de tojo que fosse descarregada. Assim, segundo os seus cálculos, não seria difícil repor, em pouco tempo, a despesa que, uma vez coberta, deveria levar à extinção da contribuição.

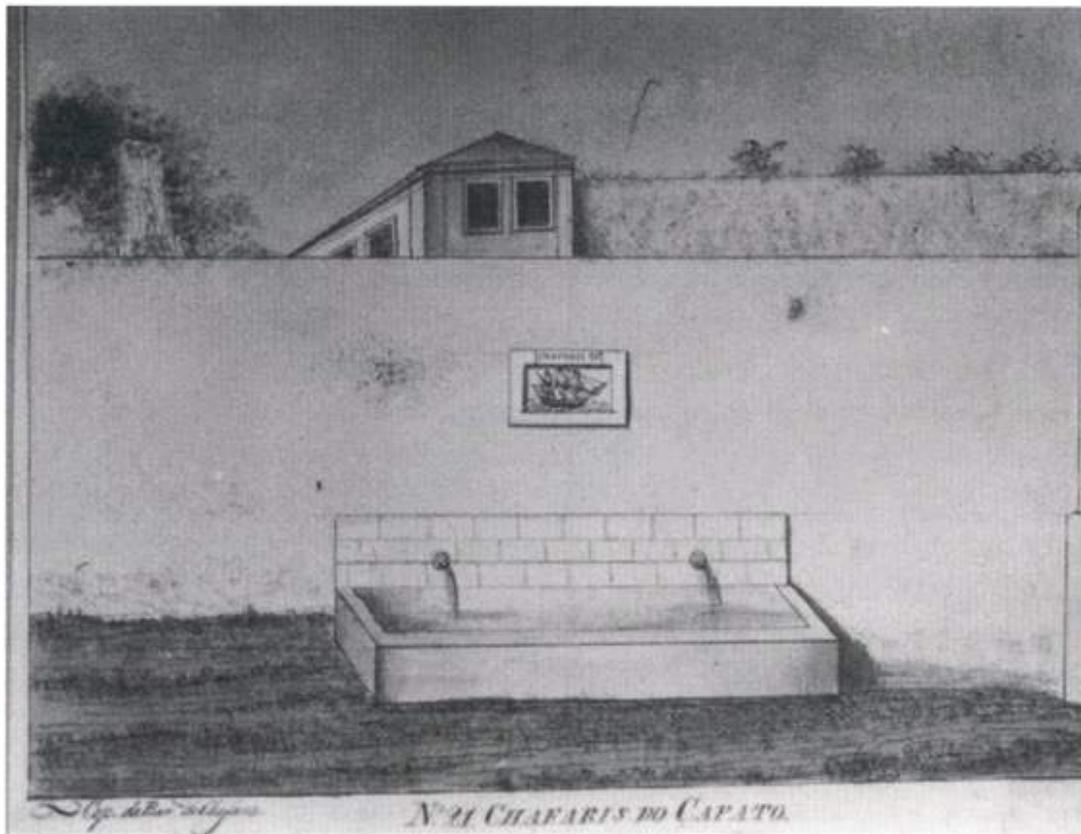
³ A.H.C.M.L.: *Livro 15º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I*, 1766-1767, fls. 4 a 6 (Ch.R.Lv.191).

⁴ Às calamidades da época, referidas pelo juiz do povo, não estará alheio o Terramoto de 1755 que, das 40 freguesias lisboetas, terá destruído e queimado 16 e arruinado 12. Nesses locais residiria a maioria das 10.000 vítimas que terão perecido. A zona ribeirinha da cidade foi das mais afectadas, incluindo a freguesia de Santa Engrácia, onde se localizava a Bica do Sapato e um cais. A zona da Boavista não teria sido tão afectada. Sobre este assunto, ver: Francisco Pereira de SOUSA, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico*, Volume III (*Distrito de Lisboa*) Lisboa, Tipografia do Comercio, 1928.

⁵ A palavra talha é, aqui, utilizada para designar uma unidade de medida que determinaria o tamanho dos molhes de qualquer dos géneros combustíveis referidos, à excepção do carvão que era medido em cirandas, cestos circulares cujo tamanho e tramagem estava pormenorizadamente regulamentado (A.H.C.M.L.: *Livro de Registo das Ordens e Despachos Expedidos do Senado da Câmara ao Recebedor do Donativo do Cais da Bica do Sapato*, 1770-1825, fl. 31 e 31v: Don.01-001).



Formenhor da *Carta Topográfica de Lisboa: Levantamento de 1856 a 1858 por Ordem de Sua Magestade Sob a Direcção de Filipe Folque* (folha nº 38. Arquivo Municipal - Arco do Cego) assinalando o Cais do Tojo da Bica do Sapato.



Desenho do Chafariz da Bica do Sapato, da autoria de Luís Gonzaga Pereira. O Chafariz (demolido após as expropriações de 1859 para a construção da Estação de Caminhos de Ferro de Santa Apolónia) estaria voltado para a margem do Tejo onde se situava o cais do tojo que, por isso, tomou o nome de Cais do Tojo da Bica do Sapato (Arquivo Fotográfico Municipal: A 9153)

Do bom acolhimento que recebeu a proposta do juiz do povo é prova uma consulta datada de 20 de Março de 1766, expondo o assunto e remetendo a representação do juiz⁶. A resposta não se fez esperar e as propostas apresentadas foram autorizadas pela resolução régia de 21 de Março de 1766⁷.

Em Outubro de 1769 estava concluída a construção de um dos cais, o da parte oriental da cidade, na praia fluvial em frente à Bica do Sapato⁸. De acordo com o planeado, um edital datado de 2 de Novembro de 1769 divulgou o início da cobrança da nova contribuição e proibiu o desembarque de mutano, carvão, lenha, cepa e tojo em todos os portos e praias à excepção do recém edificado Cais da Bica do Sapato e da praia fluvial da Boavista, à Esperança⁹, disposições que seriam renovadas no edital de 24 de Janeiro de 1770¹⁰. Se a zona ribeirinha em frente à Bica do Sapato foi alvo de obras e a construção do cais envolveu a edificação de infraestruturas de apoio, como os molhes, ou caldeiras, para abrigo de embarcações "miúdas" e locais de armazenagem organizados segundo um plano racional em benefício da funcionalidade e da segurança¹¹, a zona da Boavista, à Esperança, não mereceu mais do que arranjos ocasionais e o cais nunca chegou a ser construído¹², o que não impediu que o local fosse conhecido por Cais do Tojo da Boavista, que funcionasse do mesmo modo que o verdadeiro Cais do Tojo da Bica do Sapato e fosse alvo da mesma tributação. Estes locais, desde há muito utilizados para descarga de mercadorias combustíveis¹³, passaram a ser os únicos "Cais do Tojo" da cidade e aí se estabeleceram os respectivos locais de depósito e mercados. Também aí funcionavam as mesas para a arrecadação da nova contribuição, conhecida por Donativo, directamente dependentes da Junta da Fazenda da Cidade.

Resultado do descontentamento provocado pela continuação da cobrança associada à inexistência de qualquer previsão de obras na Boavista, é a representação datada de 26

⁶ Livro 15º de Consultas... fl. 3.

⁷ *Idem*.

⁸ Eduardo Freire de OLIVEIRA. *Op. cit.*, vol. I, pp.219-220. Ver também: Júlio de CASTILHO. *A Ribeira de Lisboa. Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 117

⁹ Adicionando o pagamento de 5 reis a cada talha de pinho. Transcrito por Eduardo Freire de OLIVEIRA. *Op. cit.*, vol. XVI, pp.259-260.

¹⁰ A.H.C.M.L.: *Editais: 1800-1813*, doc.50 (Ch.C. Lv C45); acrescentando advertências aos não cumpridores e a discriminação das penas em que incorrem: prisão e perda da mercadoria descarregada, a dividir entre o município e o denunciante.

¹¹ Adolpho LOUREIRO. *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1906. Volume III, Parte I, p. 144.

¹² Eduardo Freire de OLIVEIRA. *Op. cit.* vol. I, pp. 219-220 (especialmente nota 2).

¹³ Júlio de CASTILHO. *Op. cit.*, pp.116-117: baseado numa estampa datada do século XVI, defende a existência, na zona da Bica do Sapato, de uma caldeira e de um cais para carvão, tojo e madeira. Adolpho LOUREIRO. *Op. cit.*, pp.152-153: dissertando sobre os arranjos da zona ribeirinha ocidental da cidade, fala da ruína de antigos cais que serviam para a atracagem e descarga de géneros de consumo, incluindo os combustíveis e refere algumas providências tomadas, já em 1725, para a construção de um cais e criação de instancias para a lenha, o tojo e o carvão, na área em frente ao "chafariz da praia".

de Novembro de 1778, dirigida pelo juiz do povo, José Manuel Moreira, ao Senado da Câmara solicitando que se iniciasse a construção do segundo cais, na zona ocidental da cidade, ou se comparasse a despesa da construção do Cais da Bica do Sapato com a importância arrecadada, através da cobrança do Donativo e se fizesse cessar a contribuição no caso da despesa já estar coberta¹⁴. Desta vez, a representação do juiz do povo não terá sido tão bem acolhida pois, para além de não haver notícias da tomada de qualquer das providências sugeridas, pouco tempo depois, através do edital de 24 de Janeiro de 1779, o imposto de 5 reis por talha de tojo, ou pinho, tornou-se extensível ao mutano, à faxina e à carqueja¹⁵.

Eram, deste modo, esquecidas as condições que deram origem ao Donativo que perdia, assim, o que fazia dele uma contribuição original: o seu carácter voluntário e provisório. Gradualmente, o Donativo foi-se diluindo entre as várias contribuições impostas pela edilidade, até a sua cobrança não causar motivo de contestação, nem qualquer atenção específica da parte do município. Exemplificativo é o seu percurso na organização da Câmara Municipal de Lisboa ao longo dos anos em que cobrou o Donativo - de 1770 a 1911. Durante este período de tempo, a cobrança sofreu algumas alterações significativas e a responsabilidade de a garantir mudou, com relativa frequência, de mãos dentro dos organismos municipais. Todas as modificações, provocadas pelas mais variadas condições, esboçam uma evolução no sentido de transformar especificidade em banalidade e precariedade em permanência.

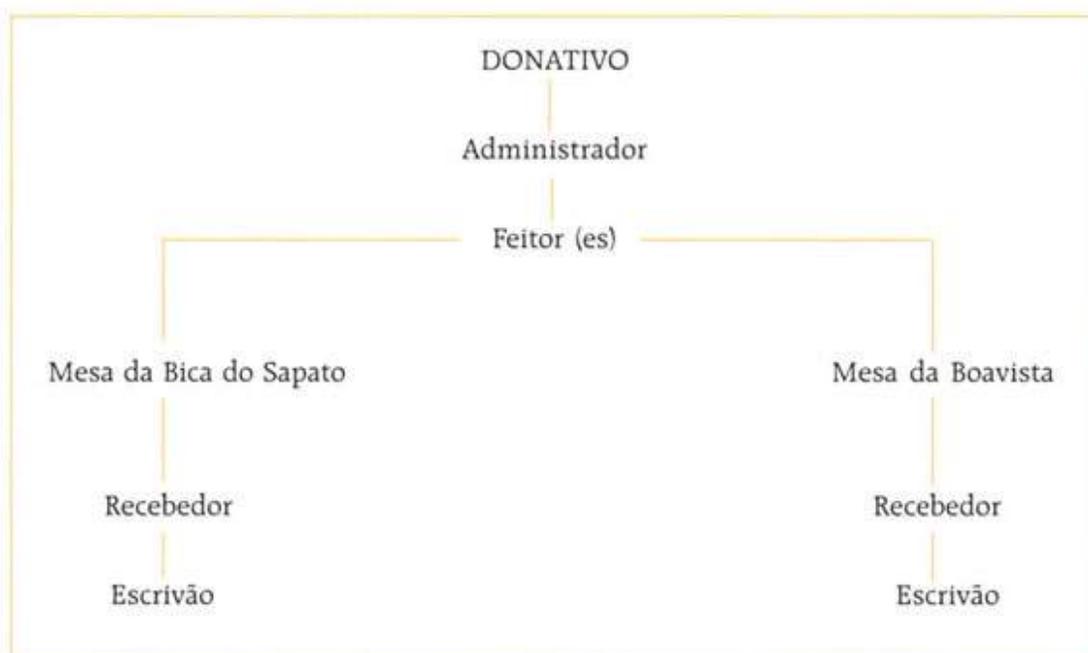
Numa primeira fase da sua existência, entre 1770 e 1836, os rendimentos do Donativo foram arrecadados pelas Mesas da Bica do Sapato e da Boavista, segundo um regulamento aprovado a 29 de Agosto de 1775¹⁶. Esse documento, para além de estipular as circunstâncias em que deveria ser cobrado o Donativo (já divulgadas pelo edital de 2 de Novembro de 1769, acrescentando apenas pormenores como o facto de nem mesmo os combustíveis destinados a pessoas privilegiadas estarem isentos da tributação, ou a insistência na obrigação de apenas se descarregarem mercadorias mediante a apresentação do bilhete comprovativo do pagamento da entrada da embarcação no cais), distribui responsabilidades aos encarregados da cobrança e estabelece as modalidades de registo. Assim, fica-se a saber que cada mesa do Donativo possuía um feitor, um recebedor e um escrivão, como oficiais principais, a cuja autoridade estariam provavelmente submetidos alguns funcionários auxiliares. Os lugares de feitores da administração das mesas de arrecadação seriam ocupados

¹⁴ A.H.C.M.L.: *Livro 2º de Registos da Casa dos Vinte e Quatro* (desaparecido), citado por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 220, nota 5.

¹⁵ Transcrito por Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Op. cit.*, vol. XVI, pp.259-260.

¹⁶ *Livro de Registo das Ordens e Despachos* ...fls.2 a 3.

cumulativamente. Ao recebedor do Cais do Tojo da Bica do Sapato cabia a inspecção de todos os barcos que aportassem nas praias da parte oriental da cidade até à Praça do Comércio; ao recebedor do Cais do Tojo da Boavista caberia o mesmo tipo de fiscalização, mas dessa praça para ocidente. Aos escrivães das mesas competia o registo da arrecadação do rendimento. Cada mesa deveria possuir dois livros de receita anual - um para o rendimento das entradas das embarcações nos cais (300 reis) e outro para o das talhas (5 reis) - para além de um livro de registo de ordens e despachos que lhes eram remetidos pelo Senado da Câmara. No final de cada mês, os recebedores deviam fazer, no Cofre Geral da Cidade, a entrega dos rendimentos auferidos, não sem antes o escrivão ter passado nos próprios livros uma certidão comprovando, através das somas dos registos diários, que nenhum dinheiro fora desviado.



Circunstâncias que se prendem com as dificuldades à boa cobrança e à correcta arrecadação do rendimento do Donativo foram originando mais documentação exortando ao cumprimento do regulamento¹⁷, clarificando aspectos já regulamentados, acrescentando determinações, ou apresentando alterações¹⁸. Desse vasto conjunto de disposições, algumas são de especial relevância. É o caso da nomeação efectuada a 24 de Outubro de 1797 pela Junta da Fazenda da Cidade, de um administrador das mesas

¹⁷ Vejam-se a título de exemplo: os editais de 19-3-1790 e de 2-6-1809, a ordem do Senado de 27-3-1792 e os despachos do Senado de 18-5-1798 e de 24-3-1810, todos transcritos no *Livro de Registo de Ordens e Despachos...* fls. 34-35, 35v, 8; e 20 respectivamente, à excepção do edital de 2-6-1809 em *Editais: 1800-1813*, doc.86 (Ch.C. Lv C45).

¹⁸ Como é o caso, entre outros: do edital de 13-4-1801, das ordens de 13-4-1012, de 12-1-1802, de 18-7-1808 e de 12-5-1812 e da portaria de 28-7-1810, (transcritos no *Livro de Registo de Ordens e Despachos...* fls. 17-19, 10, 11-12 e 22 respectivamente).

do Donativo, por se ter verificado, através da diminuição do rendimento na Mesa da Boavista, a necessidade de submeter a uma autoridade superior mais próxima as actividades dos feitores das duas mesas¹⁹. Poucos dias após a nomeação, a 17 de Novembro de 1797, uma ordem da Fazenda do Senado impõe aos escrivães das mesas do Donativo, a obrigação de apresentarem todos os seus livros ao administrador sempre que ele os solicitasse para conferir os registos com os seus feitores²⁰. Talvez na mesma perspectiva de garantir a boa administração do imposto se possa ler a resolução régia de 21 de Novembro de 1812 na qual se estabelece o emolumento de 20 reis por cada recibo de pagamento do Donativo, a reverter a favor dos escrivães das mesas²¹. Estes usufruíram desse agravamento fiscal até 1836, quando uma deliberação camarária de 4 de Outubro fez transferir o lucro dos emolumentos para o cofre da cidade²². É certamente também o caso da portaria do senado de 24 de Novembro de 1818 que, mais do que alterar o método aprovado em 1775, o clarifica e acrescenta no sentido de evitar abusos tanto da parte dos cobradores, como da parte dos contribuintes²³.

O edital de 8 de Outubro de 1836 dá início a uma nova fase na existência do Donativo anunciando a reforma da Repartição do Ver-o-Peso e extinguindo as Mesas do Cais do Tojo da Bica do Sapato e da Boavista²⁴. Até ao final de 1836 a administração do Donativo foi concebida autonomamente e exigiu toda uma infraestrutura burocrática que, após a saída do referido edital que transfere a responsabilidade da cobrança dos direitos do Donativo para a Mesa Geral do Ver-o-Peso, desapareceu por completo. A partir de então a arrecadação do Donativo é feita por funcionários da Casa do Ver-o-Peso e o seu respectivo registo passa a ser feito anualmente num só livro (e em colunas dos livros de receita geral do mesmo organismo), segundo um novo regulamento²⁵. Este estipula o pagamento do Donativo de outra forma: todos os barcos que conduzissem a

¹⁹ *Livro de Registo de Ordens e Despachos...* fls.5-6.

²⁰ *Idem*, fls. 6-6v.

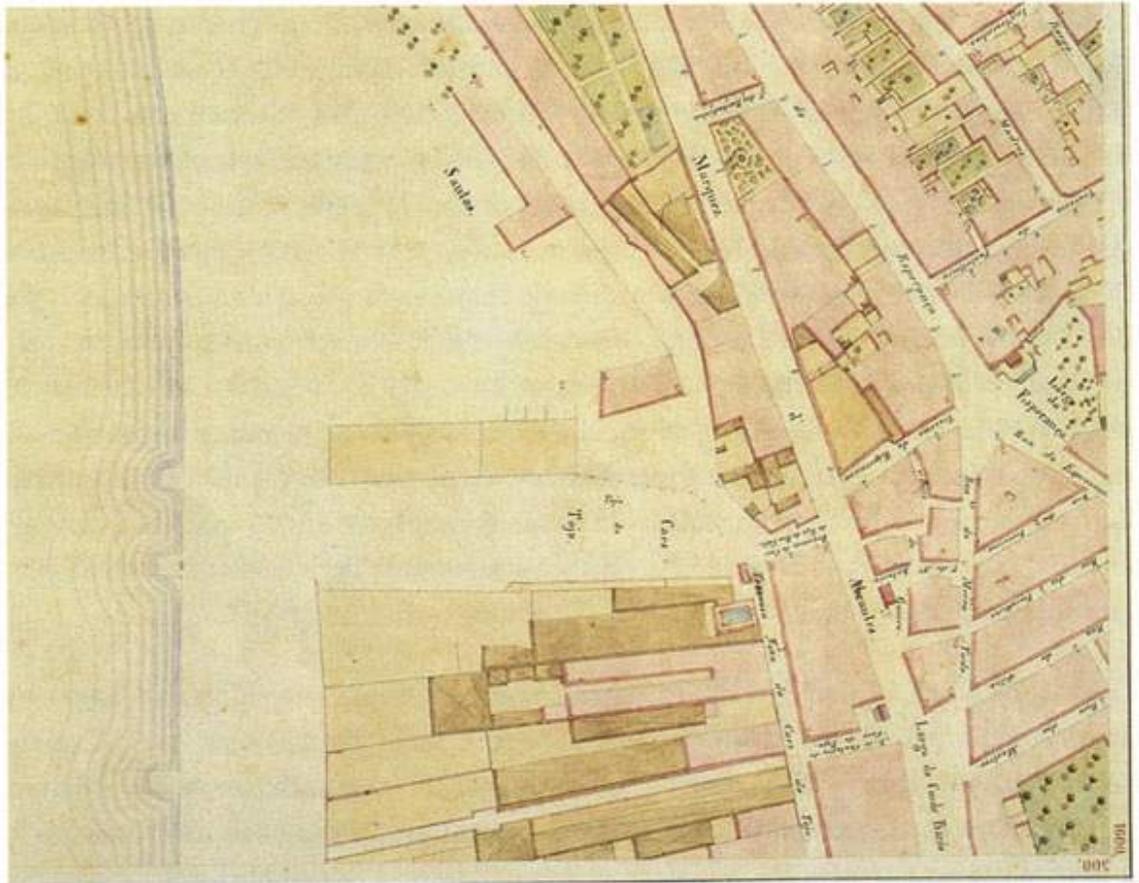
²¹ *Idem*, fl. 32v.

²² *Collecção de Providencias Municipaes da Câmara de Lisboa desde 1833*. Tomo I (1833-1857).Lisboa. Typographia de Silva .s.d., p. 76.

²³ *Livro de Registo de Ordens e Despachos...* fls.30-31: onde se declara ser a portaria resultado de vários requerimentos de contribuintes e outros que, não o sendo, têm vindo a ser indevidamente tributados. Referem-se, entre outros queixosos, os utilizadores dos fornos de cal e de pão das imediações da Boavista. E, de facto, nos livros de receita anual a servirem na administração do Donativo do Cais do Tojo da Boavista aparecem, não raramente, registos de rendimentos provenientes dos fornos de cal e dos portos de Belém, a partir de 1812.

²⁴ *Collecção de Providencias...* p. 77.

²⁵ Atendendo a que a Casa do Ver-o-Peso nunca foi alvo de um estudo exaustivo, nem a documentação, existente no Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, relativa a essa instituição camarária se encontra, ainda, convenientemente inventariada, é difícil obter informações pormenorizadas a tudo o que lhe respeita. Assim, não foi até agora encontrado o documento que regulamenta o novo método de arrecadação do Donativo. Este é, contudo, perceptível em parte através da consulta dos próprios códices que contêm os registos dos rendimentos arrecadados (os livros da receita do Donativo na Mesa do Ver-o-Peso e, mais tarde, os livros da receita do Donativo na Mesa dos Impostos Municipais) e de algumas publicações especializadas como o *Formulário das Novas Licenças ou Pauta Geral dos Impostos Municipaes Que Pagam as Lojas e Mais Estabelecimentos na Cidade de Lisboa Extrahido dos Números 64, 65 e 66 do Jornal Annaes do Município de 1859, Bem Como as Providencias Municipaes Sobre os Impostos Denominados Tragamalho e Donativo, Extrahidas da Collecção de Editaes de 1756 e 1819, e d' Outras Ultimamente Publicadas a Semelhante Respeito*. Lisboa, Imprensa Silviana, 1864, pp. 21-22.



Pormenor da *Carta Topográfica de Lisboa: levantamento de 1856 a 1858 por Ordem de Sua Magestade Sob a Direcção de Filipe Folque* (folha nº 49. Arquivo Municipal - Arco do Cego) assinalando o Cais do Tojo da Boavista à Esperança.

Lisboa carvão, cepa e lenha em achas ou toros pagariam 320 reis: os que conduzissem mutano, faxina, carqueja e tojo, em vez de pagarem 5 reis por cada talha, passariam a pagar uma quantia fixa, de acordo com a sua lotação: 820 reis, os barcos de maior lotação, 420 reis, os aveiros, as faluas e as fragatas, 170 reis, os botes e as canoas: nestas taxas está incluída a quantia de 200 reis de terrado²⁶ no Cais da Boavista, por cada barcada desses géneros que ali se descarregassem e vendessem e que se descontava no caso dos géneros não serem armazenados ou vendidos nesse mercado.

Este novo regulamento não terá sofrido alterações significativas até à extinção do

²⁶ A cobrança dos 200 reis de terrado tem uma história que parece remontar a 1810. Pelo menos é o que se depreende da informação do administrador das Mesas do Donativo da Bica do Sapato e da Boavista à Junta da Fazenda da Cidade, datada de 28-6-1810 (*Livro de Registo de Ordens e Despachos...* fl.20), propondo a cobrança de 200 reis a entregar na Fazenda da Cidade e a lançar em receita, de cada vez que os negociantes ou arrais ocuparem indevidamente os locais destinados à armazenagem. A proposta terá sido alvo de um despacho favorável a 26-7-1810 e a 28-7-1810 saiu a portaria (*idem*, fl.19v.) oficializando a tributação, a que se opôs o desembargador do síndico na informação de 23-8-1810 (*idem*, fl.20v.). De qualquer modo, a 26-5-1841, um ofício dirigido ao director da Mesa Geral do Ver-o-Peso informa da decisão camarária de 25-2-1841, no sentido de institucionalizar a cobrança dos 200 reis de terrado a todos os que venderem géneros combustíveis nos locais a isso destinados no Cais do Tojo da Boavista (*Collecção de Providencias...* p.215).

Donativo²⁷, muito embora a responsabilidade da cobrança tenha sido regularmente transferida, como consequência da própria evolução da orgânica da autarquia. Assim, o aviso de 21 de Junho de 1843 informou que, a partir de 1 de Julho do mesmo ano, todos os despachos que se fizessem à Mesa Geral do Ver-o-Peso deveriam passar a fazer-se para a Mesa da Arrecadação dos Impostos Municipais²⁸, segundo uma deliberação camarária de 16 de Março de 1843²⁹. A criação no serviço da Fazenda Municipal da 2ª Secção da 2ª Repartição das Contribuições Municipais³⁰ também não terá exigido grandes modificações à cobrança do Donativo que parece ter atravessado indiferente todas as transferências da sua tributação e administração. De igual modo, em 1859, a expropriação dos terrenos da Bica do Sapato e a consequente destruição das duas docas, dos locais de armazenagem e de mercado de combustíveis, a favor do progresso dos Caminhos de Ferro, com a instalação no local da Estação de Santa Apolónia³¹, não terá marcado a vida do imposto.

O Donativo sobreviverá até 1911, quando em sessão camarária de 7 de Dezembro do mesmo ano³², o vereador Tomé de Barros Queirós³³ propôs, com sucesso, a sua anulação com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1912, argumentando que o tributo, para além de render pouco, constituía, em sua opinião, uma *impertinência*. Portanto, se a administração e o modo de cobrança do Donativo se manteve estável resistindo à evolução institucional do Município, o mesmo não terá acontecido em relação ao seu rendimento que deve ter diminuído significativamente, ao longo do tempo.

²⁷ É o que se depreende da consulta dos vários códigos de posturas municipais (por exemplo: *Código de Posturas da Câmara Municipal de Lisboa Publicado no Diário do Governo nº 175 e Seguintes*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1869, pp. 32-34, capítulo VIII, secção 1, artigo 144º; *Código de Posturas do Município de Lisboa Aprovado em Sessão da C.M.L. de 30 de Dezembro de 1886*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1887, p. 84, postura nº 50, 1ª secção, artigo nº 347) e de bibliografia especializada (como: *O Serviço dos Impostos Municipaes no Anno de 1895*, Sob a Direcção do 2º Official do Serviço de Fazenda, António Ferreira Fronteira, Lisboa, Typographia A. da Costa Braga, 1896, pp.20 e 241). Constatação confirmada nos códigos que registam os rendimentos anuais do imposto.

²⁸ *Collecção de Providencias...*, p. 216.

²⁹ *Idem. Ibidem*.

³⁰ Apesar da recente publicação da Divisão de Arquivos da C.M.L., *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1996, que fornece uma panorâmica sobre a evolução das instituições municipais de Lisboa de 1179 à actualidade, ainda não há estudos que pormenorizem a evolução da autarquia aos níveis organizacionais inferiores aos pelouros. Assim, não foi possível determinar a data exacta em que foi criada a 2ª Secção da 2ª Repartição das Contribuições Municipais nem, tão pouco, integrá-la institucionalmente no organograma do município. De facto, os códigos que registam os rendimentos do Donativo não fornecem qualquer informação clara a esse respeito. Há indícios, porém, que podem denunciar a sua existência já em 1864. Os códigos que registam conjuntamente a receita do Donativo e do Tragamalha(entre 1864 e 1873) indicam, nos seus termos de abertura assinados pelo Director do Ver-o-Peso, que esses impostos são recebidos na 2ª Secção da 2ª Repartição da Secretaria Geral da Câmara Municipal de Lisboa.

³¹ Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Op. cit.*, vol. XVII, pp. 1-2, nota 2; Júlio de CASTILHO, *Op. cit.*, p.118.

³² A.H.C.M.L.: *Livro de Actas nº 108*, fl. 149 (Ch.C. Lv. B137)

³³ Tomé José Barros de Queirós foi membro da vereação da Câmara Municipal de Lisboa eleita a 1 de Novembro de 1908. Implantada a República, foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte e depois vice-presidente da 1ª Câmara dos Deputados republicana. Pertenceu ao Partido União Republicana e, depois da sua dissolução, a outros partidos de índole conservadora. Grande conhecedor das temáticas financeiras, publicou o livro, *Impostos - Apontamentos Para o Estudo dos Impostos Proporcional e Progressivo* (Lisboa, 1917), onde desenvolveu o assunto preconizando soluções marcadas por uma grande preocupação de justiça fiscal, a realizar através de uma tributação mais racional e equilibrada(David FERREIRA, "QUEIRÓS, Tomé José de Barros (1872-1926)", *Dicionário de História de Portugal*, Volume III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968).

Os Documentos. O Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa guarda nos seus depósitos uma amostra do que teria sido o arquivo do Donativo aquando da sua tributação. É um conjunto documental composto por 353 códices do grupo de arquivos da Administração Local, pertencentes ao fundo produzido pela Câmara Municipal de Lisboa, integrando-se arquivisticamente na secção dos impostos municipais, subsecção das contribuições municipais, constituindo 14 séries dessa subsecção (ver anexo 1).

O maior volume de exemplares diz, compreensivelmente, respeito à época em que o Donativo era cobrado nas Mesas dos Cais do Tojo da Bica do Sapato e da Boavista: 264 códices. Estão, nesse grupo, representadas todas as categorias de registo (em termos arquivísticos, séries) estabelecidas no método para a arrecadação do Donativo, aprovado em 1775: os registos das ordens e despachos do Senado da Câmara aos recebedores do Donativo trasladando circulares, despachos, editais, informações, intimações, nomeações, ordens, portarias, regulamentos e representações, por ordem cronológica (de que existe apenas um exemplar relativo à Mesa da Bica do Sapato)³⁴; os registos diários dos rendimentos anuais das entradas dos barcos nos Cais do Tojo da Bica do Sapato e da Boavista, ordenados cronologicamente e pelos números dos bilhetes, com indicação dos nomes dos barqueiros, dos locais de proveniência, dos géneros combustíveis transportados por sua conta ou por conta de outrem e das quantias tributadas por cada entrada nos cais, 300 reis (57 exemplares para a Mesa da Bica do Sapato, 44 para a Mesa da Boavista)³⁵; e os registos diários dos rendimentos anuais das talhas nas Mesas do Donativo dos Cais do Tojo da Bica do Sapato e da Boavista, ordenados cronologicamente e pelo número dos bilhetes, com indicação dos nomes dos barqueiros, dos locais de proveniência, dos géneros combustíveis transportados, por sua conta ou por conta de outrem, e das quantias tributadas por cada talha descarregada, 5 reis (57 exemplares para a Mesa da Bica do Sapato e 50 para a da Boavista)³⁶.

Aparecem ainda outras categorias de registo, não mencionadas no referido método, para cuja existência não foi encontrada justificação documental: os registos diários do rendimento anual na Mesa do Donativo das entradas dos barcos nos molhes ou caldeiras do Cais do Tojo da Bica do Sapato, ordenado cronologicamente e pelo número dos bilhetes, com indicação dos nomes dos barqueiros, dos locais de proveniência, do número de entradas no molhe e das quantias pagas, 100 reis, por entrada (14

³⁴ Série 01.

³⁵ Séries 04 e 07.

³⁶ Séries 05 e 08.

³⁷ Série 02.

exemplares)³⁷; os registos diários do rendimento anual do Donativo na administração das mesas dos Cais do Tojo da Bica do Sapato e da Boavista, ordenados cronologicamente e pelo número dos bilhetes, com indicação dos nomes dos barqueiros, dos locais de proveniência, dos géneros combustíveis transportados (por sua conta ou por partes) e das quantias tributadas por entradas nos cais e pelo número de talhas descarregadas (22 exemplares da Mesa da Bica do Sapato e 17 da Mesa da Boavista)³⁸; e os registos das contas correntes do rendimento do Donativo das Mesas da Bica do Sapato e da Boavista com a Fazenda da Cidade, ordenado cronologicamente e pelas categorias contabilísticas “deve/há-de haver”, discriminando os créditos e os débitos mensais dos recebedores de cada uma das mesas (um exemplar de cada mesa)³⁹.

É difícil entender a existência de alguns destes registos não referidos no método aprovado em 1775 para a arrecadação do rendimento do Donativo. Se o aparecimento, não sugerido no método de 1775, do registo das contas correntes não é surpreendente, uma vez que seria previsível que um registo dessa natureza se tornasse imprescindível para a boa contabilidade da Fazenda do Senado, já os outros dois casos não se afiguram tão simples de compreender. Por que razão se cobraram 100 reis pela entrada nos molhes ou caldeiras do Cais do Tojo da Bica do Sapato? Essa cobrança anularia o direito de cobrar 300 reis pela entrada no cais de cada embarcação, ou acumularia e só se cobrava no caso das embarcações pernovernarem no cais? Até quando se cobraram os 100 reis? Os documentos existentes são uma amostra daqueles que existiram e a sua representatividade é problemática, por isso é difícil chegar-se a qualquer conclusão a esse respeito. Quanto aos registos gerais (englobando os rendimentos das entradas e das talhas) da administração de cada mesa, a situação é igualmente pouco clara. Os primeiros, de ambas as mesas, revelam grandes preocupações de apresentação e escrituração, enquanto que os mais tardios são descuidados e quase anárquicos parecendo transparecer uma natureza de rascunho. Seria mesmo essa a sua função? A hipótese de corresponderem às exigências normativas que foram aparecendo ao longo da vida do Donativo na sua primeira fase de existência é difícil de sustentar. Há, todavia, indícios que parecem mostrar que até à aprovação do método em 1775 os registos do rendimento das entradas e das talhas se faziam num único livro. Depois do método e segundo as suas normas passaram a fazer-se separadamente. E de facto, os livros cuidados que registam conjuntamente o rendimento de entradas e de talhas da Bica do sapato aparecem de 1771 a 1775 e os da Boavista de 1771 a 1776. Os registos separados aparecem na Bica do Sapato a partir de 1776 e na Boavista só em 1777. Os livros de registo conjunto mais tardios e descuidados e que coexistem com os registos separados, talvez se correspondam ao aparecimento da figura do administrador, cuja

³⁷ Séries 03 e 06.

³⁸ Série 09.

primeira nomeação data de 1797. Novamente aqui a representatividade dos exemplares que chegaram à actualidade é fundamental. As hipóteses apontadas poderiam ser confirmadas se a existência de todos os códices garantisse as balizas cronológicas de cada tipo de registo.

Curiosamente, em nenhum dos livros de natureza contabilística se obtêm nomes de administradores ou de feitores das duas mesas. Esses só poderão ser conhecidos através de documentação diversa como circulares, despachos, editais, informações, ordens e portarias do Senado da Câmara, na maioria dos casos trasladada no *Livro de Registo de Ordens e Despachos Expedidos do Senado da Câmara ao Recebedor do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato, 1770-1825*. Por essa razão não é possível saber, com certeza, quantos foram os indivíduos que ocuparam esses cargos ou por quanto tempo, embora se conheçam alguns nomes e algumas datas (ver anexo 2). O cargo de feitor era normalmente colegial, ou seja existiriam dois feitores a gerir a arrecadação do Donativo como um todo, não correspondendo a dualidade dos cargos à dualidade das mesas⁴⁰. Para o cargo de administrador é conhecido apenas um nome, o do primeiro nomeado (José Ricardo da Silva Salazar e Eça), que se repete nos documentos trasladados no *Livro de Registo de Ordens e Despachos Expedidos do Senado da Câmara ao Recebedor do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato, 1770-1825* ao longo do tempo e que, se tiver sido o único, terá servido nessa função cerca de 39 anos.

Em relação aos recebedores e aos escrivães das mesas, pelo contrário, a consulta dos códices contabilísticos revela-se fundamental e permite, com toda a segurança, elaborar uma lista com os nomes de todos eles, bem como períodos em que desempenharam funções (ver anexo 2). Essa lista pode ainda ser enriquecida com informações (na maioria retiradas do *Livro de Registo de Ordens e Despachos Expedidos do Senado da Câmara ao Recebedor do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato 1770-1825*) que fornece pormenores como causas de nomeação (valores morais e laços familiares) e de substituição (velhice, doença e morte)⁴¹. No labor de realização da lista pode verificar-se que estas funções eram desempenhadas vitaliciamente e que, no caso dos recebedores, o cargo nas duas mesas foi monopólio de uma só família alargada⁴².

⁴⁰ Apesar do método, aprovado em 1775, prever a existência de dois feitores, esse cargo foi durante algum tempo ocupado apenas por uma pessoa. Depois, o excesso de trabalho terá obrigado à existência efectiva de dois feitores (*Livro de Registo de Ordens e Despachos ...* fl. 8v-9).

⁴¹ As mesmas causas parecem ter ditado as substituições não só de recebedores e escrivães, mas também de feitores (*Livro de Registo de Ordens e Despachos ...* fl. 9v-10, 10, 16-16v e 27, para feitores: 23 e 23v-24, para recebedores: 10v e 26-26v, para escrivães).

⁴² A consulta das listas dos recebedores das duas mesas evidencia apelidos comuns, Lalonda e Frazão. A este facto podem acrescentar-se informações fornecidas pelo *Livro de Ordens e Despachos...* que estabelecem laços familiares entre pessoas de apelidos diferentes. Alexandre José de Deus Lídres, por exemplo, era sobrinho de Pedro António Lalonda (fl.23, 23v-24).

Independentemente da natureza dos seus registos, o aspecto físico dos códices, com poucas excepções⁴³, é sempre o mesmo: 31 cm de altura, por 1 a 5 cm de espessura, por 22 cm de largura, papel branco ou, ocasional e raramente azul, encadernação inteira, acartonada, plana e rústica: a serapilheira de tom esverdeado reveste todos os livros. Os livros são manuscritos e a caligrafia, em tinta ferro-gálica, não apresenta grandes problemas de leitura embora demonstre, com evidência, o desempenho pessoal de cada escrivão. O toque pessoal de cada escrivão nota-se, por vezes, na preocupação de marginar as folhas ou de traçar linhas auxiliares antes de escrever. Todos os códices possuem um termo de abertura especificando a utilidade funcional do livro e um termo de encerramento indicando a numeração das folhas autenticadas pelo funcionário municipal responsável. Durante um curto período, entre 1798 e 1812, a maioria dos códices apresenta folhas de papel selado com a heráldica régia tardo-barroca, típica da transição do século XVIII para o século XIX e a divisa “Cauza Publica” e o emolumento de 10 reis.

O estado de conservação dos códices é bastante sofrível. Por um lado, a tinta utilizada tem corroído o papel; por outro, as condições a que têm estado sujeitos ao longo dos tempos deixaram as suas marcas: é notória, na maioria dos códices a acção de inundações, humidade e vermes. Prova das desagradáveis vicissitudes a que têm estados expostos os códices são também as falhas patentes no inventário: os registos são anuais e há alguns anos que não aparecem representados. No conjunto, os registos da Mesa da Boavista são os mais sacrificados.

A extinção das Mesas dos Cais do Tojo da Bica do Sapato e da Boavista nos finais de 1836 e a consequente alteração do método de arrecadação do Donativo, que passa a ser cobrado pela Mesa do Ver-o-Peso e mais tarde, em 1844, pela Mesa dos Impostos Municipais, levou a modificações na tipologia documental. Desse período, que se estende até 1911, aparecem cinco tipos de registo (ou em termos arquivísticos, séries): o registo diário, geralmente anual do rendimento do Donativo na Mesa do Ver-o-Peso (10 códices)⁴⁴ e depois na Mesa dos Impostos Municipais (74 códices), ordenado cronologicamente e pelo número dos bilhetes, com as indicações do nome dos barqueiros, dos locais de proveniência, da qualidade dos géneros combustíveis

⁴³ Há alguns códices que, embora possuam sensivelmente as mesmas dimensões e utilizem o mesmo tipo de papel e de tinta, apresentam encadernações diferentes: encadernação de tipo holandesa, ou seja, maleável, em pergaminho branco, com nervos passados e desprovida de qualquer decoração (é o caso dos códices: Don.01-001, Don.06-005, Don.06-006, Don.06-007); ou inteira, em pele estampada nas margens das capas (de que são exemplo os códices: Don.04-050, Don.04-053, Don.09-001, Don.09-002); ou ainda, uma encadernação meio-francesa, em que o couro cobre a lombada e os vértices das pastas, enquanto que o restante das pastas é coberto por tela verde escura (como acontece no código Don.08-050).

⁴⁴ Série 10.

transportados e descarregados, dos tipos de embarcação e respectivo número de matrícula e das quantias entregues para pagamento de direitos e emolumentos⁴⁵; as adições ao pagamento do Donativo em que entram notas na Mesa dos Impostos Municipais (apenas um exemplar)⁴⁶; os talões de licença do Donativo encadernados e numerados anualmente e ordenados cronologicamente, com indicação dos números de matrícula das embarcações, dos nomes dos contribuintes, dos géneros transportados e descarregados, das datas das descargas e das quantias entregues para pagamento do imposto e do impresso (somente um exemplar)⁴⁷; e o registo do rendimento conjunto dos impostos do Donativo e do Tragamalho, ordenado cronologicamente com indicação do nome dos barqueiros, do local de proveniência, do tipo de embarcação e respectiva matrícula e das quantias pagas por cada imposto (3 livros)⁴⁸.

Novamente é difícil, com os dados disponíveis, traçar a evolução da cobrança deste imposto nesta segunda fase da sua existência. O último livro, que sobreviveu até à actualidade, registando o rendimento do Donativo na Mesa dos Impostos Municipais diz respeito aos anos de 1895 a 1911, o que é um facto assinalável. Este livro aparece após uma lacuna de oito anos. Até 1888 os livros respeitam a um ano (a não ser que os registos anuais não tenham cabido num só livro) e seguem a mesma tipologia de registo adoptada depois da extinção das Mesas da Bica do Sapato e da Boavista. Do período de tempo que vai de 1888 a 1894 não sobreviveram exemplares. Aparece depois um livro de dimensões diferentes, intitulado *Livro de Receita dos Donativos* com uma tipologia de registo ligeiramente diferente (incluindo o número de despacho), documentando vários anos: de 1895 a 1911. Significará esta diferença mais do que uma diminuição drástica do rendimento da contribuição? Não foi possível apurá-lo. Também o aparecimento de um livro de talões de licença do Donativo obriga a colocar algumas questões a que é difícil dar resposta. Desde quando existiram? Qual seria o aspecto do bilhete que se destacava do talão? Seria esse bilhete o mesmo que aparece referido desde sempre nos livros de contabilidade do Donativo desde o primeiro ano da sua cobrança, ou um seu substituto? O aparecimento de um caderno de adições ao pagamento do Donativo em que entram notas na Mesa dos Impostos Municipais não é surpreendente dada a sua natureza de auxiliar à boa contabilidade nessa mesa. Já o caso dos três livros que registam conjuntamente dois impostos diferentes, o Donativo e o Tragamalho, a servir na Mesa do Ver-o-Peso, merecem maior atenção. O que se

⁴⁵ Série 11. Para os anos de 1844 a 1849 existem uns pequenos cadernos auxiliares (32x0,5x22 cm), encadernados com um papel fino de cor azul, sem termos de abertura ou de encerramento, registando parcialmente (um, dois, três ou quatro meses) o rendimento do Donativo. Pelo seu aspecto e pela tipologia de registo (exactamente a mesma que apresentam os livros anuais) é provável que tenham servido de rascunho.

⁴⁶ Série 12.

⁴⁷ Série 13.

⁴⁸ Série 14.

deve salientar não é a existência de um registo conjunto. Afinal, ambos os tributos respeitavam o movimento portuário do Tejo, ambos mereceram um tratamento individualizado num determinado período até serem englobados entre as repartições da Casa do Ver-o-Peso e mais tarde na Mesa dos Impostos Municipais. O que surpreende são as datas: de 1864 a 1873, período em que a responsabilidade da cobrança já estava nas mãos da Mesa dos Impostos Municipais. Esta aparente incongruência só poderá ser resolvida com um estudo profundo das instituições que foram a Casa do Ver-o-Peso e a Mesa dos Impostos Municipais. Talvez antes da sua extinção, a Casa do Ver-o-Peso se tenha transformado numa das repartições da Mesa dos Impostos Municipais.

As dimensões deste conjunto variam consoante a natureza dos registos: 49 a 46 cm de altura por 2 a 6 cm de espessura, por 31 cm de largura, no caso dos registos anuais do Donativo nas Mesas do Ver-o-Peso e dos Impostos Municipais⁴⁹; 31cm de altura por 1 cm de espessura, por 24 cm de largura, no caso das adições ao pagamento do Donativo; 12 cm de altura, por 3 cm de espessura, por 15 cm de altura, os livros de talões; e 33 cm de altura por 2 cm de espessura, por 24 cm de largura, no caso do rendimento conjunto do Donativo e do Tragamalho.

As encadernações, com raras exceções⁵⁰, são acartonadas, do tipo meio-francês, ou seja, a lombada é coberta com couro (por vezes, com o título gravado a dourado) que se estende um pouco sobre as pastas e que aparece novamente nos cantos; as pastas são revestidas com tela verde escura ou num tom amarelo esverdeado. Os livros são agora, na sua maioria, impressos, em papel branco ou azul e a sua escrituração já não é tão personalizada como na fase de existência das Mesas da Bica do Sapato e da Boavista: os termos de abertura e encerramento mantêm-se mas assinados geralmente por vereadores e os registos ou não são assinados ou apresentam rubricas demasiado lacónicas, a partir das quais não é possível retirar ilações que ultrapassem a certeza de que se trata de oficiais municipais.

⁴⁹ Exceptua-se o caso do *Livro da Receita dos Donativos* de 1895 a 1911 (Don.11-074) que apresenta diferentes dimensões: 32x2x23 cm.

⁵⁰ De que é exemplo, para além dos cadernos auxiliares para registo do rendimento do Donativo (referidos na nota 45) o *Caderno das Adições ao Pagamento do Donativo em Que Entram Notas na Mesa do Impostos Municipais* de 1847 (Don.13-001).

Conclusão: A breve abordagem que ora se apresenta pode mostrar sem dificuldade o quanto há ainda a explorar a respeito da História Económica portuguesa. Investigações nessa área de estudos não podem prescindir das fontes locais, na maioria, depositadas e esquecidas em Arquivos Municipais de todo o país.

A contribuição municipal designada por Donativo é apenas um exemplo do muito que há a fazer na área dos estudos da História Regional e Local. O Arquivo Municipal de Lisboa possui um espólio documental enorme respeitante à fiscalidade local, na sua maioria inexplorado. Não deixa de surpreender o facto de inúmeras publicações sobre a história de Lisboa terem desprezado sistematicamente o capítulo económico quando, afinal, esse é um dos melhor documentados. O interesse manifestado pelos investigadores tem ditado a urgência e o estabelecimento de prioridades, tanto ao nível superior da política cultural da Câmara Municipal de Lisboa, como a um nível inferior, no tratamento da documentação do Arquivo Histórico do Município. Resta esperar que o crescente interesse pelas monografias locais venha arrancar ao esquecimento as fontes que se encontram há séculos à guarda do Arquivo Municipal. Com esta análise pretendeu-se, apenas, fornecer dados e apontar pistas de investigação que, com base na documentação apresentada e a partir de agora à disposição dos interessados, lancem nova luz sobre uma área da Oisipografia até agora tão descurada como é a administração municipal na sua vertente económica e fiscal.

Anexo 1

INVENTÁRIO DOCUMENTAL : DONATIVO

Entidade Detentora: Arquivo Municipal de Lisboa

Grupo de Arquivos: Administração Local

Fundo: Câmara Municipal de Lisboa

Secção: Impostos

Subsecção: Contribuições Municipais

Subsubsecção: Donativo

SR 01. Ordens e Despachos do Senado da Câmara aos Recebedores das Mesas do Donativo dos Cais do Tojo da Bica do sapato e da Boavista (1770 - 1825)

001 - Livro de Registo de Ordens e Despachos Expedidos do Senado da Câmara ao Recebedor da Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (23-06-1770/29-03-1825)

SR 02. Rendimento da Contribuição dos Molhes / Caldeiras do Cais do Tojo na Mesa do Donativo da Bica do Sapato (1771 - 1798)

001 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1771/30-12-1771)

002 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1773/30-12-1773)

003 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1774/22-12-1774)

004 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1775/31-12-1775)

005 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1776/30-12-1776)

006 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (06-01-1777/30-12-1777)

007 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (13-01-1778/12-12-1778)

008 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (04-01-1779/30-12-1779)

009 - Livro da Receita dos Molhes do Cais do Tojo da Bica do Sapato (07-01-1780/30-12-1780)

010 - Livro da Receita das Caldeiras do Cais do Tojo da Bica do Sapato (12-01-1787/30-12-1787)

011 - Livro da Receita das Caldeiras do Cais do Tojo da Bica do Sapato (07-01-1790/30-12-1790)

012 - Livro da Receita das Caldeiras do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1791/24-12-1791)

013 - Livro da Receita das Caldeiras do Cais do Tojo da Bica do Sapato (13-01-1792/24-12-1794)

014 - Livro da Receita das Caldeiras do Cais do Tojo da Bica do Sapato (04-01-1795/16-12-1798)

SR 03. Rendimento do Donativo na Administração da Mesa do Cais do Tojo da Bica do Sapato (1771 - 1833)

001 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1771/30-12-1771)

002 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1773/30-12-1773)

003 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1774/30-12-1774)

- 004 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1775/30-12-1775)
- 005 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1805/30-12-1806)
- 006 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1807/30-12-1808)
- 007 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1811/30-12-1811)
- 008 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1812/30-12-1812)
- 009 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1813/30-12-1813)
- 010 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1816/30-12-1816)
- 011 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1819/30-12-1819)
- 012 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1820/30-12-1820)
- 013 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1821/29-12-1821)
- 014 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1822/31-12-1822)
- 015 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1825/30-12-1825)
- 016 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1826/30-12-1826)
- 017 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1828/30-12-1828)
- 018 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1829/30-12-1829)
- 019 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1830/22-12-1830)
- 020 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1831/30-12-1831)
- 021 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1832/29-12-1832)
- 022 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1833/31-12-1833)

SR 04. Rendimento das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (1776 - 1836)

- 001 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1776/30-12-1776)
- 002 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1777/30-12-1777)
- 003 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1778/31-12-1778)
- 004 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1779/30-12-1779)
- 005 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1780/31-12-1780)
- 006 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1781/30-12-1781)
- 007 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1782/30-12-1782)
- 008 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1783/30-12-1783)
- 009 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1784/29-12-1784)

- 010** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (07-01-1785/30-12-1785)
- 011** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (04-01-1786/31-12-1786)
- 012** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1787/29-12-1787)
- 013** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1788/31-12-1788)
- 014** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1789/31-12-1789)
- 015** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1790/30-12-1790)
- 016** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1791/31-12-1791)
- 017** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1792/31-12-1792)
- 018** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1793/31-12-1793)
- 019** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1794/31-12-1794)
- 020** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1795/31-12-1795)
- 021** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1796/31-12-1796)
- 022** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1797/31-12-1797)
- 023** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1798/31-12-1798)
- 024** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1799/30-12-1799)
- 025** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1801/31-12-1801)
- 026** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1802/31-12-1802)
- 027** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1804/31-12-1804)
- 028** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1805/31-12-1805)
- 029** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1806/30-12-1806)

- 030** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1807/31-12-1807)
- 031** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1808/31-12-1808)
- 032** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1809/30-12-1809)
- 033** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1810/31-12-1810)
- 034** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1811/30-12-1811)
- 035** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1812/30-12-1812)
- 036** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1813/30-12-1813)
- 037** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(03-01-1814/30-12-1814)
- 038** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1815/30-12-1815)
- 039** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1816/30-12-1816)
- 040** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(07-01-1817/30-12-1817)
- 041** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1818/31-12-1818)
- 042** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1819/30-12-1819)
- 043** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(03-01-1820/30-12-1820)
- 044** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1821/29-12-1821)
- 045** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1822/30-12-1822)
- 046** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(04-01-1823/30-12-1823)
- 047** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1824/30-11-1824)
- 048** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(03-01-1825/31-12-1825)
- 049** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato
(02-01-1826/30-12-1826)

- 050** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1827/29-12-1827)
- 051** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1828/30-12-1828)
- 052** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1829/30-12-1829)
- 053** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1830/30-12-1830)
- 054** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1831/30-12-1831)
- 055** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1832/29-12-1832)
- 056** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1833/31-12-1833)
- 057** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1834/30-05-1836)

SR 05. Rendimento das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (1776 - 1836)

- 001** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1776/30-12-1776)
- 002** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1777/30-12-1777)
- 003** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (01-01-1778/31-12-1778)
- 004** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1779/30-12-1779)
- 005** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1780/31-12-1780)
- 006** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1781/30-12-1781)
- 007** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1782/30-12-1782)
- 008** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1783/30-12-1783)
- 009** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1784/29-12-1784)
- 010** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (08-01-1785/30-12-1785)

- 011** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (04-01-1786/
31-12-1786)
- 012** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1787/
29-12-1787)
- 013** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (05-01-1788/
31-12-1788)
- 014** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1789/
31-12-1789)
- 015** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (04-01-1790/
29-12-1790)
- 016** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (04-01-1791/
31-12-1791)
- 017** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1792/
30-12-1792)
- 018** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1793/
31-12-1793)
- 019** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1794/
31-12-1794)
- 020** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1795/
31-12-1795)
- 021** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1796/
30-12-1796)
- 022** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1797/
30-12-1797)
- 023** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1798/
31-12-1798)
- 024** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1799/
31-12-1799)
- 025** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1800/
31-12-1800)
- 026** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1801/
31-12-1801)
- 027** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1802/
31-12-1802)
- 028** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1803/
31-12-1803)
- 029** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1804/
31-12-1804)
- 030** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1805/
30-12-1805)

- 031** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1806/
30-12-1806)
- 032** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1807/
31-12-1807)
- 033** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1808/
31-12-1808)
- 034** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1809/
30-12-1809)
- 035** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1810/
31-12-1810)
- 036** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1811/
30-12-1811)
- 037** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1812/
23-12-1812)
- 038** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1813/
30-12-1813)
- 039** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1814/
30-12-1814)
- 040** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1815/
30-12-1815)
- 041** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1816/
30-12-1816)
- 042** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1817/
29-12-1817)
- 043** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1818/
30-12-1818)
- 044** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1820/
30-12-1820)
- 045** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1822/
30-12-1822)
- 046** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (04-01-1823/
30-12-1823)
- 047** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1824/
29-12-1824)
- 048** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1825/
30-12-1825)
- 049** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1826/
30-12-1826)
- 050** - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1827/
29-12-1827)

- 051 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1828/30-12-1828)
- 052 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1829/30-12-1829)
- 053 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1830/22-12-1830)
- 054 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (03-01-1831/30-12-1831)
- 055 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1832/29-12-1832)
- 056 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1832/31-12-1833)
- 057 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (02-01-1834/30-09-1836)

SR 06. Rendimento do Donativo na Administração da Mesa do Cais do Tojo da Boavista (1771 - 1832)

- 001 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1771/30-12-1771)
- 002 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1773/31-12-1773)
- 003 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1775/30-12-1775)
- 004 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (05-01-1776/30-12-1776)
- 005 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1798/24-12-1798)
- 006 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1799/27-10-1800)
- 007 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1801/30-12-1801)
- 008 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1804/29-12-1804)
- 009 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1809/30-12-1809)
- 010 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1812/30-12-1812)
- 011 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1813/30-12-1813)
- 012 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1821/31-12-1821)
- 013 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1822/31-12-1822)
- 014 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1825/29-12-1825)
- 015 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1827/29-12-1827)
- 016 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1828/30-12-1828)
- 017 - Livro da Receita do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1832/29-12-1832)

SR 07. Rendimento das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (1777 - 1836)

- 001 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1777/30-08-1777)

- 002** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1779/30-12-1779)
- 003** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1781/30-12-1781)
- 004** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (04-01-1785/30-12-1785)
- 005** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (04-01-1786/30-12-1786)
- 006** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1787/30-12-1787)
- 007** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1788/30-12-1788)
- 008** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (07-01-1789/30-12-1789)
- 009** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1790/30-12-1790)
- 010** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1791/31-12-1791)
- 011** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1792/31-12-1792)
- 012** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (11-01-1793/29-12-1793)
- 013** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1794/31-12-1794)
- 014** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1798/31-12-1798)
- 015** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1800/30-12-1800)
- 016** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1802/30-12-1802)
- 017** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1803/31-12-1803)
- 018** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1804/29-12-1804)
- 019** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1805/30-12-1805)
- 020** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1806/30-12-1806)
- 021** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1807/31-12-1807)

- 022** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1808/30-12-1808)
- 023** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1809/30-12-1809)
- 024** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1810/29-12-1810)
- 025** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1811/30-12-1811)
- 026** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1812/30-12-1812)
- 027** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1813/30-12-1813)
- 028** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1815/30-12-1815)
- 029** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1816/30-12-1816)
- 030** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1818/30-12-1818)
- 031** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1819/24-12-1819)
- 032** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1820/30-12-1820)
- 033** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1821/30-12-1821)
- 034** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1822/31-12-1822)
- 035** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1823/30-12-1823)
- 036** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1824/30-12-1824)
- 037** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (01-01-1825/31-12-1825)
- 038** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1826/30-12-1826)
- 039** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1829/30-12-1829)
- 040** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1830/29-12-1830)
- 041** - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1831/30-12-1831)

042 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1832/29-12-1832)

043 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1833/31-12-1833)

044 - Livro da Receita das Entradas dos Barcos na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1834/12-02-1836)

SR 08. Rendimento das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (1778 - 1836)

001 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1778/31-12-1778)

002 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1779/30-12-1779)

003 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1780/30-12-1780)

004 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (08-01-1785/30-12-1785)

005 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (01-01-1786/30-12-1786)

006 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1787/30-12-1787)

007 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1788/29-11-1788)

008 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1789/30-12-1789)

009 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1790/30-12-1790)

010 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1791/31-12-1791)

011 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1792/31-12-1792)

012 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1793/30-12-1793)

013 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1794/30-12-1794)

014 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (05-01-1795/30-12-1795)

015 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1796/29-12-1796)

016 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1797/30-12-1797)

017 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1798/29-12-1798)

018 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1799/30-12-1799)

019 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1800/30-12-1800)

020 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1801/30-12-1801)

021 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1803/30-12-1803)

022 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1804/24-12-1804)

023 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1805/30-12-1805)

024 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1806/30-12-1806)

025 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1807/31-12-1807)

026 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (04-01-1808/30-12-1808)

027 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1809/30-12-1809)

028 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (01-01-1810/29-12-1810)

029 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (01-01-1811/30-12-1811)

030 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1812/30-12-1812)

031 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1813/30-12-1813)

- 032 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1814/30-12-1814)
- 033 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1815/30-12-1815)
- 034 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1816/30-12-1816)
- 035 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1817/30-12-1817)
- 036 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1819/30-12-1819)
- 037 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1820/31-12-1820)
- 038 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1821/31-12-1821)
- 039 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1822/31-12-1822)
- 040 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1823/30-12-1823)
- 041 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1824/30-12-1824)
- 042 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (01-01-1825/31-12-1825)
- 043 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1826/30-12-1826)
- 044 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1829/30-12-1829)
- 045 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1830/29-12-1830)
- 046 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (03-01-1831/30-12-1831)
- 047 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1832/29-12-1832)
- 048 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1833/31-12-1833)
- 049 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (02-01-1834/15-02-1836)
- 050 - Livro da Receita das Talhas na Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (17-02-1836/03-10-1836)

SR 09. Contas Correntes nas Mesas do Donativo dos Cais do Tojo da Bica do Sapato e da Boavista (1813 - 1834)

- 001 - Livro das Contas Correntes da Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato (21-01-1813/05-11-1834)
- 002 - Livro das Contas Correntes da Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista (21-01-1813/17-10-1834)

SR 10. Rendimento da Repartição do Donativo na Mesa do Ver-o-Peso (1836 - 1843)

- 001 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (01-10-1836/31-12-1836)
- 002 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (02-01-1837/31-10-1837)
- 003 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (02-11-1837/30-12-1837)
- 004 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (02-01-1838/30-12-1838)
- 005 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (02-01-1839/20-11-1839)
- 006 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (21-11-1839/31-12-1839)
- 007 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (02-01-1840/31-11-1840)
- 008 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (02-01-1841/31-11-1841)
- 009 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (03-01-1842/31-11-1842)
- 010 - Livro da Receita na Repartição do Donativo da Mesa do Ver-o-Peso (02-01-1843/30-11-1843)

SR 11. Rendimento da Repartição do Donativo na Mesa dos Impostos Municipais (1844 - 1911)

- 001** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1844/31-12-1844)
- 002** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (01-06-1844/28-06-1844)
- 003** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-09-1844/30-09-1844)
- 004** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-11-1844/30-11-1844)
- 005** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1845/31-12-1845)
- 006** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (30-01-1845/19-03-1845)
- 007** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-05-1845/10-06-1845)
- 008** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (11-06-1845/15-07-1845)
- 009** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (17-07-1845/19-08-1845)
- 010** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (20-08-1845/20-09-1845)
- 011** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (23-09-1845/31-10-1845)
- 012** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-11-1845/20-12-1845)
- 013** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (22-12-1845/31-12-1845)
- 014** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1846/31-12-1846)
- 015** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-02-1846/14-03-1846)
- 016** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1847/31-12-1847)
- 017** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1847/26-02-1847)
- 018** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (01-03-1847/17-04-1847)
- 019** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (20-04-1847/05-06-1847)

- 020** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (07-06-1847/
20-07-1847)
- 021** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (22-07-1847/
31-08-1847)
- 022** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (01-09-1847/
14-10-1847)
- 023** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (15-10-1847/
09-12-1847)
- 024** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (10-12-1847/
08-02-1848)
- 025** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1848/
30-12-1848)
- 026** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-02-1848/
20-03-1848)
- 027** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (21-03-1848/
03-05-1848)
- 028** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (04-05-1848/
12-06-1848)
- 029** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (15-06-1848/
25-07-1848)
- 030** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (26-07-1848/
06-09-1848)
- 031** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (07-09-1848/
05-10-1848)
- 032** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (14-11-1848/
16-12-1848)
- 033** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (18-12-1848/
23-01-1849)
- 034** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1849/
11-12-1849)
- 035** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (10-12-1849/
31-12-1849)
- 036** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (26-02-1849/
24-03-1849)
- 037** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (26-03-1849/
01-05-1849)
- 038** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1850/
31-12-1850)
- 039** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1851/
31-12-1851)

- 040** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1852/
31-12-1852)
- 041** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1853/
31-12-1853)
- 042** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1854/
30-12-1854)
- 043** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-08-1855/
31-12-1856)
- 044** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1855/
31-12-1855)
- 045** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1856/
31-12-1856)
- 046** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1857/
31-12-1857)
- 047** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1858/
31-12-1858)
- 048** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1859/
31-12-1859)
- 049** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1860/
31-12-1860)
- 050** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1861/
31-12-1861)
- 051** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1862/
31-12-1862)
- 052** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1863/
31-12-1863)
- 053** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1864/
31-12-1864)
- 054** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-08-1865/
29-12-1865)
- 055** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1866/
31-12-1866)
- 056** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1867/
30-12-1867)
- 057** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1870/
30-09-1872)
- 058** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-10-1872/
30-09-1873)
- 059** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (01-10-1873/
14-12-1874)

- 060** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (14-12-1874/31-12-1875)
- 061** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1876/29-12-1876)
- 062** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1877/31-12-1877)
- 063** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1878/31-12-1878)
- 064** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (02-01-1879/30-12-1879)
- 065** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1880/31-12-1880)
- 066** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1881/31-12-1881)
- 067** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (04-01-1882/29-12-1882)
- 068** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1883/31-12-1883)
- 069** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1884/30-12-1884)
- 070** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (31-12-1884/31-12-1885)
- 071** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-01-1886/12-12-1886)
- 072** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (03-12-1887/31-12-1887)
- 073** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (31-12-1887/12-09-1888)
- 074** - Livro do Rendimento da Repartição do Donativo da Mesa dos Impostos Municipais (25-06-1895/09-11-1911)

SR 12. Adições ao Pagamento do Donativo em Que Entram Notas na Mesa dos Impostos Municipais (1847)

- 001** - Caderno das Adições do Pagamento do Donativo em Que Entram Notas na Mesa dos Impostos Municipais (08-04-1847/18-12-1847)

90

SR 13. Talões de Licença do Donativo (1907)

- 001** - Livro 1º de Talões (nº1 a 173) de Licenças do Donativo (05-01-1907/31-12-1907)

SR 14. Rendimento Recebido no Ver-o-Peso dos Impostos do Donativo e do Tragamalho (1864 - 1873)

001 - Livro da Receita no Ver-o-Peso do Donativo e do Tragamalho (12-10-1864/28-11-1868)

002 - Livro da Receita no Ver-o-Peso do Donativo e do Tragamalho (02-01-1869/31-10-1872)

003 - Livro da Receita no Ver-o-Peso do Donativo e do Tragamalho (02-01-1873/05-12-1873)

Anexo 2

Feitores das Mesas do Donativo

Antônio José Vieyra de Lima (1801)

José Claudino da Silveira Figaredo (1809)

Francisco Xavier da Silva (antes de 1814)

João Anastácio da Silva (1814)

Lourenço de Andrade (antes de 1801)

Antônio José Gouveia Corte Real (1801)

Recebedores da Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato

Agostinho José (1771-1774)

Pedro Antônio Lalonda (1775-1812)

Alexandre José de Deus Lidres (1813-1836)

Recebedores da Mesa do Donativo do cais do Tojo da Boavista

João Antônio Lalonda (1773-1778)

Manuel José Lalonda (1779-1785)

Justino José de Abreu Frazão (1797-1825)

Marianno Cezario Abreu Frazão (1825-1836)

Escrivães da Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Bica do Sapato

Antônio Dias Nunes (1771-1807)

José Maria Monteiro de Almeida (1808-1836)

Escrivães da Mesa do Donativo do Cais do Tojo da Boavista

Francisco José Pereira (1773-1794)

Luís Francisco Penna (1795-1798)

Francisco José Pereira (1798)

Anastácio José de Oliveira (1799-1807)

José Cláudio de Oliveira (1807-1811)

João de Moraes (1812-1836)

**O Cais de Belém na
Documentação do
Arquivo Municipal de Lisboa**

Lurdes Vaz

Desde tempos remotos, existiu em Belém, frente ao local onde posteriormente foi construído o Mosteiro dos Jerónimos, uma boa enseada, que, com o tempo, deu origem a um surgidouro ou ancoradouro. Acabou por ali se desenvolver uma povoação, cujos moradores, para além de outras actividades, se dedicavam ao comércio de apetrechos navais¹.

No último quartel do século XVII, os moradores deste "logar de Belém", devido ao avanço do rio Tejo, requerem a D. Pedro, a construção de um cais, pois receavam que as águas acabassem por destruir completamente as suas propriedades, se não fossem logo tomadas as necessárias providências². D. Pedro incumbiu o Senado de vistoriar o local com os seus engenheiros, para avaliar a obra a ser feita e, em Agosto de 1677, são apresentadas duas propostas ao príncipe:

1 - Terraplenagem e reparação da estrada que passa junto ao Convento de Belém, visto o avanço do mar dificultar a sua passagem (ver fig. 1):

2 - Construção de um cais na enseada³.

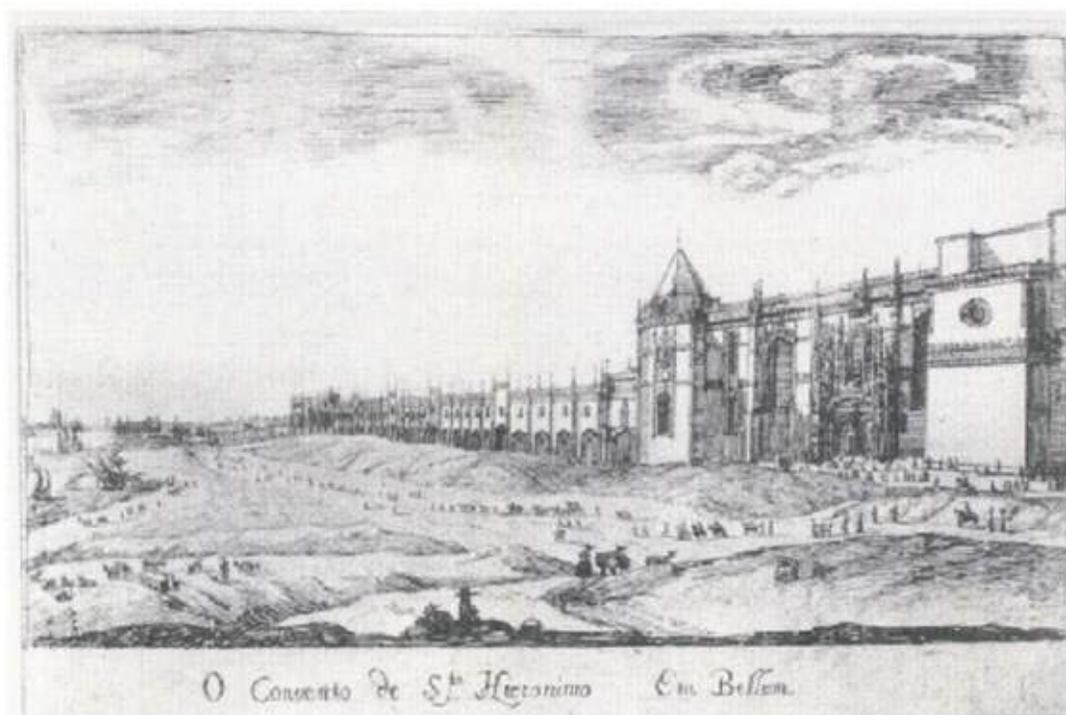


Fig. 1- Gravura de Dirk Stoop, fotografada por Mário Novaes: Estrada junto ao Mosteiro de Belém, danificada pelas águas, que o Senado propôs terraplenar e reparar.

¹ José Dias Sanches. *Belém do passado e do presente*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 1964. p. 24.

² AHCML. Chancelaria Régia, *Livro 5º de Consultas e Decretos de D. Pedro II*, fl. 278.

³ OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Typographia Universal, Lisboa, 1894, vol. VIII, 1ª parte, p. 225.

O Senado é da opinião que se opte pela primeira proposta, pois, para além desta apresentar um valor mais baixo, os trabalhos poderiam ser feitos sem interrupção motivada pela subida das marés. O orçamento apresentado é de 1: 213\$350.

A segunda proposta, avisa o Senado, "*custará muito considerável fazenda, por não ter terraplano e se haver de fazer de entulho, sendo a obra n'agua, em que se não poderá trabalhar senão ás marés, e n'esta forma será grande a dilação e grande a despeza*". A optar-se por esta segunda proposta, haveria "*um inconveniente, digno de grande atenção (...) porque se perde a única enseada em que se recolhem todos os barcos d'este rio nos temporaes, e ficarão com grande descommodo e grande risco*" (ver fig.2)⁴.

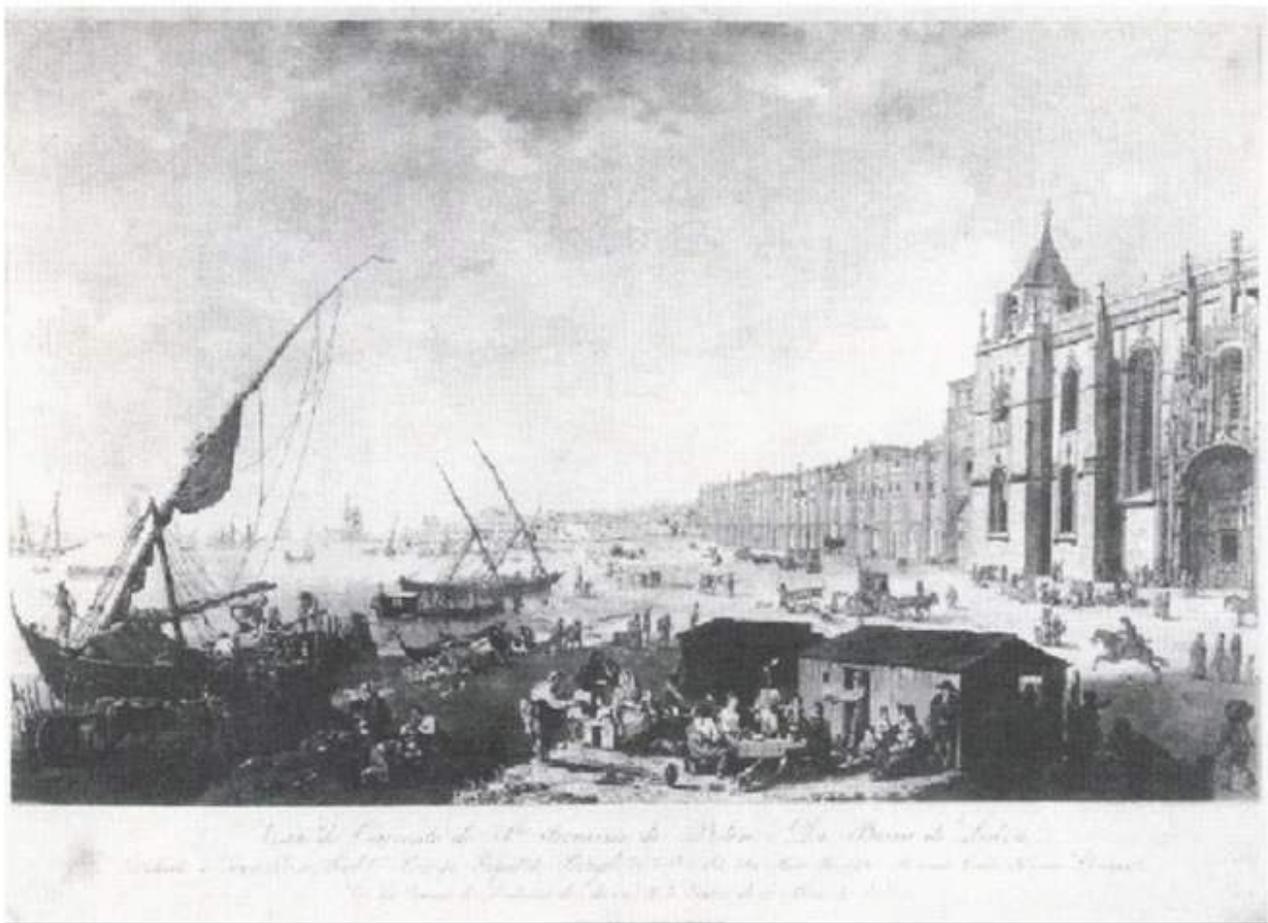


Fig. 2 - Ilustração de H. L'Évêque datada de 1816 (?): enseada onde se recolhiam os barcos, frente ao Mosteiro dos Jerónimos.

⁴ AHCML, Chancelaria Régia, idem, fl. 145.

Se D. Pedro optasse pela construção do cais, o Senado propunha que todos os interessados participassem na obra, pois esta construção era do seu interesse⁵.

D. Pedro opta pela segunda proposta e, em Abril de 1678, ordena ao Senado que "*mande logo logo pôr em pregão a obra que (...) se há de fazer em Belém somente a parede que se há de oppôr ao mar, desde o pateo da quinta do conde de S. Lourenço até onde há de voltar a parede para a ponte*".

A madeira para a estacaria deveria vir das "*coutadas de Salvaterra e pinhaes das Virtudes*". Esta ordem é mais tarde alterada e El-Rei ordena que se retire madeira do pinhal de Leiria. A pedra necessária seria retirada das pedreiras do Convento de Belém.

O trabalho seria realizado pelos "*que fizerem caminho para as suas vivendas por esta estrada, como se pratica nas obras que se fazem públicas e pelos officiaes de guerra*".

D. Pedro II lembra ao Senado: "*E antes de se fazer a arrematação se me dará conta com a importancia e o que a respeito do ultimo lanço ha de custar a parede, posta em perfeição*".

O orçamento que o Senado apresenta é de 5:721\$160, mas avisa que terá ser alterado, caso a madeira tenha que vir do Pinhal de Leiria, visto o transporte ser mais difícil, "*por ser fora da barra e necessitar de caravélas, que hão de esperar monção do tempo com os perigos do mar e dos mouros*". Além disso, a madeira para a obra do cais teria de ser cortada em pinhal manso e o de Leiria não servia, por ser bravo⁶.

Em Fevereiro de 1684 o Presidente do Senado, Nuno de Ataíde, Conde de Pontevel⁷, propõe vários meios para fazer face à despesa do Cais de Belém, visto a "*fazenda da cidade se achar declinada com muitos empenhos procedidos das obras de importância que tem feito no publico d'esta cidade*".

⁵ AHCML, Chancelaria Régia, idem, ibidem.

⁶ Esta Quinta com o seu Palácio, conhecida por Quinta da Praia, propriedade dos Condes de S. Lourenço, situada no extremo do lado poente da antiga praia do Restelo, foi posteriormente adquirida por D. João V. D. José I legou-a ao 4º Marquês de Marialva. Pertenceu mais tarde ao Conde de Vale de Reis e Marquês de Loulé, Pedro Folque, que a vendeu ao Estado em 1929, a fim de ali ser instalada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intento este que não se concretizou. Acabou por dar lugar ao Liceu D. João de Castro, transferido para a Junqueira, quando ali se instalaram as secretarias do comissariado da Exposição do Mundo Português. Serviu mais tarde de viveiro da Câmara Municipal de Lisboa e, finalmente, foi ali construído o Centro Cultural de Belém. Ver José Dias Sanches, *op. cit.*, idem, p. 126.

⁷ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, idem, p. 226.

⁸ AHCML, Chancelaria Régia, idem, fls. 146-147.

⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA - *A Evolução Municipal de Lisboa - Pelouros e Vereações*. Divisão de Arquivos do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 147.

Propõe, entre outras medidas, ceder anualmente "dois mil cruzados, enquanto durasse a dita obra" provenientes dos arrendamentos¹⁰

D. Pedro II decreta que "o rendimento do officio de corrector dos seguros" cobrado pelo Tesoureiro Geral da Junta do Comércio, seja entregue ao tesoureiro do Senado da Câmara para custear as despesas do cais¹¹.

Pela correspondência trocada entre o Senado e o Rei, depreende-se que o financiamento para a construção do cais não foi assunto pacífico. A título de exemplo, em Janeiro de 1685, o Presidente do Senado, juntamente com os vereadores, solicitam ao monarca que desobrigue o Senado da construção do Cais de Belém, devido "à falta de cabedaes" e a obra não ser de sua obrigação, visto as praias pertencerem ao soberano¹².

O Rei desaprova o pedido, e determina que "os seiscentos mil réis do acrescentamento dos ordenados que os ministros do senado pediam" e que sairia dos dinheiros da Câmara, fossem aplicados no Cais de Belém, "atendendo-se à utilidade d'esta obra".

Outra sugestão apresentada pelo Senado, para se conseguir verba, foi a venda dos "officios que vagarem". O Rei concorda com esta proposta "só pelo tempo que estas obras durarem".

Foram ainda tomadas algumas providências para evitar danos ao cais: o Senado decidiu que os barqueiros que fossem apanhados a amarrarem os seus barcos ao cais em construção ou a tirar pedra fossem multados em "quatro mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra metade para quem o accusar. E d'este assento se passará mandado de publicação, que se apregoará n'aquelle porto".

Em 1686, a construção do cais ainda não tinha sido terminada, pois em Setembro desse ano, D. Pedro II lembra ao Presidente do Senado, a importância de se continuar com esta obra¹³.

Em fins de 1687, o paredão construído para apoio do Cais de Belém foi gravemente danificado devido à abundância das chuvas desse Inverno.

¹⁰ AHCML, Chancelaria Régia, idem, fl. 278 v.

¹¹ AHCML, Chancelaria Régia, Livro 8º de Consultas e Decretos de D. Pedro II, fl. 74.

¹² AHCML, Chancelaria Régia, idem, fl. 218.

¹³ AHCML, Chancelaria Régia, Livro 9º de Consultas e Decretos de D. Pedro II, fl. 173.

Após vistoria ao local feita pelo Presidente do Senado, Vereador do Pelouro das Obras, Desembargador Sebastião Rodrigues de Barros, mestres da cidade e arquitecto, concluíram que os estragos tinham sido causados pelas águas provenientes dos "*canos do convento de Belém, que desembocam no meio da estrada*".

Para se evitarem inundações e danos futuros no paredão e estrada junto ao Cais, ficou determinado que os canos deveriam ser "*cobertos por baixo da terra até à praia*".

Esta obra acabou por ser feita pelo Senado, porque o "*prior vigário geral do convento*" se recusou a fazê-la, alegando que os danos não tinham sido provocados pelas águas provenientes dos canos do Convento¹⁴.

Em 1716, já no reinado de D. João V, o Senado concordou em continuar o paredão então iniciado, até defronte das casas do Conde de Aveiras. (hoje Palácio da Presidência da República), devido à violência das marés e dos ventos que iam destruindo as passagens públicas¹⁵.

Este Cais de Belém, mandado construir por D. Pedro II, acabou por ser soterrado ao longo do tempo. Aquando da construção do Centro Cultural de Belém, foram encontradas durante as escavações as suas ruínas, juntamente com os restos do Palácio Marialva (ou Palácio da Praia), demolido em 1962¹⁶.

Visto não ter sido possível recuperar o cais e integrá-lo na construção do Centro Cultural de Belém, o Instituto Português do Património Cultural optou por desmontar cuidadosamente uma parte, de forma a poder reconstruí-lo mais tarde, noutra local. Foram recuperadas, além do corpo do cais, as peças de silharia que o revestiam, assim como algumas estacas de madeira de pinho com ponteira revestida por chapa de ferro, que faziam parte da estrutura de fundação do cais¹⁷.

Não sabemos até quando foi utilizado este cais, mas no reinado de D. José I, foi construído outro, frente ao actual Palácio da Presidência da República¹⁸.

¹⁴ AHCML. Chancelaria Régia, idem. fl. 304.

¹⁵ AHCML. Chancelaria Régia. *Livro 2º de Consultas e Decretos de D. João V*, fl. 146 v.

¹⁶ ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA - *Bellem Belém - Reguengo da Cidade*, Edições Asa/Pelouro da Cultura e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1990, p. 102.

¹⁷ RAIMUNDO, Domingos de Mendonça. *Centro Cultural de Belém: aspectos significativos da construção*. Centro Cultural de Belém. Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., Lisboa, 1994, p. 52.

¹⁸ ARCHIVO PITTORESCO - SEMANARIO ILLUSTRADO. Editores Proprietários, Castro, Irmão & Cª, 1860, vol. III, P. 89

O Urbanismo Pombalino:

As Praças Públicas

Os Chafarizes

Maria de Lurdes Ribeiro

Introdução. Este artigo, tem o propósito de salientar a importância do elemento **água** na cidade iluminista não só como infra-estrutura fundamental na obra do abastecimento de água a Lisboa, com incidência no período da Reconstrução, mas também servindo aqui uma nova ideia de cidade, em que a água, a fonte, e o chafariz, ao constituírem elementos ornamentais de valorização plástica do espaço urbano, servem agora um novo conceito de cidade, equiparado ao conceito de **comodidade e utilidade** pública. Trata-se já de uma concepção diferente da cidade joanina, em que a água e as fontes, se inscreviam numa ideia global do cenário urbano como Festa barroca. Por outro lado, através do arranjo de praças e largos para a colocação de chafarizes, pretende-se evidenciar o conceito subjacente de regularização do espaço público, como ideia norteadora na dinamização do espaço urbano.

Assim, privilegiando uma relação dinâmica com o espaço urbano, não nos ocuparemos de uma análise formal ou plástica individualizada dos chafarizes enquanto mobiliário urbano.

A cidade iluminista. O urbanismo. A dinâmica de obras do senado. A abordagem deste tema, implica um relacionamento estreito com algumas ideias-chave, que cimentam o discurso urbano da cidade iluminista.

A regularização das Praças para a colocação de chafarizes, prende-se com as questões em voga para a época, de embelezamento urbano. Sabe-se como estes aspectos tiveram ao longo do tempo, leituras várias. Recuando até ao século dezasseis e a D. João III, o embelezamento do espaço urbano, nomeadamente no que respeita à zona ribeirinha, é entendido ainda de uma forma empírica, característica de um pensamento pré-urbanístico, valorizando-se no discurso urbano, quer aspectos laudatórios, quer virtudes panorâmicas da Cidade. Assim, o ordenamento da zona ribeirinha, limitava-se a responder a requisitos de: "melhor prospecto, largueza e serventia..."¹. Algo muda com Francisco de Holanda em 1571, cujos desenhos para os chafarizes do Rossio e Ribeira das Naus traduzem uma nova concepção que vê neste equipamento urbano, elementos importantes de embelezamento do espaço público.

Esta concepção de embelezamento do espaço urbano, está ainda, naturalmente distante do futuro programa e nova ideia de cidade iluminista. Cita-se a este propósito, de passagem, o exemplo de alguns projectos de ordenamento urbano e paisagístico da época das luzes francesas, em que o elemento **água** serve um conceito de **ornamento**

¹ Referência colhida na Consulta da Câmara ao Rei em 10 de Junho de 1768 - *Elementos*, Tomo XVI, p. 222.

urbano, que por sua vez está ao serviço de uma nova ideia de cidade em que o ideal de beleza assenta nas ideias de funcionalidade, comodidade, e utilidade pública. Tal é o caso entre outros de: "Projectos de embelezamento dos afluentes do Rio Sena" da autoria de Pierre Moreau. Também Pierre Patte em 1769, acentua esta tónica, referindo que: "La multiplicité des fontaines ferait encore un des ornements de notre ville"². Também a literatura do período das luzes, dedica atenção aos aspectos da nova estética urbana, como no caso de Voltaire que publica um opúsculo intitulado "Embellissements de Paris".

Nas diferentes considerações ponderadas para o espaço urbano da cidade iluminista, a higiene ocupa um lugar preponderante, daí que os progressos no campo da higiene se encontrem ligados à questão da distribuição de água, que por sua vez se prende com aspectos infra-estruturais do domínio da engenharia (pontes; aquedutos; encanamentos). Teóricos do iluminismo, fazem mesmo o elogio aos trabalhos de engenharia da época como no caso de J. F. Blondel no seu *Cours d'Architecture* (1771-77). O mesmo se pode dizer de Pierre Patte, que para além de académico, também construiu pontes.

A Praça monumental como novo arquétipo e forma simbólica, destinada a glorificar a monarquia centralista, suporte ideológico de todo o sistema político e novo poder, teve a sua tradução significativa nas realizações célebres europeias, nomeadamente, através das Praças dedicadas a Luís XV. Só para estudar as Praças dedicadas a Luís XV, Patte, faz publicar em 1765 a obra referencial: "Monuments érigés en France". A tradução destes programas no caso português, assumiu com a construção da Praça do Comércio, como se sabe, a coroação do programa pombalino. A "Real Praça do Comércio" cujo termo constitui em si mesmo uma ambivalência, na medida em que se pretende exaltar sobretudo o modelo da "Place Royale", possui no programa iluminista o seu equivalente, que pode ser dado entre outros, através do exemplo parisiense de se elevar uma estátua na Praça Luís XV em Paris. Este conceito de embelezamento urbano em torno das praças públicas no tempo do iluminismo, reflecte sem dúvida as considerações teóricas da época sobre questões urbanas³, bem como uma nova ideia de cidade agora formulada como Capital do Reino.

Analisemos contudo de perto, as implicações urbanísticas em torno da obra do Aqueduto. No pensamento urbano joanino, a ideia de estruturar a cidade com uma rede de distribuição de água, através de Mães de Água e chafarizes, basicamente implantados

² Patte citado por Françoise Choay, *La règle et le modèle*. Paris, Ed. du Seuil, 1980, p. 267.

³ M. A. Laugier, *Essai sur L'Architecture*. Paris, 1753, dedica um capítulo a estas matérias intitulado justamente: «De L'embellissement des villes».

na zona ocidental da cidade, revela inequivocamente a opção clara de D. João V. de considerar a Lisboa ocidental de verdadeira capital do Reino, fruto da divisão administrativa então realizada que dividia a cidade em dois pólos, o ocidental, sede do poder temporal e espiritual, e o oriental, onde se centrava de facto a dinâmica da Cidade. Temos portanto na cidade joanina, um conjunto monumental e arquitectónico e equipamento subsidiário - o Aqueduto das Águas Livres e Chafarizes - cuja localização e desenho arquitectónico definem um programa e ideia de cidade de concepção eminentemente barroca, que adopta os modelos europeus de criação de novos centros de poder.

Mesmo no pensamento urbano que estrutura as ideias de renovação da cidade de Lisboa como no caso das *Dissertações* de Manuel da Maia, esta ideia de balanceamento para ocidente permanece muito viva, sendo determinante numa das opções do novo Palácio Real, que se deveria situar entre S. João dos Bemcasados e o Convento da Estrela, o aproveitamento da água do Aqueduto que já abastecia este lugar: "porém se S. Mag.e for servido querer lançar mão de um sítio salutar, e superior apropriado para cabeça de Corte com boas quatro comunicações para a cidade e para o campo, aproveitando-se primeiramente do benefício da água livre de Belas, e terreno firme e sólido com bom nivelamento e capacidade para edificar com grandeza, é este o sítio entre S. João dos Bemcasados e o convento de N. Sr.a da Estrela com quatro comunicações de bom uso: a primeira para o campo, interior do país de Campolide, e Sete rios: a segunda pelo Rato, Noviciado da Cotovia etc.: a terceira pela Rua nova de S. Bento, ou nova colonia: a quarta pelo caminho do Sr. da boa Morte, Fonte Santa, N. Sr.a das Necessidades etc. até o mar, caminhos todos de bom nivelamento e correntezas de águas para limpeza dos edifícios e ruas depois de terem servido nas fontes e tanques do Real Palácio..."⁴. É interessante registar a preferência desta zona ocidental para implantação do novo Palácio Real relativamente à opção de Belém, devido à importância do Aqueduto já abastecer este sector da Cidade.

Todavia a obra de abastecimento de água à cidade, que decorre paralelamente à Reconstrução pombalina, tenta adaptar a colocação de chafarizes urbanos à nova dinâmica de obras, seguindo de perto uma orientação mais funcional e pluralista no uso deste equipamento urbano, revelando naturalmente, uma nova concepção de cidade. Esta nova ideia de cidade, em que o equipamento e o ornamento, servem sobretudo a utilidade e comodidade públicas, traduz-se igualmente através da diminuição de monumentalidade no que toca aos novos projectos de chafarizes, que tendem para uma menor escala e para um desenho mais simples. Este aspecto é sobretudo notório

⁴ Dissertação de Manuel da Maia - I Parte - in J. A. França, *Lisboa Pombalina E O Iluminismo*, Lisboa, 3ª edição, Bertrand Editora, 1983, p. 314.

nos projectos de chafarizes no tempo de D. Maria I.

Exemplos de um pensamento funcionalista na formulação da obra do abastecimento de água numa atitude extremamente pragmática ditada pelo contexto da Reedificação da cidade, podem também ser colhidos noutros passos das *Dissertações*, que equacionam esta obra, em termos essencialmente de comodidade e utilidade pública: "... porque se fosse possível que em cada rua houvesse uma fonte, ou cada casa tivesse uma chave de água, nunca se poderia chamar supérfluo este melhoramento: mas pois que o não pode ser em todo, para que ao menos o possa ser em parte, se devia fazer alguma diligência, para se convocarem, e ajuntarem mais águas, pois para isso foram formados dois encanamentos no Aqueduto que conduz a água para o Bairro Alto, no que se não tem posto até ao presente aquela aplicação que a matéria merece. ..." (parágrafo 9º da III Parte das *Dissertações*).

O arranjo de praças para colocação de chafarizes no tempo da Lisboa Pombalina, encontra-se estreitamente ligado a um dos segmentos norteadores da cidade iluminista que são definidas grosso modo pela ideia de **regularidade**. A preocupação com a funcionalidade das circulações e a regularidade do tecido urbano, constituem dois vectores da cidade racionalista, presentes quer na legislação régia, quer na normativa do Senado, anteriormente ao Terramoto, nomeadamente com a legislação joanina (Decreto de 13 de Abril de 1745).

A presente temática, é ainda tributária do papel do Senado como normalizador do tecido urbano e como garante na preservação da estética urbana. Mesmo no período em que o Senado se viu diminuído no seu papel de supervisor sobre as edificações e reedificações (Decreto de 12 de Junho de 1758 que amplia a jurisdição ao Duque de Lafões), tal facto, não impediu que o Senado deixasse de emitir Pareceres e Consultas na defesa das questões urbanas.

A fragilização da autonomia municipal no processo urbano durante o período da Reedificação, inicia-se em 1756, com um *Aviso* ao Senado, sobre os desentulhos dos canos, centralizando a fiscalização destes trabalhos no Duque Regedor das Justiças, determinando-se à Câmara de que: "não faça obra alguma sem se lhe [a ele, Duque Regedor], participar, exceptuando a do Depósito público e a do chafariz da Póvoa de Santo Adrião"⁵. Todavia, a "praxis" municipal diária consubstanciada através de uma intervenção atenta e diária sobre o tecido urbano, ultrapassa de certa forma, o espírito destes embargos jurídicos, pugnando assim pelo respeito dos alinhamentos das propriedades, bem como vistoriando fontes, canos, pontes, parapeitos, regularizando Praças e Becos, abrindo estradas e calçadas, preconizando em suma, pela regularidade e funcionalidade da Cidade.

⁵ *Elementos*, Tomo XVI, p. 201.

No que respeita à estética urbana, a postura e "modus operandi" do Senado, assumem o discurso teórico da época no que toca aos tópicos mais correntes da cidade racionalista, que desde a legislação joanina giram em torno da **regularidade** e **formosura** das Praças públicas.

Associada à ideia-chave de **regularidade**, prendem-se outros segmentos, como os da **funcionalidade** e da **circulação**. Na cultura urbanística da cidade das Luzes, a **circulação**, figura como uma das ideias dominantes, divulgadas por teóricos como Pierre Patte em 1769. Neste conceito, cabem uma dada conjugação de elementos como sejam: os esgotos; adução de água, etc., antecipando de certa forma uma ideia de cidade como um "sistema", na lógica já contemporânea de Haussmann. No período pombalino, a ideia de uma canalização e abastecimento de água de uma forma socialmente mais alargada, e já não numa concepção elitista de valorização de determinados centros da Cidade, pode-se inserir no mesmo espírito cultural e social das Luzes.

Analisemos ainda no presente contexto, as preocupações higienistas e de embelezamento urbano por parte do Senado, no que toca às Praças públicas, nomeadamente, para o Terreiro do Paço ainda antes do Terramoto. Para o período anterior à Lisboa Pombalina, é de sublinhar, que o Terreiro do Paço, constituía uma espécie de *Passeio* para a aristocracia e burguesia endinheirada, anunciando já um conceito iluminista de espaço - "promenade".

Corroborando uma ideia da orla ribeirinha como o verdadeiro centro vital da cidade, por oposição à Lisboa Ocidental, as preocupações do Senado no que respeita ao embelezamento urbano das Praças públicas, revelam para o período anterior ao Terramoto por um lado, tanto a autoridade na gestão do processo urbano como uma atitude de modernidade, visando a regularização e salubridade do tecido urbano. No caso concreto da zona ribeirinha, é de notar que o Senado antes do Terramoto, era possuidor absoluto do chão público, o que lhe permitia autonomia na gestão do processo urbano: "... como no chão da Ribeira desta cidade e mais lugares públicos semelhantes dela, que são do senado da câmara para o serviço e uso público da cidade, e também para utilidade da fazenda do Senado, que é destinada para se acudir ao bem público da mesma cidade e às obras públicas para isso necessárias, ..."°. Para o período de D. João V, podem ser citadas algumas medidas de carácter higienista na preservação do Terreiro do Paço, como as da cobertura do cano público em 1742 e 1743.

Esta concepção utilitária e funcional do centro da Cidade que preside à dinâmica de obras joanina na zona ribeirinha, vem no seguimento de fundamentos funcionalistas e racionalistas que estão já presentes na legislação régia deste período para a Cidade.

° Consulta da Câmara de 23 de Fevereiro de 1745 - *Elementos*, Tomo XIV, p. 403.

Tais fundamentos, figuram igualmente expressos no discurso da Câmara pela voz do Juiz do Povo deste período: "sendo a praça da Ribeira uma das maiores e mais principais desta côrte, e um desembarque universal de todos os víveres que vêm para a cidade..."⁷. A beleza das Praças públicas subscreve já uma noção de beleza equivalente a utilidade pública: "Além disto todas as cidades e vilas deste reino põem o seu maior empenho na grandeza das praças, fazendo-as tão desimpedidas como públicas..."⁸.

Meses antes do Terramoto, o discurso do Senado subscreve justamente estes aspectos da estética urbana: "Parece ao Senado que o procedimento do marquês, presidente do Senado, em nome deste, em passar a dita ordem e, na sua execução, de mandar demolir a casa, e com efeito se demolir, foi justíssimo, por ser certo e inegável que no público, qual é a praça do Terreiro do Paço, nenhuma pessoa pode edificar sem licença expressa de V. Magestade, em quem está a propriedade dos bens dele, ou do senado, a quem privativamente compete a administração de tudo que a ele respeita, e ao pejamento das praças e ruas públicas..."⁹. Revelando algum mal-estar face a determinadas ingerências do poder central no processo urbano, o Senado reclama simplesmente para si, o papel de normalizador do tecido urbano: "... porque as praças e ruas são direitos reais, conforme o Ord., liv.º 2º, tit. 26, e nelas têm todos os tribunais de V. Magestade jurisdição, na conformidade dos seus respectivos ministérios, ou seja de justiça ou de fazenda. A Relação manda levantar patíbulos nas praças públicas; o Santo Ofício teatros; o conselho da fazenda casas e cabanas no interior da Ribeira, e o mesmo a junta da Sereníssima Casa de Bragança, e até pela repartição da Alfândega Grande se mandaram edificar avultadíssimos armazéns no Terreiro do Paço, e todas estas jurisdições se têm exercitado com independência do Senado da Câmara. A este tribunal compete conservar o público livre de ocupações particulares, mas não se pode intrometer nas obras que pertencem a diversas repartições ..." ¹⁰.

Constata-se assim, que a margem de autonomia municipal sobre o processo urbano se vê nesta fase seriamente restringida.

O arranjo de Praças para colocação de chafarizes, leva-nos a tecer algumas considerações sobre a necessidade de criação destes espaços com vista à regularização e embelezamento urbano. Não se trata obviamente de uma mesma hierarquia no plano do arranjo do espaço urbano, cujo paradigma é definido pela Praça Real com a estátua do soberano ao centro, marcando a distribuição dos percursos. O caso dos espaços urbanos pombalinos para colocação de Fontes ou Chafarizes, tem mais a ver com

⁷ Consulta da Câmara de 25 de Agosto de 1745 - *Elementos*, Tomo XIV, p. 443.

⁸ *Idem*, *Ibidem*.

⁹ Consulta da Câmara ao Rei de 18 de Julho de 1755 - *Elementos*, Tomo XVI, p. 95.

¹⁰ *Idem*, *Ibidem*.

necessidades estruturais, do que com questões estéticas, uma vez que se passa a dotar a Cidade com um conjunto crescente de infraestruturas tais como: a construção de: pontes, parapeitos, cais, cloacas, etc.. Este equipamento, não pode ser dissociado da dinâmica de obras do senado deste período, que nos anos de 1765-67, se situa maioritariamente na zona ribeirinha.

De facto, a dinâmica de obras do Senado, associa-se estreitamente à dinâmica da cidade real, cuja centralidade se localiza na faixa ribeirinha. Grosso modo, para o período citado, o orçamento do Município foi dispendido, entre outras obras, na construção do Celeiro público, e vários cais da zona oriental, como o Cais da Bica do Sapato (abaixo de Santa Clara) e Cais de Santarém (actual Campo das Cebolas na antiga Ribeira Velha).

Por parte do poder régio, esboçam-se duas orientações no que toca à questão do abastecimento de água à cidade, que tal como no urbanismo da época, não implica propriamente uma planificação racionalizada.

Como salientou J. A. França, neste período, Lisboa cresce de uma maneira desordenada, visualizando-se focos de urbanização dispersos. Também na questão do abastecimento de água à cidade, se, todavia se assiste a preocupações infra-estruturais de dotar de água algumas zonas carenciadas e distantes da Cidade, como nos casos do encanamento de água para a Rua dos Canos, à Mouraria¹¹, ou a construção de chafarizes nos arrabaldes da cidade como os chafarizes da Buraca em 1771¹² e da Porcalhota em 1774¹³, também se poderá dizer, que os projectos mais monumentais dos chafarizes deste período (Chafariz da Rua Formosa (na actual Rua do Século -1760-62) e Chafariz das Janelas Verdes (1774-1782) se localizam justamente, na zona ocidental da cidade.



Prova A 8767 - Arquivo Fotográfico Municipal - Chafariz da antiga Rua Formosa (actual Rua do Século) exemplificando uma situação de nobilitação do património adjacente.

¹¹ citado da seguinte forma: *Planta para o novo encanamento que se deve fazer para as águas da Rua dos Canos, à Mouraria* in *Catálogo da Exposição "Lisboa e o Marquês de Pombal"*. Lisboa, C.M.L., 1982. p. 89.

¹² referência à Planta deste chafariz mandada executar em 1771 in *Catálogo D. João V e o Abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa, C.M.L., 1990. II vol., p. 127.

¹³ *Idem*, I vol., p. 302.

Parece-nos interessante registar algumas preocupações dos arquitectos da obra das Águas Livres em 1774, no que respeita ao abastecimento da zona ribeirinha, nomeadamente quanto ao aproveitamento dos excedentes de água do chafariz do Loreto com vista a serem aplicados no chafariz a construir na Praça de S. Paulo. O primitivo projecto de construção da praça e do chafariz, datado da década de sessenta, é da autoria de D. Miguel Ângelo de Blasco, na altura director da obra das Águas Livres. Independentemente do plano formal e plástico, extremamente depurado, em relação a chafarizes como os do Rato e da Esperança, interessa sobretudo realçar, que o partido estético, serve aqui essencialmente a ideia de regularidade da nova Praça de S. Paulo. De notar igualmente, que tal como na Rua Formosa e mais tarde nas Janelas Verdes, a aposta de embelezamento urbano na Praça de S. Paulo, tem muito directamente a ver com zonas urbanas de interesses patrimoniais e imobiliários do próprio Marquês de Pombal.



Prova A 9327 - Arquivo Fotográfico Municipal - Chafariz de S. Paulo, documentando uma situação de regularização da malha urbana, marcando simbólica e simetricamente o espaço definindo um conjunto urbano.

Para além das importantes implicações urbanísticas na definição da tipologia da praça pombalina, é oportuno referir, que o abastecimento de água na orla ribeirinha, tinha em vista igualmente, o abastecimento da aguada dos navios.

Este último aspecto, coloca-se com pertinência no período da reconstrução da cidade, devido aos efeitos do terramoto que provocou a ruína de alguns chafarizes na zona ribeirinha, onde habitualmente se fazia aguada para as naus de guerra e comboios das frotas. Algumas medidas governamentais com vista a obviar esta situação, são desde muito cedo implementadas. Como exemplo dessa situação, pode ser citada a incumbência do Senado, de restabelecer o funcionamento do chafariz dos Paus em 1756.

O caso do Chafariz Del Rey, é paradigmático do grau de preocupação ao nível de dotar a cidade com as infra-estruturas necessárias, no período a seguir ao Terramoto. Entre 1756 e 1776, o Senado procede a inúmeras obras neste Chafariz, tal como testemunham as Folhas de Despesa relativas à obra, e patentes na documentação municipal deste período.

A própria dinâmica de obras da reconstrução pombalina ditou por si só, algumas alterações na estética urbana, que implicaram por sua vez a alteração da estética de anteriores arruamentos e chafarizes. Em 1757, para as obras da Alfândega interina, com vista ao alargamento da via pública, torna-se necessário demolir uma arca de água que se encontrava situada no sítio da Marinha, bem como recolher a cortina do chafariz Del Rey. O Senado, é assim, encarregado de proceder a estes trabalhos¹⁴.

As intervenções do Município no Chafariz Del Rey e Chafariz de Dentro (antigo chafariz dos Cavalos), constituem exemplos quer de preocupações infra-estruturais em relação à zona oriental da Cidade, quer de adequação à malha urbana, no sentido da sua regularização. Marcos referenciais no abastecimento de água à Cidade antes do Aqueduto, acompanham no período da Reconstrução através das sucessivas remodelações a evolução nas mutações urbanas neste espaço de tempo. A remodelação do Chafariz de Dentro, insere-se nesta programação de regularização da malha urbana. Na década de sessenta a seguir ao Terramoto, a ligação da parte oriental da Cidade com a Baixa, constitui um problema que urge resolver. A ligação do Bairro de S. Vicente com a Baixa, é determinada pelo Decreto de 5 de Abril de 1768. Tal vai implicar o alargamento da via pública desde o Chafariz de Dentro pelo lado meridional da Calçada dos Remédios, até à Rua Direita das Portas da Cruz. O discurso do Senado salienta justamente, a importância da regularização deste troço, que se destina a valorizar o Largo do Chafariz de Dentro, através da demolição da muralha fernandina.

¹⁴ Aviso do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello ao presidente do Senado, datado de 13 de Janeiro de 1757 - *Elementos*, Tomo XVI, p. 293.

Estas preocupações do Município em relação à malha urbana desta zona da Cidade, são tanto mais significativas, uma vez que se sabe, que a zona oriental, no pensamento urbanístico pombalino, revelou-se de preocupação tardia. Na obra do Aqueduto e abastecimento de água, que decorre paralelamente à Reconstrução da Cidade, a zona oriental é francamente negligenciada. O caso da galeria de adução de água do Campo de Sant'Ana é particularmente elucidativa, uma vez que só é projectada em 1784.

Para todos os efeitos, as intervenções do Senado nos Chafarizes Del Rey e de Dentro, tiveram em vista remodelar chafarizes funcionais, indispensáveis para o abastecimento da população ribeirinha.

Entendemos por chafarizes cenográficos genuinamente pombalinos, os chafarizes que, enquanto elementos definidores de um Largo ou Praça, ao (re) organizarem a mesma, implicaram o arranjo urbanístico do espaço da sua própria implantação. Cabem nesta concepção (atendendo à data de execução dos seus projectos) os chafarizes da Rua Formosa (1760-1762); projecto não executado de Miguel Angelo Blasco para o chafariz de S. Paulo (datado da década de sessenta após o Terramoto); chafariz das Janelas Verdes (1774-1782). O denominador comum a estes chafarizes traduz-se pela marcação simbólica e simétrica do espaço da praça através do novo equipamento, bem como o alinhamento do chafariz face a um Palácio ou Igreja. No caso das Janelas Verdes, provavelmente a influência da nova Praça do Comércio com a Estátua equestre de D. José I fez-se repercutir, fazendo elevar o marco urbano e funcional do equipamento, ao valor simbólico de uma Praça com estátua, igualmente datada de 1774, e do mesmo autor, Machado de Castro.

Os chafarizes que subscrevem já uma ideia de cidade racionalista, são projectos ainda anteriores ao Terramoto, que curiosamente, fazem parte de um conjunto de projectos aprovados em 1752, maioritariamente da autoria de Carlos Mardel. Na acepção que pretendemos valorizar, distinguem-se dos chafarizes anteriores ao Aqueduto, nomeadamente dos do Chafariz Del Rey e Chafariz de Dentro, entre outros, por introduzirem uma nova relação de dinamização com o tecido urbano envolvente, transformando-se essencialmente em marcos urbanos que definem eixos viários (podem-se citar como exemplos mais significativos desta categoria, os chafarizes de Santa Catarina/Loreto, Rato, e da Esperança). Os valores herdados do urbanismo barroco emblematizados na forma simbólica da "Place Royale", são transpostos para outras escalas e outros geomorfismos, marcando influências na definição de novos espaços, redefinindo novos enfiamentos perspécticos na Cidade.

Curiosamente, a década de setenta, apela à monumentalidade. Nas realizações ornamentais e cenográficas puramente pombalinas executadas nesta década, são perceptíveis algumas afinidades no tratamento do equipamento urbano - alguma

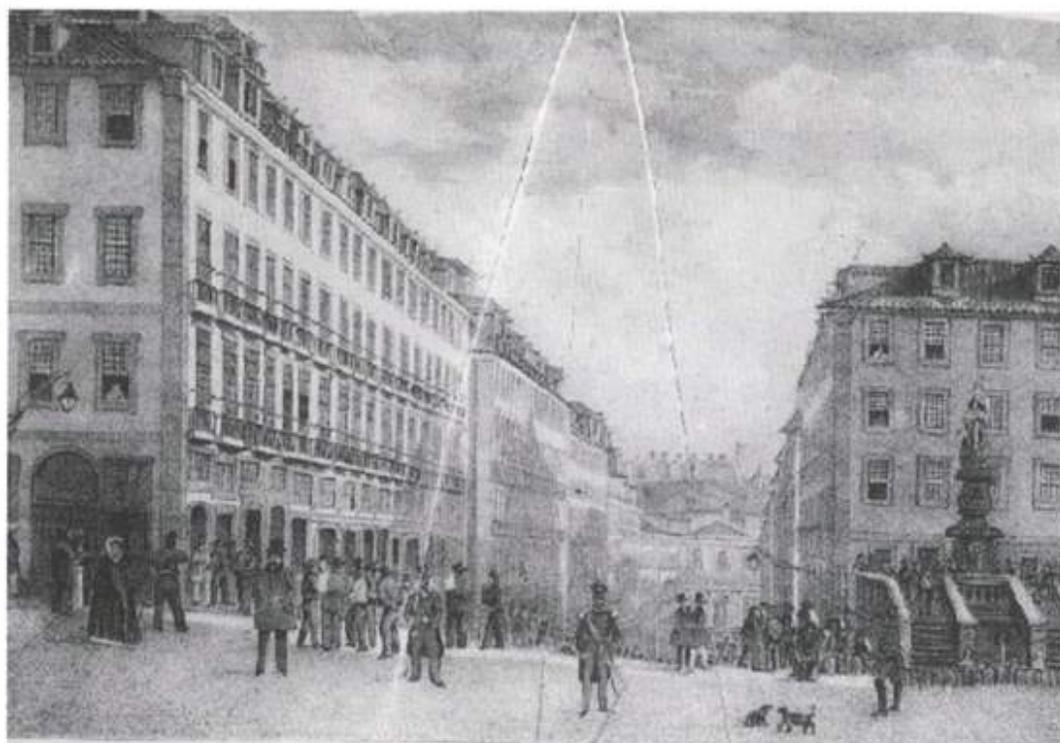


Prova A 18069 - Arquivo Fotográfico Municipal - Chafariz do Rato funcionando como marco urbano e distribuidor de percursos.



Prova A 17778 - Arquivo Fotográfico Municipal - Antigo Convento da Esperança e Chafariz da Esperança, funcionando como rede de distribuição de eixos viários.

monumentalidade: interacção dialogante com o espaço público circundante, reorganizando-o; alguma expressividade objectual e icónica (nos casos em que se recorre à estatuária). Figuram nesta última categoria, atendendo à componente plástica e figurativa, bem como à própria escala, os chafarizes: Portas de Santa Catarina/Loreto (execução de inícios da década de setenta com atribuição provável do risco a Miguel Ângelo Blasco/Reinaldo Manuel dos Santos, e estátua executada em 1771, a partir de desenhos de Machado de Castro); Chafariz das Janelas Verdes (arranque de abertura da Praça em 1774, com desenho de projecto urbanístico e concepção da Fonte de Reinaldo Manuel dos Santos e estátua da autoria de Machado de Castro). Devido à conjugação destes valores estéticos e urbanos, os exemplares deste período, podem assim ser entendidos como objectos de arte pública e urbana. Tal especificidade, leva-nos a fazer a citação oportuna de um autor contemporâneo de arte pública que refere justamente: "A escala, dimensões e colocação de uma obra para um espaço estão determinados pela topografia do seu lugar de destino - seja este urbano, paisagem ou recinto arquitectónico. Os trabalhos passam a fazer parte do lugar e modificam a sua organização, tanto do ponto de vista conceptual, como na sua percepção".¹⁵



Prova A 10083 - Arquivo Fotográfico Municipal - Desenho do antigo Chiado e Chafariz do Loreto: valorização plástica e cenográfica da Praça demarcando claramente os percursos.

¹⁵ Richard Serra citado por Delfim Sardo, artigo intitulado "Troppo Vero" in *Revista Arte Ibérica*, Nº 8 (Outº), 1997, p. 37.



Prova A 16942 - Arquivo Fotográfico Municipal - Valorização cenográfica da Praça e do conjunto urbano adjacente.

A questão da valorização ornamental e cenográfica do espaço urbano através de um novo conceito de chafariz público, entrecruza-se com o fazer gradual de uma cidade regulada e alinhada. No caso lisboeta, esta cultura racionalista das Luzes no tempo de Pombal, e na planificação mental dos Homens da Reconstrução, lida também com especificidades geomórficas inerentes à topografia lisboeta, impondo assim uma marca muito própria no urbanismo deste período. Nalguns planos de urbanização da época, este problema é colocado de uma forma pertinente, devendo por isso as Praças ser as primeiras a ser marcadas, de molde a poder-se posteriormente nivelar as Ruas: "contudo, sempre a Arte deve emendar alguma desigualdade do mesmo terreno para que as subidas fiquem mais suavizadas e as Praças niveladas que são as primeiras que se devem demarcar para que as Ruas que a elas se encaminham, vão dirigidas a seus próprios lugares" ¹⁶.

Por último, gostaríamos de salientar que as iniciativas de construção de chafarizes públicos monumentais com algum aparato áulico (Loreto e Janelas Verdes) na década de setenta, não devem ser abordadas isoladamente, fora da dinâmica urbana e clima inaugurativo que assume o seu auge com as festas de inauguração da estátua equestre em 1775 patrocinadas justamente pelo Presidente do Senado, Henrique de Carvalho e Melo, 2º Conde de Oeiras.

¹⁶ Plano não executado e assinado pelo Tenente Carlos Mardel e pelo Capitão Eugénio dos Santos, datado de 5 de Dezembro de 1756, public. no *Boletim Cultural e Estatístico*, vol. I, N.º 4 (Out.-Dez.º), 1937 e referenciado por J. A. França, *op. cit.*, p. 149.

Concretamente no caso do chafariz do Loreto, a sua inserção urbanística, insere-se num tipo de preocupações que vêm já de inícios setecentos, no sentido de se viabilizar a funcionalidade da comunicação da zona baixa da Cidade, com o Bairro Alto. O abastecimento de água ao sítio das Portas de Santa Catarina, é pensado em termos de se construir um chafariz no ano de setecentos. Os projectos de Mardel do ano de 1752, contemplam igualmente um projecto de chafariz para as Portas de Santa Catarina. Justamente, o alargamento da Rua Nova do Almada, em 1753, com Eugénio dos Santos ao serviço do Município, bem como o alargamento da Rua do Chiado (que não era mais que o prolongamento da Rua Direita das Portas de Santa Catarina) no ano seguinte, conduziam a que o então Largo das Portas de Santa Catarina, funcionasse como uma Rotunda, indispensável na distribuição destes eixos viários. Estas artérias eram extremamente concorridas nesta época, sendo a Rua Nova do Almada nos termos de uma Consulta da Câmara do ano de 1753, considerada, como a: "Rua mais pública e de maior concurso...".

De facto, os traços, marcando um fazer de cidade norteada pela cultura das luzes, no sentido de se observar facilidade nas circulações, higiene das Praças e Largos, alargamento e alinhamento de Ruas públicas, encontram-se de alguma forma expressos no tipo de gestão municipal, entregue a familiares directos de Pombal, após o Terramoto. Concretamente, de 1770 a 1779, os destinos do Município, ficam nas mãos do seu filho primogénito, Henrique de Carvalho e Melo.

Desde a gestão de Paulo de Carvalho e Mendonça (1764-1769), irmão do Marquês, que se define mais claramente um perfil *ilustrado* na intervenção urbana do Município. Assiste-se ao incremento dos ofícios mecânicos, com inegável protagonismo da Casa dos Vinte e Quatro, sob o lema geral da época, de apoio às *Técnicas*. Este enaltecimento das *Artes Mecânicas*, assumirá um destaque especial no discurso proferido pelo Juiz da Casa dos Vinte e Quatro, na homenagem à tomada de posse para presidente do Senado, do 2º Conde de Oeiras.

Para este todo eclético que compõe a cidade pombalina, concorrem igualmente as intervenções de carácter pragmático e funcional que têm o propósito de regularização do tecido urbano (recolhimento da cortina do Chafariz Del Rey para alargamento da via pública (1757); ampliação da Praça do Chafariz de Dentro (1765-68) sem preocupações de marcação cenográfica do espaço público. Todavia, mesmo tratando-se de intervenções pontuais, sem grande expressão de impacto urbanístico, como nos casos do chafariz da Praia da Boavista, fontes e Cais do Tojo (1768); Cais novo da Bica do Sapato (1765), há que destacar a importância da renovação de uma estética urbana ribeirinha com intervenção activa do Município. Estas realizações menores não devem ser descuradas, devendo ser lidas e relacionadas com os projectos que de uma forma mais perene marcaram o espaço público, formando o mosaico urbano, da cidade pombalina, e que

nos casos mais exemplares, de tradução escultórica e cenográfica, caracterizaram particularmente, o suporte ideológico e estético da própria encomenda.

Conclusão. Algumas ideias conclusivas podem aqui ficar expressas. Podemos sucintamente referir que nos chafarizes construídos ao longo do período pombalino, não se pode articular e constatar uma relação directa entre o tipo de tratamento formal e estético e a situação de inserção urbanística. Ou seja: uma determinada escala de monumentalidade e valorização escultórica, nem sempre é proporcional à importância do chafariz como marco urbano enquanto definidor de uma nova rede e distribuição dos novos percursos urbanos. Por exemplo, as Janelas Verdes ou as Necessidades, nobilitam a Praça e referenciam o conjunto patrimonial adjacente, constituindo realizações de algum aparato escultórico, mas estes chafarizes não foram essencialmente pensados como marcos distribuidores de novos eixos perspécticos na cidade, valendo mais como objectos de arte pública do que como marcos urbanos. Trata-se de realizações com alguma monumentalidade que traduzem encomendas com algum cunho áulico. Todavia, os chafarizes monumentais assumindo uma vertente escultórica e iconográfica, verificam-se em sítios de grande lisibilidade pública, aferindo a importância do "locus" patrimonial, dignificando assim o perfil ilustrado do encomendante.

Grosso modo, da relação de uma nova ideia de cidade com um determinado tipo de equipamento urbano, é possível estabelecer alguns agrupamentos:

1. grupo dos chafarizes claramente distribuidores de percursos urbanos - Rato; Esperança; Loreto.
2. grupo dos chafarizes referenciadores de conjuntos monumentais e urbanos - Rua Formosa; S. Paulo; Janelas Verdes.
3. grupo dos chafarizes monumentais - Loreto; Janelas Verdes.

**O Pelouro de Incêndios da
extinta Câmara Municipal
de Belém (1861-1885):
uma perspectiva introdutória**

Francisco Matos

Apesar de criada por Decreto de D. Maria II, de 11 de Setembro de 1852¹, só em 1861² é que a extinta Câmara Municipal de Belém é dotada de um serviço de assistência a sinistros de incêndio, reunindo-se assim as condições indispensavelmente necessárias para o seu surgimento, previsto de competência autárquica no quadro legal de protecção civil obrigatoriamente permanente do ponto X do artigo nº 123 da secção VI do capítulo I do título II do Código Administrativo de 1842³.

Assim, e por edital de 6 de Junho de 1861⁴, tendo como primeiro vereador do pelouro o farmacêutico belenense e procurador fiscal municipal Pedro Augusto Franco, futuro Conde do Restelo e Presidente da Câmara, o Vice-Presidente daquele município, Francisco Evangelista Pacheco, publica a organização do Serviço de Inspeção de Incêndios e distribui as três bombas encomendadas então existentes e recentemente adquiridas (cada uma dotada com 40 baldes de lona, 10 barris e 1 carroça com pipa e compondo-se as respectivas guarnições de 1 primeiro patrão, 1 segundo patrão e 18 serventes admitidos mediante concurso, entre os primeiros candidatos apresentados maiores de 16 anos), determinando ainda o número de badaladas preventivas para cada freguesia em caso de incêndio.

Dada a inexistência de aguadeiros (como acontecia no concelho vizinho de Lisboa), estipulam-se ainda condições atractivas de concurso para a categoria de servente matriculado ou não e as gratificações, bem como das bombas que acudirem primeiro aos sinistros e dos munícipes que dispensarem água para o mesmo fim, incentivando assim um comportamento cívico por parte da população, como uma rápida estruturação logística do Serviço em causa, através de uma política de cooperação. Pela documentação de despesas de vencimentos e gratificações, estabelece-se a seguinte hierarquia orgânica do pelouro: inspector, escrivão, fiscal, meirinho, chefe de distrito, primeiro patrão, segundo patrão, servente⁵, encontrando-se ainda o Serviço territorialmente dividido em cinco distritos municipais (Ajuda, Alcântara, Belém, Benfica e São Sebastião da Pedreira, Carnide e Odivelas).

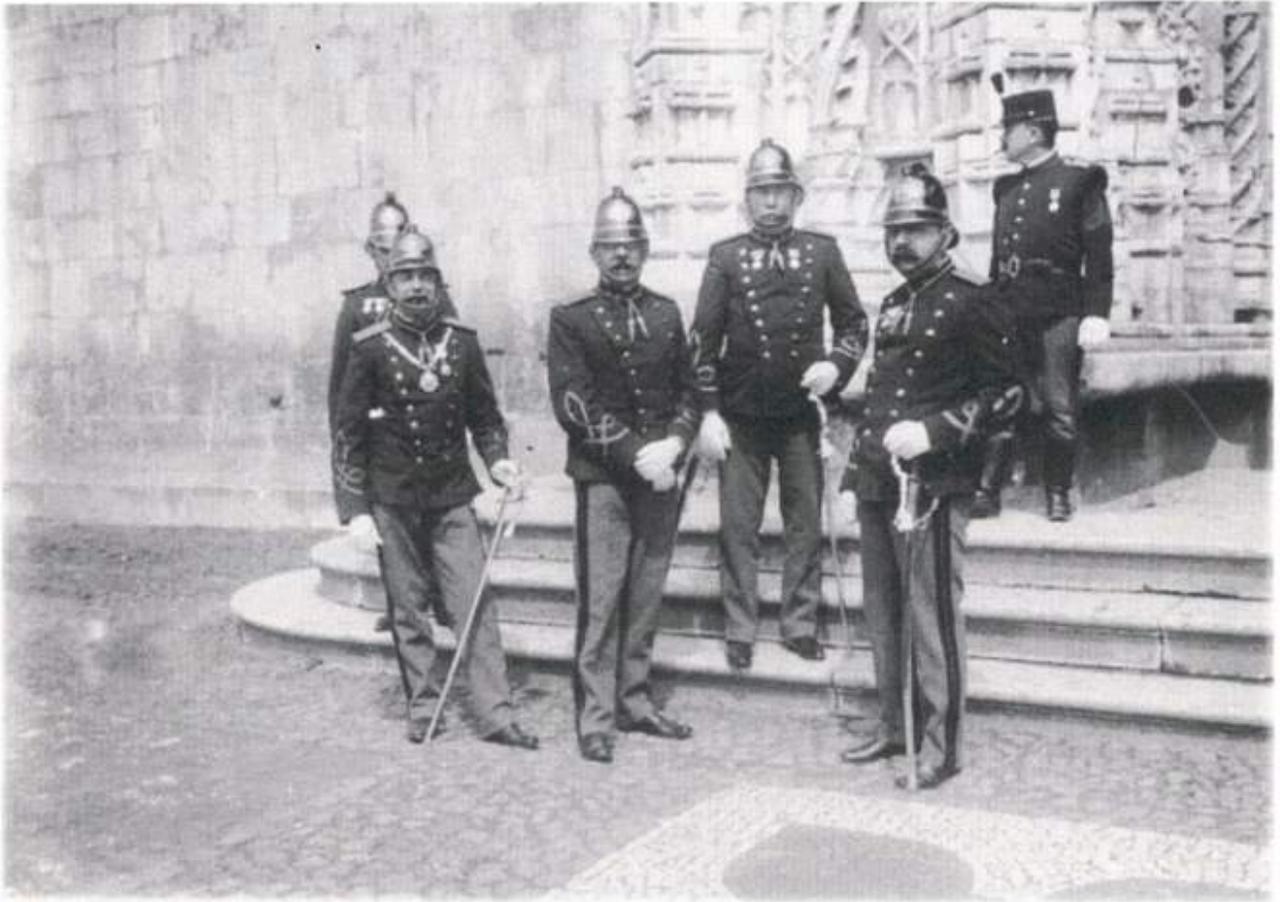
¹ Ver José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Imprensa Municipal, Lisboa, 1853, pp. 400-401.

² Ver *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Belém*, nº 4, fls. 184-185 (cota: AHCML - CMB Lv 9/4; ARQBase SC02-SR01-U104).

³ Ver *Código Administrativo*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1842, p. 31.

⁴ Ver *Editais da Câmara Municipal de Belém no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa (1858-1878)*, fl. 57 (cota: AHCML - CMB Lv 9/25A; ARQBase SC02-SR04 U105).

⁵ Ver Maço do *Pelouro de Incêndios (1861-1868)*, documentos diversos não numerados (cota: AHCML - CMB; ARQBase SC09-SR02-U101).



Bombeiros fardados à entrada do Mosteiro dos Jerónimos em Belém (Fotografia de Joshua Benoliel, 1908) (Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, P. 4175).

Quando Pedro Augusto Franco é eleito Presidente da edilidade do Restelo em 1869, o vereador do pelouro de incêndios é automaticamente o titular da vice-presidência (neste caso, Joaquim José dos Anjos) - situação alterada em 1872, embora retomada em 1874 e até 1885⁶, claramente demonstrante da importância hierárquica consagrada a esse Serviço municipal.

É aquele mesmo vereador que, ao assumir a presidência do município belenense em 1866, publica um novo edital regulamentar a 23 de Março daquele ano⁷, abolindo a deliberação normativa constituída pelo anteriormente referido. Esta nova disposição

⁶ Ver *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Belém*, nº 8 a 17 (cotas: AHCML - CMB Lv 9/8 - 9/17; ARQBase SC02-SR01-UI08 a UI17).

⁷ Ver *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Belém*, nº 6, fls. 484-486 (cota: AHCML - CMB Lv 9/6; ARQBase SC02-SR01-UI06);
Ver nota 4, fl. 18.

evidencia-nos um lógico incremento das receitas municipais, traduzido na evidente preocupação de investimento na modernização e ampliação dos equipamentos do pelouro, indiciando ainda uma significativa conjuntura económica nacional de desenvolvimento tecnológico desde a agricultura até à indústria e passando pelos transportes. Passam então a existir dois carros de escadas (Tapada da Ajuda e Paços do Concelho) e oito bombas (Tapada da Ajuda, Alcolena, Paços do Concelho, Benfica, Carnide, Cordoaria Nacional, Casa Pia e Palácio da Ajuda) e aumentam-se os montantes dos vencimentos e gratificações ao pessoal hierarquizado e às viaturas concorrentes no combate aos fogos, definindo-se as respectivas formas de pagamento.

Paralelamente, é-nos também interessante verificar que os bombeiros não assistiam apenas a sinistros no activo, mas também desempenhavam funções preventivas de segurança em importantes recepções protocolares, como no baile de gala realizado no Palácio Real da Ajuda, em 13 de Dezembro de 1866, por ocasião da visita oficial da Rainha Isabel II de Espanha a Portugal e na respectiva hospedagem de 11 a 14 no Palácio Real de Belém⁸.

Para além destes exemplos evidenciadores de protecção civil, a Câmara Municipal de Belém preocupava-se igualmente com a segurança do seu próprio património. São os casos da proposta do Presidente João António de Sousa, efectuada na sessão de 27 de Julho de 1865, em oficiar a todas as companhias de seguros contra incêndios, pedindo auxílio para reformar o material da respectiva Repartição⁹, e o seguro anual contratado entre a autarquia e a Probidade - Companhia Geral de Seguros S. A. R. L., de Lisboa, em 22 de Agosto de 1881, por "*setenta carradas de palha existentes no edifício dos Paços do Concelho*"¹⁰.

Contudo, após uma implantação introdutória necessariamente paulatina, a grande fase de definição estrutural do pelouro de incêndios do município - reflectindo não só uma clara especificidade logístico-funcional, mas também a consequente definição estatutária de atribuições e competências - só se inicia com a promulgação do *Regulamento para a Inspeção dos Incêndios e polícia dos chafarizes do Concelho de Belém* de 4 de Agosto de 1870 (publicado pelo Presidente Pedro Augusto Franco, por edital de 1 de Março de 1871)¹¹, substituído pelo texto homónimo de 18 de Abril de 1872 (publicado pelo Presidente Francisco Izidoro Viana, por edital de 16 de Janeiro de

⁸ Ver nota 5.

⁹ Ver *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Belém*, nº 6, fl. 327; *Repertório remissivo das deliberações da Câmara (1864-1865)*, 27 de Julho de 1865 (cota: AHCML - CMB Lv 9/23; ARQBase SC02-SR04-U101).

¹⁰ Ver nota 5.

¹¹ Ver *Posturas e Regulamentos - Livro 1º*, fls. 95v-125 (cota: AHCML - CMB Lv 9/24; ARQBase SC02-SR03-U101).

1873)¹² e este finalmente pelo 15 de Dezembro de 1876 (publicado pelo novamente Presidente Pedro Augusto Franco, por edital de 13 de Julho de 1877)¹³, não se conhecendo documentalmente mais nenhum outro até à extinção da edilidade¹⁴.

No primeiro estipula-se a dependência da Repartição de Incêndios conjuntamente com a polícia dos chafarizes - como indicam os respectivos títulos -, mantendo-se a divisão estratégico-territorial do município em cinco distritos (juntando-se Santa Isabel a Alcântara) e estes em oito secções; a hierarquia orgânica e respectivos contingentes constituintes (1 inspector, 1 escrivão, 1 fiscal, 8 chefes de secção, 10 primeiros patrões - dois dos quais com a categoria de ajudantes do inspector -, 10 segundos patrões, 10 primeiros sotas, 10 segundos sotas, 40 condutores de máquinas matriculados, 40 condutores de máquinas não matriculados, 1 primeiro capataz, 1 primeiro ou segundo ligeiro e 1 segundo ou terceiro ligeiro - para as companhias de aguadeiros -, além de um número indistinto de carroceiros e varredores) e inerentes competências técnicas de cada função; normas regulamentares de circulação viária das máquinas acompanhadas dos respectivos funcionários; registo de pontos de presença, instrução formativa e questões disciplinares; montantes de prémios, remunerações e multas e respectivas circunstâncias de vencimento ou penalização.



Bombeiros Voluntários da Ajuda (Fotografia de Joshua Benoiel, inícios do séc. XX) (Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, P. 14868).

¹² Ver nota 11, fls. 160-188.

Ver nota 4, p. 6.

¹³ Com o título *Regulamento do serviço dos incêndios e política dos chafarizes do Concelho de Belém*, in *Posturas e Regulamentos - Livro 2º*, fls. 13-47 (cota: AHCML - CMB Lv 9/25; ARQBase SC02-SR03-UI02);

Ver *Posturas e Regulamentos - papéis diversos (1875-1884)* (cota: AHCML - CMB Doc. 3078; ARQBase SC02-SR15-UI01).

¹⁴ Situação confirmada pelo segundo acervo citado na nota anterior.

Verifica-se ainda claramente, face aos anteriores editais, um aumento do número de postos de incêndio e respectivos veículos (duas bombas nos Paços do Concelho, Calçada da Ajuda, Casa Pia, Cordoaria Nacional, Calçada da Tapada, Benfica e Rua do Machado) - demonstrando novamente uma contínua preocupação de apetrechamento técnico - bem como uma maior diversificação dos vencimentos e contribuições, por uma ampla redistribuição funcional das categorias profissionais inferiores (sendo ambos os casos indubitavelmente permitidos por um clássico crescimento de receitas e respectiva capacidade de reinvestimento, face a uma urgente necessidade de preparação logística de combate aos eventuais sinistros iminentes), além da atribuição específica da protecção física das bombas, poços, fontes e chafarizes e respectivos recursos hídricos regularmente utilizáveis em todo o município, bem como a responsabilidade directa de efectuar processos de vistoria e conceder licenças de funcionamento de fornos de cozer pão (prevenindo assim especializadamente quaisquer riscos de deflagração de incêndios industriais e domésticos)¹⁵.

Aqui se referem também, pela primeira vez em Belém, a presença de aguadeiros, descontinuando-se o número de badaladas de cada posto (possivelmente para desintegrar o concelho de Belém do número sequencial de postos de incêndio próprio do respectivo Serviço municipal de Lisboa, aquando da organização daquela Inspecção) e substituindo-se o cargo de chefe de distrito pelo de chefe de secção (certamente mais importante em termos logísticos na nova orgânica regulamentar) e abolindo-se o de meirinho (funcionalmente obsoleto enquanto magistrado judicial municipal, dada a nova estrutura disciplinar) e o de servente (substituído pelo desdobramento em sotas, condutores e aguadeiros - dada a ampliação de contingentes verificada - situação possibilitada pelas atractivas condições oferecidas por uma inerente estabilidade de rendimentos).

Diferentemente, o segundo regulamento insere na hierarquia o cargo de sub-inspector - como substituto natural do inspector e directamente responsável pelos 4º e 5º distritos, os maiores, mais populosos e distantes da sede do concelho, devendo ainda residir em Carnide -, retira os de fiscal e de chefe de secção e adiciona um funcionário às categorias de primeiro e segundo patrão e primeiro e segundo sota e quatro e oito respectivamente às de condutor matriculado e não matriculado (mantendo as restantes em proporção às companhias de aguadeiros existentes e ao número de máquinas em exercício), bem como veículos (mais uma bomba para Benfica), mantendo idênticas as remunerações e as multas.

¹⁵ Ver *Licenças e processos de vistoria de fornos de cozer pão* (cota: AHCML - CMB; ARQBase SC11-SR03 e SR04).

Finalmente, o terceiro altera apenas a residência do sub-inspector de Carnide para Benfica (considerada então a mais populosa freguesia do concelho, conseqüentemente necessitada de uma delegação responsável de vigilância), adicionando mais uma bomba para Belém e três carros (no total: 3 na Cordoaria Nacional, 2 nos Paços do Concelho e 1 no Largo do Calvário), além de prolongar o período normal de trabalho de incêndio de 6 para 10 horas, mantendo os mesmos montantes de vencimentos e multas (reduzindo efectivamente os salários e o pagamento por hora extraordinária) - o que poderá indicar uma eventual intensificação do serviço prestado pela Inspecção, acompanhada de uma prudente gestão orçamental de equilíbrio entre receitas e despesas.

Encontrando-se sintetizadamente as normas relativas à utilização urgente de poços particulares e disciplina penal dos aguadeiros no serviços prestado ao público e à Inspecção, no seu único Código de Posturas, promulgado em 1 de Agosto de 1872 (publicado por edital de 13 de Fevereiro do ano seguinte)¹⁶, a Câmara Municipal de Belém lega um pelouro de incêndios dinâmico e bem gerido ao longo dos seus 24 anos de existência, aquando da sua extinção pelo artigo nº 226 do título XIV da Lei da Reforma Administrativa do Município de Lisboa, de 18 de Julho de 1885 (em vigor a 31 de Dezembro), e pelo Decreto de 8 de Outubro, do Rei D. Luís I, transitando para a responsabilidade da tutela do município da capital esta importante ampliação de territórios e respectivos recursos, inerente à extinção do seu termo urbano, como referem os pontos 17º e 28º do artigo 10º do título I da mesma Lei supramencionada¹⁷.

¹⁶ Ver *Código de Posturas da Câmara Municipal de Belém*, Typographia Belenense, Ajuda, 1873 [1ª edição], pp. 24-26 (cota: BAHCML M-1252 Fundo Antigo); Belém, 1883 [2ª edição], pp. 30-32 (cota: BAHCML M-3812); In *Posturas e Regulamentos - Livro 1º*, fls. 205-206v.

¹⁷ Ver *Diário do Governo*, Imprensa Nacional, Lisboa, nº 163, 25 de Julho de 1885; *Diário do Governo*, Imprensa Nacional, Lisboa, nº 229, 12 de Outubro de 1885; *Collecção da Legislação Portuguesa publicada pela Empresa do Semanário "O Direito"*, Typographia do Jornal "O Progresso", Lisboa, 1885, pp. 101-123, 347.

Memórias dos

Banhos Termais de Lisboa

**Pelas imagens dos lugares onde outrora
brotavam as águas**

e delas se fazia uso em estabelecimentos

Jorge Mangorrinha

Introdução. As águas termais de Lisboa provinham de três locais diferentes: Alfama, Ribeira de Arroios e Arsenal da Marinha.

O seu uso, por parte da população, nem sempre conduziu à exploração dos aquíferos de uma forma continuada e científica, mas quando tal acontecia coincidia quase sempre pela construção de estruturas de apoio.

As termas da capital mais antigas remontam ao domínio romano, quando aqui se construíram dois estabelecimentos. Por um lado, as termas conhecidas como dos Augustais ou de Esculápio, situadas na Rua da Prata (na altura em plena zona portuária), eram constituídas de um criptopórtico que suportaria, por certo, o forum corporativo de Olisipo, um espaço para funções socio-económicas e religiosos; por outro lado, as termas dos Cássios, reveladas ao construir-se, em 1749, o Palácio do Correio-Mor, no sítio das Pedras Negras.

No velho bairro de Alfama, as águas que ali brotam fizeram surgir as alcaçarias ligadas, inicialmente, ao curtimento de peles, às lavagens de roupa e à ingestão. Estas águas terão sido a razão de ser do povoamento do sítio e contribuíram sempre para a dinâmica socio-económica da população. Para além dos chafarizes, eram estas nascentes aproveitadas para banhos que atingiram notoriedade a partir do século XVIII, quando a terapêutica das águas motivou de novo o interesse dos estudiosos e médicos e a uma renovação de todas as alcaçarias, cada vez mais transformadas em banhos, de acordo com as novas tendências da medicina da época.

As alcaçarias de Alfama (de caudal abundante) foram conhecidas, nesta altura, pelas Alcaçarias do Duque e pelas de D. Clara. Teriam a mesma origem comum com a das águas do Chafariz do Rei, do tanque das lavadeiras e as dos Banhos do Doutor e de J. A. Baptista. Foram construídos balneários nas emergências de D. Clara, Duque, Doutor e J. A. Baptista.

No pátio das traseiras dos Banhos de D. Clara, ficava um lavadouro público com entrada pela Travessa do Terreiro do Trigo, n.º 1, próximo do Beco dos Cortumes, com as mesmas virtudes das emergências vizinhas do Duque e de D. Clara.

Conta-se que o oblongo tanque de águas tépidas foi mandado construir durante o período de regência de D. Sebastião. No último quartel do século XIX, a Companhia das Águas transformou-o num depósito coberto, modificando o ambiente daquele recinto, muito frequentado pela vizinhança que ali juntava a lavagem da roupa com as novidades e mexericos do Bairro. Paul Choffat mediu neste depósito, em 1892, a temperatura de 30,6º.

Outras emergências próximas serviram também a população, embora num dos casos nunca talvez tenha havido qualquer equipamento de apoio a banhos, como é o caso da

Fonte do Cais da Fundição, entre o Entrepasto de Santa Apolónia e o antigo cais, frente à Rua Teixeira Lopes: noutro caso, difícil é localizar com precisão o sítio de funcionamento dos Banhos do Mosteiro, sob gestão dos religiosos de Alcobaça, na Rua do Terreiro do Trigo, talvez no quarteirão dos n.ºs 14 a 18.

Por fim, as águas do Arsenal da Marinha, após serem conduzidas para um estabelecimento construído de raiz com base nos mais avançados métodos de tratamento da altura, forneceu à capital um dos mais concorridos balneários termiais do país durante o período áureo do seu funcionamento.

São destes locais, pois, as memórias que desaguam neste apontamento sobre as águas termiais de Lisboa.

Banhos do Doutor (Fernando)



Estes famosos banhos quentes, com origem provável no período filipino, localizavam-se nas traseiras do Chafariz de Dentro, n.ºs 19-20, do lado da Rua de S. Pedro.

Francisco da Fonseca Henriques, em 1726, especificou na Ribeira, entre o chafariz de El-Rei e dos Paus, duas caldas ou alçaçarias, umas do Duque do Cadaval; outras de gente particular, ambas vizinhas e quase semelhantes.¹

As estruturas de apoio aos banhos foram reformadas em 1776, o que lhe aumentou a sua frequência e popularidade.

Em meados deste século, já não existiam, embora restasse uma bica de águas mornas correndo num nicho azulejado, no interior de um estabelecimento de bebidas, franqueado ao público.

O geólogo Paul Choffat determinou, através de um pequeno orifício, a altura de 2,70 metros desde o pavimento da casa até ao antigo depósito. Este investigador mediu a temperatura em 19,8 °, embora outras descrições refiram uma temperatura máxima de 27°.

Banhos do Mosteiro (de Alcobaça)



As descrições acerca destes antigos banhos não são coincidentes quanto à sua localização. No entanto, é de crêr que poderiam situar-se no quarteirão correspondente aos n.ºs 14 a 18 da Rua Terreiro do Trigo, onde os religiosos eram proprietários.

Na Idade Média, a exploração dos banhos públicos não estava claramente regulamentada e foi sempre motivo de contendas, como a que em 1392 envolveu o Senado da Câmara de Lisboa e os monges cistercienses de Alcobaça.²

¹ *Aquilégio Medicinal*, p. 52.

² *Freguesia de Santo Estêvão*, pp. 31-32.

Banhos das Alcaçarias do Duque (do Cadaval)



Estes banhos provêm das antigas alcaçarias existentes no mesmo local, ou seja onde se situam os n.ºs 52 a 60 da Rua do Terreiro do Trigo, no gaveto com a travessa do mesmo nome. Eram pertença da Casa do Cadaval e foram construídas, em 1640, por um mercador veneziano no sítio da quinhentista "casa da água das muralhas" e ampliadas, em 1716, através da construção de novo estabelecimento, sendo a exploração das suas águas concessionadas a D. Maria José Alvares Pereira de Mello, por alvará de 22 de Julho de 1894.

Estas águas foram as únicas do grupo aquífero de Alfama, cuja utilização médica se manteve através dos séculos até ao fecho do seu funcionamento. São referidas por Duarte Nunes Leão, em 1610, na *Descrição do Reino de Portugal* e, posteriormente, mereceram a atenção do médico Francisco da Fonseca Henriques, que refere, no seu *Aquilégio Medicinal*, de 1726, o conhecimento destas águas em mais de 200 anos. Posteriormente, estudaram estas águas, o boticário António José de Sousa Pinto, em *Análise química das águas férreas do Bom Jardim e dos Banhos das Alcaçarias da Casa do Cadaval*, estudo datado de 1818³, e do Prof. Charles Lepierre que, em 1926, elaborou um estudo químico para as suas duas nascentes – a situada por debaixo do arco do

Beco dos Cortumes e a outra, junto à parede lateral do edifício dos banhos, isto é, do lado da Travessa do Terreiro do Trigo.

Em tempos, as águas destas duas nascentes foram conduzidas para um mesmo depósito que se abria directamente no chão do Beco dos Cortumes, por debaixo do arco. Eram águas de natureza carbonatada sódica, mesotermal.

A sua aplicação terapêutica foi empírica durante um longo período. A tal se refere Francisco da Fonseca Henriques, considerando-as de muita utilidade em curar um grande número de estados mórbidos, dando-lhes uma categoria quase divina. Em setecentos, o estabelecimento era constituído por seis compartimentos para homens e oito para mulheres. A população de Lisboa utilizava-as em banhos e ingestão, para certas dermatoses crónicas, reumatismo, doenças metro-cervícites crónicas e doenças do aparelho digestivo.

O edifício setecentista dos Banhos das Alcaçarias do Duque foi substituído em 1864, e revestido, na fachada, segundo Júlio de Castilho, com "azulejo alegre".⁴

Constituía-se, nesta altura, por quinze quartos, "asseados, arejados e bem servidos", localizados nos pisos superiores, estando o piso térreo destinado aos banhos.

Na década de 1930, foi suspensa a exploração, quando o estabelecimento possuía dez compartimentos de 1.ª classe e quatro de 2.ª classe, procedendo-se, ainda nessa altura, a trabalhos de captação, orientados pelo Eng.º Freire de Andrade.

Continuadas tentativas de recuperação do estabelecimento termal não tiveram sucesso, pelo que, somente em 1985, é levado a efeito um contrato de arrendamento, procedendo-se a obras de reconversão interior do edifício para outros fins.

Alcaçarias ou Banhos de D. Clara

Estes banhos foram edificados, em 1759, por D. Clara Xavier de Aguiar, mulher do Sargento-mór Aurélio da Silva Castilho. O seu aparecimento veio aumentar a oferta local em banhos termais – somente a Travessa do Terreiro do Trigo os separavam das antigas Alcaçarias do Duque, das quais teriam a mesma origem e propriedades.

Nestes banhos, a água brotava em grande abundância, em reservatórios subterrâneos donde se extraía por bombas para as tinas.

Em 1867, Agostinho Vicente Lourenço determinou-lhe a temperatura em 33º, mas Paul Choffat, posteriormente, registou apenas 27,6º.

Em meados deste século, estas águas já se encontravam abandonadas, ao contrário das Alcaçarias do Duque, transformando-se num armazém de padaria, embora o som das suas águas ainda se escutasse por debaixo do pavimento.

³ Publicado em *Anais do Conselho de Saúde Pública do Reino*, t. IV, p. II.

⁴ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga (bairros orientais)*, vol. I, 2.ª ed., 1939, p. 305.

Banhos do (J. A.) Baptista



Ainda na Rua do Terreiro do Trigo, 80 a 82, não muito afastados do balneário de D. Clara, funcionavam os Banhos do Baptista, nome provavelmente do proprietário e explorador destes banhos.

Uma análise efectuada por Senna Correia, em 1872, refere uma termalidade compreendida entre 32° e 34°.

Encerrado já neste século, as banheiras do antigo estabelecimento foram enterradas sob o pavimento construído para receber escritórios, sendo o seu caudal desviado para as águas do Tejo.



Banhos de S. Paulo

O estabelecimento dos Banhos de S. Paulo foi construído na Travessa do Carvalho, junto à Igreja de S. Paulo, por forma a existir um local condigno para o aproveitamento terapêutico das águas do Arsenal.

Do poço que o abastecia, à direita da Avenida da Ribeira das Naus, conduzia-se a água por entubação subterrânea de cerca de um quilómetro até ao balneário.

Eram estas águas de natureza sulfúrea, cálcica, cloretada, hipotermal, sendo indicadas para reumatismos, dermatoses e vias respiratórias.

Este estabelecimento foi inaugurado em 1868, através da iniciativa de Agostinho Vicente Lourenço, sendo pertença do Ministério da Marinha. Em 1919, foi publicado o contrato de arrendamento com a Empresa de Exploração das Águas Sulfúreas do Arsenal da Marinha e, por despacho ministerial de 8 de Outubro de 1920, transferido esse arrendamento para a Companhia das Águas Medicinais do Arsenal de Lisboa, após as mudanças impostas pelo Decreto-lei n.º 22.882.

Estas águas foram analisadas, em 1857, por Abel Jordão; em 1871, por Agostinho Lourenço e, em 1922, por Charles Lepierre.

Durante mais de um século este balneário serviu a população da cidade que ali acorria em grande número, servindo gratuitamente também os marinheiros e soldados, os doentes pobres dos hospitais, dos asilos de infância desvalida e de mendicidade e os indigentes, quando a todos eles fosse prescrito tal tratamento. Em meados do século, constituía o balneário de maior frequência no país.

O estabelecimento acabou por ser encerrado ao público, em 1975, por motivo da poluição total da nascente abastecedora. A aquisição pela Câmara Municipal deste imóvel, em 1980, viabilizou a sua reconversão em sede da Associação dos Arquitectos Portugueses. Edifício classificado como imóvel de interesse público, em 1982, e com um uso público intenso e uma história ligada fortemente à vida da cidade, a intervenção nele operada respeitou o património, adequando princípios de contemporaneidade.

Conclusão. A existência de estabelecimentos balneares na capital registou uma história diferente da que conhecemos com a construção e desenvolvimento das estâncias termais no restante território, sobretudo a partir de finais do século XIX.

São estes balneários da capital frequentados, maioritariamente, pela população local, de modestos recursos, contrariamente da vivência nas estâncias termais, preenchidas por veraneantes que, sazonalmente, as transformavam em lugares de cura e vilegiatura.

Os balneários do bairro de Alfama localizavam-se numa área vocacionada para as actividades fluviais e marítimas, e ordenada em função da grande via paralela ao rio, donde partem as transversais à própria margem.

Por seu turno, os Banhos de S. Paulo situam-se em local de continuidade da intervenção pombalina, após o terramoto, e junto aos terrenos conquistados ao Tejo, a partir do chamado Aterro da Boavista. Já com o aterro executado à espera dos equipamentos fabris e comerciais, esta zona não perderia de imediato o seu ar pitoresco, com a permanência de faluas encalhadas esperando a maré, com o fluxo de gentes da faina do mar e estrangeiros que aí aportavam e desenvolviam um comércio caracterizado por bares e tabernas. De facto, por altura do início da exploração do estabelecimento dos Banhos de S. Paulo, a população já se acostumara com o novo desafogado terreiro marginal, após as obras de aterro. Este local já era olhado como um potencial passeio público agradável, alternativo ao decadente Passeio Público do Rossio, a fazer lembrar talvez as amplas alamedas das mais conseguidas estâncias termais do país.

A construção da estação ferroviária do Cais do Sodré, em 1928, fazendo a ligação do centro da cidade com a costa de praias, vem, por outro lado, tornar a zona de passagem e desviar a sua lateralidade cada vez mais para o centro.

Próprios de tempos que privilegiaram o são aproveitamento dos recursos aquíferos termais, os Banhos de Lisboa restam apenas, hoje em dia, como Memória, sem que seja possível recuperar a exploração das águas que se perdem no curso do Tejo.

Os Primeiros

"Banhos de Mar" Infantis

nas Praias do Rio Tejo,

Uma iniciativa da Câmara Municipal de

Lisboa da Primeira República

Nuno Campos

Mentalidade e perspectivas. Um novo olhar sobre a criança. Com os primeiros anos do século XX, assiste-se a um aumento da visão filantrópica da sociedade, e, mais concretamente, em relação aos mais indefesos e desafortunados ¹, as crianças. Com grande frequência e insistência, denunciavam-se as situações de miséria em que viviam, propondo-se, ao mesmo tempo, alternativas e mudanças em relação a elas.

Isto implicava ter de haver mudanças estruturais da sociedade, tendo como pano de fundo alterações de regime político, passando o povo a ser o cerne das preocupações. Tal só seria possível com a autonomia municipal, que representava o compromisso mais importante das autarquias, ou seja, eleitos pelo povo *"em favor do povo"* ².

As transformações sociais e culturais que se verificavam à escala internacional, mais particularmente europeia, com a proposta de uma nova sociedade, eram vividas pelos meio intelectual e político portugueses, que defendiam o mesmo para o país. Conhecedores e defensores das correntes socialista e comunista que iriam culminar na implantação de um regime socialista na Rússia, defendiam para Portugal uma sociedade apoiada numa justa distribuição do erário público, concretizada *"no mutualismo, no cooperativismo e na assistência"*, palavras do vereador Alexandre Ferreira, responsável, em 1925, pelas áreas da Instrução e Assistência municipais ³.

O futuro do povo, da nação, tinha como base a defesa do futuro das crianças. Propunha-se, assim, que este começasse pela melhoria das condições de vida das crianças, o que implicava uma responsabilização das autoridades e, mais concretamente, das ligadas à área da instrução ⁴.

Ao valorizar-se a descentralização política, achavam dever competir às autoridades locais a responsabilidade da assistência escolar, *"e muito principalmente aquela que proporciona às crianças as facilidades para um revigoração físico"* ⁵.

A cidade, a população e a água. As *Actas* das sucessivas Comissões Executivas camarárias anteriores ou posteriores à revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 revelam-se fontes importantes denunciadoras da realidade urbana de Lisboa,

¹ Antoine Prost. «Fronteiras e espaços do privado», in *História da Vida Privada*, vol. IV, p. 83.

² AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L., 1908* - Sessão de 3. Dez.;

³ AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L., 1925* - Sessão de 22. Mai.;

Torna-se interessante verificar a posição elogiosa tomada por este vereador em relação à política social da "república dos Soviets".

⁴ Marques Manso. «Hygiene escolar», in *Serões*, nº 57, pp. 177-184;

⁵ AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L., 1924* - Sessão de 14. Mai.;

degradante, deprimente e caótica. Em 1893, denunciava-se ser frequente “*haver inundações em diversos pontos da cidade... devido manifestamente á falta de escoante, para o que póde contribuir, além d’outras causas, a disposição, typo ou mesmo numero de sargetas*”⁶. Trinta e um anos depois, em 1923, este tipo de denúncias era o mesmo - “*Lisboa era uma linda cidade quando vista do Tejo ou de qualquer ponto elevado, mas examinada de perto deixava a peor impressão. Era suja, mal cheirosa, os seus habitantes pareciam doentes e tristes ...*”⁷.

As várias epidemias que grassavam na capital e que afectavam os seus habitantes tinham como foco de origem as más condições de higiene, as deficientes ou nenhuma estruturas de saneamento existentes, o que tornava Lisboa um local “*perigoso para viver...*”, como afirmava o vereador Marques da Costa⁸, realidade que poucas transformações iriam ter nos anos seguintes ^{*}.

Com um crescimento contínuo da população a residir em Lisboa, a sua maioria vivia em situação sócio-económica miserável, onde imperava a indigência ⁹.

A mortalidade em 1923 era elevada, “*á roda dos 25 por mil habitantes*”¹⁰, com as crianças a serem as primeiras vítimas, o que constituía, segundo o vereador Alfredo Guizado e corroborado por outros colegas autárquicos, “*uma verdadeira hecatombe*”¹¹.

Era nesta realidade que a maioria das crianças crescia e sobrevivia.

* AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L. 1892* - Sessão de 6. Abr. - denúncia de alagamentos em vários pontos da cidade, devido à rede de esgotos ser deficiente.

AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L. 1923* - Sessão de 20. Abr. - denúncia do mal-viver na capital feita pelo vereador Marques da Costa - “*As condições higienicas de Lisboa eram detestáveis. (...) A febre tifóide [causa] em Lisboa tantas victimas como em Inglaterra e o paiz de Galles juntos, por ano. Os esgotos de Lisboa eram simplesmente pavorosos*”.

AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L. 1926* - Sessão de 14 de Jan. - Proposta do vereador Almeida Santos para a construção de três lavadouros municipais, “*respectivamente em Santo Amaro, Alcantara e na antiga Fonte Santa*”.

⁶ AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L. 1892* - Sessão de 6. Abr.:

⁷ AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L. 1923*, pp. 41 e 42:

⁸ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1923 - Sessão de 20 de Abril:

⁹ Cf. n. 8:

¹⁰ AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L. 1923* - Sessão de 22. Mai.:

Segundo informação do vereador Alfredo Guizado, a mortalidade no ano de 1924 tinha diminuído em relação a 1923. A título de curiosidade, o vereador Melo Bryner punha o dedo na ferida, mencionando algumas das causas principais para tão elevada taxa de mortalidade - “*a pouca alimentação, a falsificação desta, a falta de assistência às mulheres e às criancinhas, etc.*”

¹¹ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1925, p. 365.

Porque surgiu a iniciativa dos Banhos de Mar. Duas vertentes houve para a implementação dos Banhos de Mar:

. uma **social**, e que tinha a ver com a existência de milhares de crianças pobres a viverem em Lisboa, *"onde... se recebam, alimentem e eduquem as crianças pobres e desvalidas que careçam d'essa tonificação"*¹²;

. uma **político-social**, relacionada com o papel interventor das autarquias junto das populações em idade escolar.

1ª Fase dos Banhos de Mar

A primeira referência camarária que se encontra quanto à importância dos Banhos de Mar como um projecto destinado às crianças data de 1908¹³. Só quatro anos depois, é que se voltam a achar referências aos Banhos de Mar infantis. Os seus promotores teriam sido as juntas de paróquia * e as associações de instrução e beneficência espalhadas pela cidade. Estas iniciativas e o apoio dado pela autarquia ter-se-iam mantido até 1916 **, embora não se tenha encontrado menção alguma para os anos de 1914 e 1915.

Podemos caracterizar este tipo de apoios a Banhos de Mar como pertencendo à fase em que a autarquia se limitava a dar apoio pecuniário a estas iniciativas associativas ou de juntas de paróquia, curiosamente num período em que vigorava ainda a descentralização política e que permitia uma participação mais directa dos municípios na sociedade.

* Uma *"das obras... que mais benefícios prestaram às crianças e à propaganda da Republica* (AHCML, *Actas das Sessões... 1913* - Sessão de 13. Jun.).

** 1912 - Cantina Escolar da Freguesia de S. Miguel - 36\$000 reis;
Associação de Assistência Infantil da Freguesia do Coração de Jesus - 72\$000 reis;
Academia de Instrução Popular - 36\$000 reis;
Comissão Executiva das Juntas de Paróquia de Lisboa - 450\$000 reis.
(AHCML, *Actas das Sessões... 1913* - Sessões de 13. Jun.; 22. Ago.; 24. Out.)

1913 - Comissão Executiva das Juntas de Paróquia de Lisboa - 450\$00;
Junta de Paróquia de Encarnação - 40\$00;
Academia de Instrução Popular - 40\$00;
Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil da Pena - 60\$00.
(AHCML, *Actas das Sessões... 1913* - Sessão de 4. Set.)

1916 - Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil de Camões - 60\$00;
Provedoria Central da Assistência de Lisboa - concessão recusada devido à atribuição de subsídios suplementares às cantinas escolares, por causa da *"carestia dos generos"*;
Assistência Popular da Paróquia Civil de Marquês de Pombal - recusada devido a atraso do pedido de subsídio.
(AHCML, *Actas das Sessões... 1916* - Sessões de 24. Ago.; 21. Set.; 16. Nov.).

¹² AHCML, *Actas das Sessões... 1908*, Sessão de 3. Dez. - proposta do vereador Luís Filipe da Matta sobre a política descentralizadora e as competências das autarquias;

¹³ Cf. n. 12;

2ª Fase dos Banhos de Mar

A partir de 1918, começava uma nova era para a educação infantil. Verificava-se a saída da legislação de Alfredo de Magalhães que, no capítulo educativo, consagrava o Estado como o principal responsável pedagógico. A lei de 10 de Maio de 1919, a reforçar a de 1918, estabelecia ser da competência das Câmaras de Lisboa e Porto *"apenas a parte administrativa"*¹⁴, segundo informava o vereador Alexandre Ferreira em 1923*.

Ao não poder intervir directamente nas escolas primárias oficiais de Lisboa, à autarquia era-lhe possibilitada *"colaborar com o estado em alguns dos ramos na educação da infância, tais como a Assistência"*, como declarava Alexandre Ferreira, em Sessão de Câmara de 17 de Junho de 1926 **¹⁵.

Era neste espírito descentralizador e ideológico que se iriam implementar os **Banhos de Mar infantis**, desta feita sob a égide da Câmara Municipal de Lisboa. Em Sessão de Câmara de 14 de Maio de 1924¹⁶, Alexandre Ferreira apresentava os objectivos essenciais que deveriam regulamentar esta iniciativa, os quais eram aprovados por unanimidade *"em Comissão Executiva"*:

- . o **tempo de duração** dos Banhos de Mar (Julho, Agosto e Setembro);
- . o **público-alvo** - o *"maior número de crianças pobres, em idade escolar"* e as *"escolas, tanto oficiais, como das mantidas pelas colectividades subsidiadas pelo cofre municipal"*;
- . o critério de **selecção das crianças**, *"sujeitas previamente a observação médica"*;
- . o **financiamento da iniciativa**, em que *"a importancia a dispende ... [saísse] da verba orçada sob a rubrica «Subsídios ás Cantinas Escolares e outras Instituições»"*.

* Quando se implementou a legislação de Alfredo de Magalhães, houve reacções por parte da autarquia lisboeta. Várias foram as intervenções de vereadores a fazerem um historial da política municipal da capital na área educativa para justificar a política descentralizadora e municipalista.

Na Sessão de 17 de Abril de 1923, na apreciação da lei de 10 de Maio de 1919, o vereador Alexandre Ferreira propunha que a autarquia aceitasse *"a administração do ensino primário, tal como se [achava] legalmente estabelecida, sem deixar, contudo, de pugnar pelo integral respeito das regalias municipais"* (AHCML, *Actas das Sessões...*, 1923).

Esta política educativa, que denominamo-la como semi-descentralizadora, poderia vir a ampliar-se numa descentralização plena, como comunicava o vereador da Instrução e Assistência, em sessão de 28 de Novembro de 1924, ao estar em preparação legislação a oficializá-la, mediante o alargamento dos poderes e das responsabilidades das autoridades locais (cf. AHCML, *Actas das Sessões*, 1924). No entanto, este desejo seria constantemente adiado, como se depreende da leitura das Actas das Sessões de 1926 (cf. *Actas das Sessões*, 1926).

** Nesta assistência e educação infantil, a Câmara Municipal de Lisboa intervinha nas seguintes áreas:

- . criação e apoio a cantinas, lactários e creches, inseridas numa política de *"suavizar a miséria fisiologica das crianças, na primeira infancia, filhos de genmte pauperrima... instituídas nos bairros mais populosos, onde superabunda a classe proletaria"*;

- . promoção de excursões escolares;

- . promoção de banhos de mar e colónias de férias;

- . estudo de implementação do ensino de ginástica no ensino primário.

(Cf. AHCML, *Actas das Sessões*, 1924, 1925 e 1926).

¹⁴ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1923 - sessão de 17. Abr.;

¹⁵ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1926 - Sessão de 17. Jun.;

¹⁶ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1924, pp. 248-249;

A razão eram as milhares de crianças carenciadas e a obrigação das autoridades locais em tentar solucionar esse problema ¹⁷.



Uma panorâmica das crianças que participaram nos Banhos de Mar de 1925.

A proposta era aprovada e elogiada por toda a Câmara, o que levou a que Alexandre Ferreira, praticamente dois meses mais tarde, propuzesse que a "*Câmara Municipal de Lisboa devia... [fazer da obra] uma instituição*" ¹⁸.

Ainda assim, esta intervenção camarária nos Banhos de Mar para crianças não significava que as outras instituições, como por exemplo as juntas de freguesia, não pudessem continuar a desenvolver por si mesmas um projecto idêntico. Era o caso da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, que informava a Câmara, em meados de Setembro de 1925, ter já realizado Banhos de Mar para as crianças residentes naquela freguesia ¹⁹.

17 - Cf. n. 16:

18 - AHCML. *Actas das Sessões...* 1924, p. 416:

19 - AHCML. Serviço de Instrução Municipal. *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*. Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - ofício de 11.Set.1925:

Primейros passos para a sua implementação. Como já se viu, na primeira fase dos Banhos de Mar, as iniciativa e responsabilidade cabiam às juntas de paróquia/freguesia e associações de instrução e beneficência. A segunda fase, já com maior responsabilização por parte da autarquia, era mais complexa, havendo o desejo que fossem atingidos propósitos culturais, pedagógicos e físicos, em relação às crianças.



Brincadeiras, quer em terra, quer na água.

É no respeitante a esta **segunda fase** que nos iremos debruçar mais detalhadamente.

Para dar início ao projecto de Banhos de Mar, e com base nos relatórios para os Banhos de Mar dos anos de 1924, 1925 e 1926 *²⁰, verifica-se que uma parte dos encargos eram suportados pelo Serviço de Instrução da Câmara, através da rubrica "Subsídios às

* Para os Banhos de Mar do ano de 1926, e apesar do golpe militar de 28 de Maio que derrubou a 1ª República, a estrutura da iniciativa manteve-se a mesma, ainda que com outras pessoas. A partir da data da substituição da Câmara pelas novas autoridades afectas ao novo regime (em Julho de 1926), quem assinava a documentação relativa à Instrução e neste caso mais concreto dos Banhos de Mar era o vogal da Comissão Executiva.

²⁰ AHCML. *Actas das Sessões...* 1924, Sessão de 22.Outubro:

AHCML. *Actas das Sessões...* 1925, Sessão de 11.Fevereiro:

Alexandre Ferreira. *Relatório da Repartição de Instrução e Assistência para o ano de 1925*. Imprensa Municipal. Lisboa, 1926, pp. 9 a 17:

AHCML. Serviço de Instrução Municipal. *Gestão Administrativa Escolar/Expediente e Memorandos do Serviço Instrução Municipal*. Lv. 019 (C.A. Lv. 374):

Cantinas Escolares e outras Instituições"²¹. Estes encargos diziam respeito, basicamente, à aquisição de alimentação, vestuário e apetrechos para os Banhos. Ainda assim, e para fazer face aos custos da iniciativa, o vereador Alexandre Ferreira iria contactar com várias entidades, públicas e particulares, a título institucional ou individual, a solicitar os mais variados tipos de apoio, resumidos em duas áreas:

Ajudas pecuniárias *;

Ajudas logísticas, mais concretamente ao nível humano, material e alimentar **.

Quanto aos apoiantes do projecto, estes resumem-se a dois tipos:

. Doadores, a título individual ou colectivo, *"que benemeritamente quizeram associar-se a esta obra"* através da oferta de *"fazendas, generos de alimentação e dinheiro"*²²;

. Estado (leia-se administração central e local) e associações ou colectividades que, gratuitamente ou através de pagamento, cediam ou prestavam serviços e equipamentos necessários aos Banhos²³.



Os escuteiros apoiavam a iniciativa.

* **Pedido de apoio monetário** (particular) - feito a Cândido de Sotto Mayor (bancário), realçando a miséria *"apavorante que oprime e depaupera a população infantil cidadina"* (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116);

Feito a várias instituições bancárias (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - Circ. nº 5); AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095);

Feito às Associações de Foot-Ball e União Portuguesa de Foot-Ball, propondo a realização de um jogo de futebol entre uma selecção da Associação de Foot-Ball de Lisboa e uma selecção de jogadores das outras associações filiadas na União Portuguesa de Foot-Ball, *"revertendo o producto liquido a favor da Obra da Assistencia"* da Câmara. A autarquia criaria uma Taça, denominada *"Lisboa-Portugal, Lisboa-Provincias"* ou outra qualquer denominação (AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - ofícios nºs 1895 e 1896); este desafio renderia 16.887\$25 (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - Mapa contabilístico dos Banhos de Mar de 1926, efectuada pela Repartição de Instrução e Assistência da C.M.Lisboa).

** **Pedido de tecidos e vestuário** - A Câmara, *"... apesar da importantissima verba que lhe destinou, se vê forçada a solicitar a colaboração de V. Exa., esperando que o seu coração, a sua inteligência e o seu patriotismo lhe prestarão o auxilio solicitado. Esta colaboração e o auxilio podem ser prestados com a oferta, insignificante que seja, de qualquer porção de fazenda para fatos de banho, bibes, etc., ou outra que fôr de vontade de V. Exa."* (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - Circ. nº 2); nota: o final desta circular variava de acordo com o destinatário:

Pedido de alimentos - *"... ofertando qualquer quantidade de pão, que fôr da sua vontade, o qual se mandará buscar em dia marcado com a antecedencia que V. Exa. deseja e se digne indicar"* (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - Circ. nº 3);

²¹ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1924, p. 249;

²² Cf. n. 20;

²³ Cf. n. 20;

Esta iniciativa dos Banhos de Mar infantis era baptizada de "Colónia Balnear Dr. António José de Almeida"²⁴ mediante proposta do vereador Raul Caldeira, em Sessão de 23 de Julho de 1924, porque "foi sempre um amigo dedicado e protector da pobreza"²⁵, palavras do vereador Alexandre Ferreira.

Público-alvo dos banhos de mar. Como já se viu, esta iniciativa dirigia-se às crianças pobres em idade escolar residentes em Lisboa, por um lado, e, por outro, às crianças que frequentavam quer as escolas oficiais, quer as criadas pelas associações culturais e apoiadas pela autarquia²⁶, a serem distribuídas pelos vários turnos de que se compunham os Banhos de Mar.

Para atingir este propósito, havia que fazer um levantamento estatístico das crianças residentes em Lisboa, que pudessem vir a beneficiar da praia. As autoridades camarárias procederam a contactos preferenciais com as autoridades educativas da cidade:

. Inspecções dos Círculos Escolares dos quatro Bairros Administrativos, para obter o número de alunos das escolas primárias oficiais²⁷;

. Direcções das escolas particulares (leia-se das colectividades e associações), a solicitar a mesma informação quanto aos seus alunos²⁸;

. Juntas de freguesia, afim de indicarem o número de crianças sob a sua protecção.

Havia de se proceder a uma selecção sanitária prévia das crianças com possibilidade de frequentarem os Banhos de Mar, o que só era possível com o apoio de médicos²⁹.

Além do pedido oficial ao serviço a que pertencessem, as autoridades camarárias convidavam pessoalmente os médicos para estas inspecções, solicitando que, caso aceitassem, informassem qual "a area da cidade que mais... [conviesse] em harmonia com as suas ocupações"³⁰. As respostas a este pedido quando favoráveis indicavam as zonas preferenciais para a realização das inspecções médicas, devendo ser, na sua maioria, próximas às residências³¹. "Parece-n'os que a melhor forma, de attenuar o sacrificio de tempo que teremos de supportar, será cada um... ocupar-se das Escolas da area da sua residencia..."³², escreviam dois médicos.

²⁴ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1924, p. 416;

²⁵ Cf. n. 24;

²⁶ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1924, p. 249;

²⁷ AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - officios-circulares nºs 167 a 170;

²⁸ AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - officios-circulares nºs 171 a 205;

²⁹ Alexandre Ferreira, *Op. Cit.*, p. 10;

³⁰ AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - officio-circular de 5.Maio, da Repartição de Instrução e Assistência para vários médicos;

³¹ Cf. n. 30;

³² AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - officio-circular de 11.Maio, dos médicos Luís António Xavier Júnior e Francisco Seia;

Com base nestas respostas, havia o cuidado em respeitar as escolhas, confiando-lhes as escolas vizinhas ³³.

Para além destas escolhas, a selecção médica dos alunos tinha a ver com o facto de serem alunos do ensino oficial ou do particular (este subsidiado pela Câmara). Os primeiros eram examinados por médicos da Inspeção Geral da Sanidade Escolar, organismo ligado ao Ministério da Instrução Pública. Os segundos eram-nos pelos médicos municipais, do Serviço de Higiene Municipal (cf. Quadro nº 1). Houve ainda inspecções feitas por outros médicos, a pedido dos interessados ³⁴.

O sucesso dos Banhos de Mar é confirmado pelo número de crianças abrangidas (cf. Quadro nº 2).

QUADRO Nº 1

CIRCULO ESCOLAR	1925		1926	
	CRIANÇAS INSPECIONADAS	Nº DE ESCOLAS	CRIANÇAS INSPECIONADAS	Nº DE ESCOLAS
1º BAIRRO *	1 064	14	1 279	12
2º BAIRRO *	964	18	1 201	17
3º BAIRRO *	1 466	26	2 037	26
4º BAIRRO *	1 359	16	1 779	15
ZONA ORIENTAL **	1 408		2 168	
ZONA OCIDENTAL **	966			
TOTAL	7 227		6 396	

FONTES: Alexandre Ferreira, *Relatório da Repartição de Instrução e Assistência para o ano de 1925*. Imprensa Municipal. Lisboa, 1926.

AHCML. Serviço de Instrução. *Ensino Pré-Primário e Básico/ Banhos de Mar*, cx. 003 (C.A. Cx. 095)

(*) No ano de 1925, as inspecções realizadas pelos médicos da Inspeção Geral de Sanidade Escolar tiveram em conta as escolas da rede pública oficial, respeitando a sua localização pelos 4 Bairros Administrativos da cidade.

(**) No ano de 1925, a divisão das crianças a inspecionar pelos médicos municipais teve em conta a localização das escolas particulares subsidiadas pela autarquia na Zona Oriental ou Ocidental.

QUADRO Nº 2

INSTITUÇÕES/ANO	1924	Nº CRIANÇAS	1925	Nº CRIANÇAS	1926	Nº CRIANÇAS
ESCOLAS OFICIAIS	-	-	74	4 288	82	4 235
ESCOLAS PARTICULARES	-	-	-	2 139	45	1 535
UNIDADES DE PREVENÇÃO	-	-	-	559	6	220
ESCOLAS	-	-	-	61	-	35
TOTAIS	-	3 204	-	7 047	-	6 025

FONTES: AHCML. Serviço de Instrução. *Ensino Pré-Primário/ Banhos de Mar*, cx.003 (C.A. cx.095)

Alexandre Ferreira, *Relatório...*

Anuário Estatístico de Portugal, 1925 - quadro 32, p. 53.

³³ AHCML. Serviço de Instrução Municipal. *Ensino Pré-Primário e Básico/Iniciativas Sócio-Educativas/Banhos de Mar (1926)*. Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - vários ofícios para os médicos apotantes;

³⁴ Alexandre Ferreira, *Op. Cit.*, p. 12;



Praia da Cruz Quebrada - Vista Geral dos Banhos de Mar infantis de 1925.

Como se processavam os Banhos de Mar. Os Banhos de Mar realizavam-se na praia da Cruz Quebrada, entre os meses de Junho e Outubro *, obrigando à sua adaptação com a montagem de instalações, que, de ano para ano, em função do número crescente das crianças abrangidas, eram cada vez maiores **. Havia a obrigatoriedade de enviar a planta dos barracões à Capitania do Porto de Lisboa, para esta apreciar e autorizar ou não a sua construção ³⁵. Uma vez ser um número elevado de crianças beneficiadas, a sua ida implicava a sua distribuição por turnos (5 a 6 por ano), cada um de 15 dias de praia seguidos (cf. Quadro nº 3).

* Em 1924, os Banhos tiveram o seu início na segunda quinzena de Julho e fim na primeira de Outubro (cf. AHCML, *Actas da Comissão Executiva, 1925*, Sessão de 11. Fev.);

Em 1925, começaram na primeira quinzena de Julho e terminaram na primeira de Setembro (cf. Alexandre Ferreira, *Relatório...* p. 14);

Em 1926, os Banhos começaram na segunda quinzena de Junho e acabaram na primeira de Setembro (cf. AHCML, *Actas da Comissão Executiva, 1926*, Sessão de 17. Jun.; AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. nº 095) - Mapas da organização e distribuição dos turnos de Banhos).

** Em 1926, para a construção dos pavilhões balneários, foram importantes as madeiras que serviram para o acondicionamento do gado argentino comprado para o abastecimento de carne à cidade de Lisboa (cf. Alexandre Ferreira, *Relatório...* p. 9).

³⁵ AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116);

QUADRO Nº 3

		1924		1925		1926	
		Nº de Turnos	Crianças abrangidas	Nº de Turnos	Crianças abrangidas	Nº de Turnos	Crianças abrangidas
Junho	1º turno	-	-	-	-	-	-
	2º turno	-	-	-	-	1	± 1004
Julho	1º turno	-	-	1	1 360	1	± 2 008
	2º turno	1	500	1	1 492	1	
Agosto	1º turno	1	510	1	1 475	1	± 2 008
	2º turno	1	544	1	1 628	1	
Setembro	1º turno	1	617	1 (*)	1 592 (*)	1	± 1 004
	2º turno	1	574	-	-	-	
Outubro	1º turno	1	559	-	-	-	-
	2º turno	-	-	-	-	-	-

FONTES: AHCML, *Actas da Comissão Executiva, 1925*

Alexandre Ferreira, *Relatório...*

Anuário Estatístico de Portugal, 1925

AHCML, Serviço de Instrução, *Ensino Pré-Primário/ Banhos de Mar(1926 - 1926)*, cx.003 (C.A. cx.95)

* Houve a eliminação do último turno, previsto entre 28 de Agosto e 11 de Setembro, uma vez ter começado a verificar-se a desistência de crianças, pelo que se teve de proceder à sua redistribuição pelos quarto e quinto turnos, e com o alargamento dos dias de praia (cf. AHCML, Serviço de Instrução, *Ensino Pré-Primário/ Banhos de Mar(1924/25)*, cx.002 (C.A. cx.116) -Ofício para a Carris, de 7 de Setembro de 1925, a comunicar a supressão de 1 carro de Alcântara, a partir de 8 de Setembro, por falta de crianças.

O transporte das crianças era efectuado pela Companhia Carris que alugava carros eléctricos * para fazerem as viagens de ida e volta entre os vários locais de partida e o Dafundo **. Daí à Cruz Quebrada, contava-se com o apoio de camiões do Serviço de Higiene da autarquia ³⁰.

* Para 1924, o transporte de crianças orçava os 37. 540\$00 (cf. AHCML, *Actas da Comissão Executiva, 1925*, Sessão de 11. Fev.);

Para 1925, este serviço rondava os 60. 000\$00 (cf. Alexandre Ferreira, *Relatório...* p. 14);

Para 1926, o transporte de crianças orçava os 68. 409\$00 (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)* - Mapa contabilístico dos Banhos de Mar, efectuado pela Repartição de Instrução e Assistência da C.M.Lisboa). Havia ainda o pagamento de bilhetes de eléctrico, por vários motivos, no valor de 61\$00, o que totalizava 68. 470\$00.

** Só foram encontrados os locais de partida para o ano de 1925. Indicam-se os turnos a que dizem respeito:

- . Alto Pina - 3º turno;
- . Arco do Cego - 4º turno;
- . Benfica - 4º turno;
- . Campolide - 2º turno;
- . Conde-Barão - 1º / 2º / 3º / 4º turnos;
- . Lgº de Alcântara - 1º / 2º / 3º / 4º turnos;
- . Lgº da Esperança - 1º turno;
- . Lumiar - 2º / 3º turnos;
- . Poço do Bispo - 1º / 2º / 4º turnos;
- . Rossio - 1º / 3º / 4º turnos;
- . Rotunda - 2º / 3º / 4º turnos;
- . Stº Apolónia - 1º / 3º / 4º turnos;
- . Stº Amaro - 1º / 2º turnos;
- . Voz do Operário - 1º turno;
- . Xabregas - 3º turno.

(Cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - vários ofícios do Serviço de Instrução para a Carris, a comunicar os locais de partida dos turnos para a praia).

* AHCML, *Actas das Sessões...*, 1925, sessão de 11.Fevereiro;

Alexandre Ferreira, *Op. Cit.*, pp. 13 e 14;

Os cuidados com as crianças

Além das inspecções médicas prévias para a selecção das crianças capazes de frequentarem a praia, as autoridades eram conscientes quanto a um outro tipo de segurança, este já no decurso dos Banhos. Para tal, contava-se com o apoio de várias corporações de bombeiros de Lisboa e de outras associações de cariz humanitário *, além de médicos municipais que, voluntaria e regularmente, se deslocavam à praia da Cruz Quebrada.



Na Cruz Quebrada, panorâmica oficial dos Banhos de 1925.

O pavilhão dos primeiros-socorros estava adaptado às necessidades mais imediatas. Era um pavilhão soalhado, pintado e perfeitamente identificado, com armários e marquesa ³⁷.

Outro tipo de cuidados passava por se fazerem "seguros de prevenção" com as companhias de seguros Lisbonense, Aliança e Aliança Seguradora ³⁸.

(*) Em 1924, havia o apoio dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, Bombeiros Voluntários da Ajuda, Bombeiros Voluntários Lisbonenses e Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique; contava-se ainda com o apoio da Cruz Vermelha e do Corpo de Salvação Pública (este ligado à Câmara) (cf. AHCML, *Actas da Comissão executiva, 1925*, Sessão de 11.Fev.);

Para 1925, tinha-se a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, Bombeiros Voluntários da Ajuda, Cruz Vermelha e Corpo de Salvação Pública (Alexandre Ferreira, *Relatório...*, pp. 12 e 13);

Para 1926, tinha-se o apoio dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, Bombeiros Voluntários da Ajuda, Cruz Vermelha, Cruz de Malta e Corpo de Salvação Pública (cf. Serviço de Instrução Municipal, *Gestão Administrativa Escolar/ Expediente e Memorandos do Serviço de Instrução Municipal*, Lv. 019 (C.A. Lv. nº 374);

A título de curiosidade, e de acordo com relatórios enviados por duas corporações envolvidas: em 1924, os Bombeiros Voluntários da Ajuda fizeram 181 curativos, e os Bombeiros Voluntários Lisbonenses 357 tratamentos, cada um na quinzena respectiva;

Em 1925, os Bombeiros Voluntários de Lisboa efectuaram 178 curativos e os Bombeiros Voluntários da Ajuda socorreram 390 crianças, cada um na quinzena respectiva.

(Cf. AHCML, *Actas da Comissão Executiva, 1925*, Sessão de 11. Fev.; Alexandre Ferreira, *Relatório...*, pp. 12 e 13).

³⁷ AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) -Mapa contabilístico dos Banhos de Mar de 1926, efectuado pela Repartição de Instrução e Assistência da C.M.Lisboa;

³⁸ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1925, Sessão de 11.Fevereiro; Alexandre Ferreira, *Op. Cit.*, pp. 13 e 14;

Uma vez haver estruturas montadas na praia durante o período dos Banhos de Mar, havia que tratar da sua segurança. Esta era efectuada por polícias da "esquadra da Câmara"³⁹, que efectuavam ainda a segurança dos transportes. Um outro serviço de alguns dos polícias era o de banheiros⁴⁰.

Quanto à alimentação e vestuário, e como já se disse, ou eram comprados ou eram oferecidos⁴¹. Para a confecção de comida, era construída uma cozinha com "9 fornalhas de tijolo e ferro e estrado de tijolos para o assentamento de 4 fogões de campanha"⁴², contratando-se cozinheiros*.

* O *Relatório...* de Alexandre Ferreira (p. 16) menciona, no referente aos Banhos de Mar de 1925, ter havido a contratação de "24 mulheres para serviços de cozinha, guarda de roupas, etc.", funcionárias, a maior parte delas, de vários serviços da Câmara. O Mapa Contabilístico dos Banhos de Mar de 1926 refere ter havido a contratação de "3 carroceiros... 1 servindo de cozinheiro" (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, cx. 003 (C.A. Cx. 095).

A alimentação base consistia de:

Nota: os dados para 1924 e 1925 são tidos como absolutos, baseados nos respectivos relatórios finais. Quanto aos de 1926, e embora haja um mapa contabilístico geral, consideramo-los relativos, uma vez haver a falta de informação em relação a outros géneros, que se sabe terem sido consumidos.

.açúcar - 839 Kgs. (1924) - 1.435 Kgs. (1925) - 1.785 Kgs. (1926)
.arroz - 143 Kgs. (1924) - 52 Kgs. (1925) - 25 Kgs. (1926) (*)
.azeite - 63 l. (1924) - 46 l. (1925) - 5 l. (*)
.batatas - 1.280 Kgs. (1924) - 2.334 Kgs. (1925) -- (1926) (**)
.bolachas - 22 latas (1924) -- (1925) (**) -- (1926) (**)
.cacau - 44.5 Kgs. (1924) - 10 Kgs. (1925) - 12 Kgs. (1926) (***)
.café - 178 Kgs. (1924) - 533.5 Kgs. (1925) - 521 Kgs. (1926)
.carne - 700 Kgs. (1924) - 300 Kgs. (1925) -- (1926) (**)
.cebolas - 106 Kgs. (1924) - 120 Kgs. (1925) -- (1926) (**)
.cenouras - 134 molhos (1924) - 177 molhos (1925) -- (1926) (**)
.chá -- (1924) (*) - 250 g. (1925) -- (1926) (**)
.feijão carrapato - 195 Kgs. (1924) - 300 Kgs. (1925) -- (1926) (**)
.fruta - 64 canastras (1924) - 48 canastras (1925) -- (1926) (**)
.leite -- (1924) (**) -- (1925) (**) - 64 l. (1926) (***)
.nabos -- (1924) (**) - 240 mãos (1925) -- (1926) (**)
.pão - 62.308 (1924) - 142.480 (1925) - 98.200 (1926)
.queijo - 55 Kgs. (1924) -- (1925) (**) -- (1926) (**)
.tomates - 112 Kgs. (1924) - 135 Kgs. (1925) -- (1926) (**)

(*) Gêneros ofertados;

(**) Gêneros que se desconhecem as quantidades;

(***) Gêneros comprados.

(Fontes: AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - Mapa contabilístico dos Banhos de Mar....)

AHCML, *Actas da Comissão Executiva. 1925*- Sessão de 11. Fev.;

Alexandre Ferreira, *Relatório...*, pp. 16 e 36)

Para o ano de 1924, é possível de estabelecer algumas ementas para as crianças: todos os dias, a cada criança era-lhe dada uma caneca de café (algumas vezes de cacau) e um pão ou um bolo. Aos domingos, porque as crianças estavam mais tempo na praia, eram-lhes dadas duas refeições - de manhã, era a do costume; à tarde, a segunda refeição compunha-se de pão, "um prato de carne com hortaliça ou arroz, e frutas" (cf. AHCML, *Actas da Comissão Executiva. 1925*- Sessão de 11. Fev.).

³⁹ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1925, Sessão de 11. Fevereiro;

Alexandre Ferreira, *Op. Cit.*, 1926, p. 17;

AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - Mapa contabilístico dos Banhos de Mar de 1926, efectuado pela Repartição de Instrução e Assistência da C.M.Lisboa;

⁴⁰ AHCML, *Actas das Sessões...*, 1925, Sessão de 11. Fevereiro;

Alexandre Ferreira, *Op. Cit.*, pp. 13 e 14;

⁴¹ Cf. p. 135 e respectivas notas de rodapé quanto aos vários tipos de apoio (monetário, tecidos e vestuário, alimentação);

⁴² AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1926)*, Cx. 003 (C.A. Cx. 095) - Mapa contabilístico dos Banhos de Mar de 1926, efectuado pela Repartição de Instrução e Assistência da C.M.Lisboa;

vigilante(s), possuidores de um cartão que os identificava como tal, que, diariamente, solicitavam o número de refeições necessárias⁴³.

Quanto ao vestuário, a Câmara entregava às instituições os fatos e chapéus de palha necessários a título de empréstimo, com o compromisso de, terminado o turno de praia, devolverem-nos à procedência*.

Cerimónias de abertura e encerramento dos Banhos de Mar. Sendo uma iniciativa dirigida às crianças, não fazia sentido que, no que era programado para começo ou finalização dos Banhos de Mar, elas não tomassem parte, ainda que como espectadoras.

A documentação para os Banhos de Mar de 1925 é a mais rica em informação quanto a este ponto, possibilitando ver as perspectivas dos promotores da iniciativa.

Quanto ao seu **início**, e ainda como forma de angariar fundos para os mesmos, era organizado um programa de festejos populares, o que contava com o apoio de vários intervenientes⁴⁴.

Para o seu **final**, e a exemplo do ano de 1924⁴⁵, a autarquia aproveitava a oferta da administração do Coliseu dos Recreios, "*Empresa António Santos (Sucessores)*", pondo à disposição duzentos lugares gratuitos para que as crianças das escolas apoiadas pela Câmara pudessem participar numa matinée infantil que o Coliseu dos Recreios organizava todas as quintas-feiras⁴⁶. Esta matinée oferecida teria lugar no dia 24 de

* Para 1925, encontra-se documentação da edilidade para instituições com crianças (Cantina de S. Miguel, Centro Botto Machado, Centro Castelo-Branco Saraiva, Centro Republicano de Belém, Sociedade Promotora e Escola nº 37 da Voz do Operário), a solicitar a restituição de fatos de banho, ou a comunicar o seu desaparecimento (escolas nºs 7, 8, 18, 24, 51, 52, 53/54, 56, 63, 71, 72 e 80 e Direcção-Geral do Ensino Primário e Normal). "*valendo cada fato 6 ou 7\$00...*" (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal. *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116).

⁴³ AHCML, Serviço de Instrução Municipal. *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - circulares datadas de 28 de Julho de 1925, enviadas para as várias instituições envolvidas com os Banhos de Mar a dar-lhes a conhecer a organização daquela iniciativa:

⁴⁴ AHCML, Serviço de Instrução Municipal. *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116): Os festejos de 1925 decorreram entre os dias 23 e 29 de Junho, com a actuação no primeiro e último dia da Banda de Música do Barreiro (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal. *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116)-ofício de 23 de Junho das autoridades camarárias para a administração da Carris, a solicitar transporte para os elementos da Banda de Música do Barreiro, do Rossio ao "*Mercado 31 de Janeiro, ao Matadouro*", onde actuariam:

· ofício de 25 de Junho das autoridades camarárias para a direcção da Sociedade União Operária de Carnide, a solicitar apoio para a noite de 28 de Junho;

· ofício de 29 de Junho das autoridades camarárias para os Caminhos de Ferro do Estado-Direcção do Sul e Sueste, a solicitar um "*vapor*" para a viagem de regresso da Banda de Música do Barreiro e mais espectadores a esta localidade, o que era concedido, com a partida prevista para as 1h. 30m. da manhã de 30 de Junho.

⁴⁵ Alexandre Ferreira. *Op. Cit.*, p. 31:

Esta cerimónia de encerramento abrangeria também as crianças que beneficiaram de uma Colónia de Férias, também organizada pelo pelouro da Instrução e Beneficência, na Quinta de Stº Elói (cf. AHCML, Serviço de Instrução Municipal. *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - ofício da Câmara para a Direcção-Geral do Ensino Primário e Normal, de 19 de Outubro, a solicitar a dispensa dos alunos irem às aulas no dia 24 de Outubro, pelas 12.00 horas).

Outubro, pelo meio-dia.

A exemplo dos Banhos de Mar, havia que organizar o transporte das crianças para o Coliseu, contando-se com o apoio da Carris⁴⁷.



Cerimónia pública da entrega das crianças às famílias na Câmara Municipal.

O ano de 1926 foi o último em que houve Banhos de Mar para as crianças por iniciativa da Câmara Municipal. Em 1927, os Banhos realizados já não tiveram a interferência directa da autarquia, sendo da competência do Concelho Central das Juntas de Freguesia de Lisboa e do jornal "O Século". A única menção encontrada sobre os Banhos de Mar infantis data de 1 de Setembro de 1927, em que, numa Sessão de Câmara, o vereador Ferreira Lopes fazia a proposta, com aprovação, por um lado, da transferência para o referido Conselho de todo o equipamento dos Banhos, e, por outro, da atribuição de um donativo ao mesmo Conselho, no valor de 3. 000\$00, como ajuda à sua realização.⁴⁸

⁴⁶ AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - ofício da administração do Coliseu dos Recreios para a C.M.Lisboa, de 16 de Outubro de 1925, a oferecer 200 bilhetes para crianças puderem assistir a uma matinée infantil;

⁴⁷ AHCML, Serviço de Instrução Municipal, *Ensino Pré-Primário e Básico/Banhos de Mar (1924-25)*, Cx. 002 (C.A. Cx. 116) - ofício das autoridades camarárias para a direcção da Carris, de 22 de Outubro de 1925, a solicitar o reforço de viaturas em locais mencionados para o transporte de crianças.

Locais de partida/carros envolvidos/escolas e centros beneficiados:

- . **Almirante Reis** - 1 carro - Escolas n.ºs 14; 25
- . **Alto Pina** - 1 carro - Escola n.º 40; Centro António Luís Inácio; Centro Afonso Costa
- . **Belém** - 1 carro - Escolas n.ºs 58; 61; 62
- . **Benfica** - 2 carros - Escolas n.ºs 47/48; 49; 45/66; 50; 84/85; Escola António Maria dos Santos; Albergaria de Lisboa; Junta de Freguesia de Carnide; Escola Nocturna; Escola Particular de Carnide
- . **Campo Grande** - 1 carro - Escolas n.ºs 33/34; Centro Alferes Malheiro
- . **Lg.º de Alcântara** - 1 carro - Escola n.º 56
- . **Lg.º do Calvário** - 1 carro - Sociedade Promotora
- . **Lumiar** - 1 carro - Escolas n.ºs 30; 31; 32; 65/66; Junta de Freguesia do Lumiar
- . **Pedrouços** - 1 carro - Escolas n.ºs 63; 64; Centro Escolar de Belém
- . **Poço do Bispo** - 2 carros - Escolas n.ºs 20; 53/54; 55/59; 71; Grémio de Instrução Nova
- . **St.º Amaro** - 3 carros - Escolas n.ºs 57; 76; 86; Grémio Republicano de Alcântara; Escola-Asilo da Sociedade Amigos da Infância; Centro Bernardino Machado; Grémio Social de Alcântara

⁴⁸ AHCML, *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa. 1927* - Sessão de 1 de Setembro.

A Fábrica de Gelo da Junqueira

Vasco Brito
Zita Escudeiro

O presente artigo destina-se apenas a divulgação do historial da Fábrica de Gelo da Junqueira, não sendo apanágio de uma investigação intensiva sobre o assunto.

Até meados do séc. XIX, o gelo natural era a única forma de obter o frio necessário à refrigeração e conservação dos vários géneros. Um longo caminho de experiências laboratoriais, feito de sucessos e insucessos foi percorrido, para se conseguir uma máquina geradora de frio.

William Culloen em 1755, conseguiu obter a primeira máquina produtora de gelo. Posteriormente os engenheiros Ferdinand Carré e C. Tellier foram os responsáveis pela aplicação desta técnica à indústria e, realizaram com êxito, o transporte de carne refrigerada, por mar, entre continentes. A partir daqui, vários foram os países que incentivaram o aperfeiçoamento e a aplicação desta nova tecnologia. Promoveram a publicação de revistas temáticas, fomentaram o associativismo, realizaram congressos internacionais (o primeiro ocorreu em 05 de Outubro de 1908, em Paris, na Sorbonne) e criaram a Associação Internacional do Frio (1909), que teve por objectivo, ser uma associação mista, composta por representantes de organismos oficiais, técnicos, cientistas, profissionais e associações.

Estavam dados os primeiros passos de cooperação internacional onde se promovia o progresso técnico-científico, através do confronto de ideias entre comissões, nos congressos internacionais, na divulgação em revistas da especialidade, no ensino, na normalização, na informação, na pesquisa, procurando sempre a colaboração e o desenvolvimento.

Portugal conhecedor das potencialidades desta técnica, procurou participar nos eventos internacionais que versavam esta temática. Foi assim, que em 1908, o Governo Português nomeou para seu delegado, José de Matos Braamcamp, para se fazer representar nos congressos e associações internacionais.

Não é fácil ter uma ideia precisa da realidade da indústria do gelo e refrigeração em Portugal. Apesar de os dados estatísticos serem escassos, foi possível detectar uma fábrica de gelo a laborar entre 1893-1897, tendo este número aumentado para cinco fábricas em todo o país, das quais duas se situavam em Lisboa. Em 1930, foram embarcados no Cais Livre do Porto em Lisboa 23. 114. 850 Kg de gelo. Perante um Portugal essencialmente rural, mas longe da reforma agrária, com um tecido industrial, dominado por empresas descapitalizadas, subdimensionadas, de tecnologia rudimentar e com índices de produção baixos, onde os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, a desvalorização do escudo em 1924 e a grande depressão de 1929, tinham afectado gravemente a economia e as finanças públicas, o Governo de então iniciou esforços no sentido de alterar esta tendência depressiva com o objectivo de garantir o sucesso de todas as empresas que pretendessem implementar-se. Criou normas e legislou, no

sentido de sujeitar essa implantação a autorização prévia, condicionando esta a requisitos tecnológicos e financeiros mínimos.

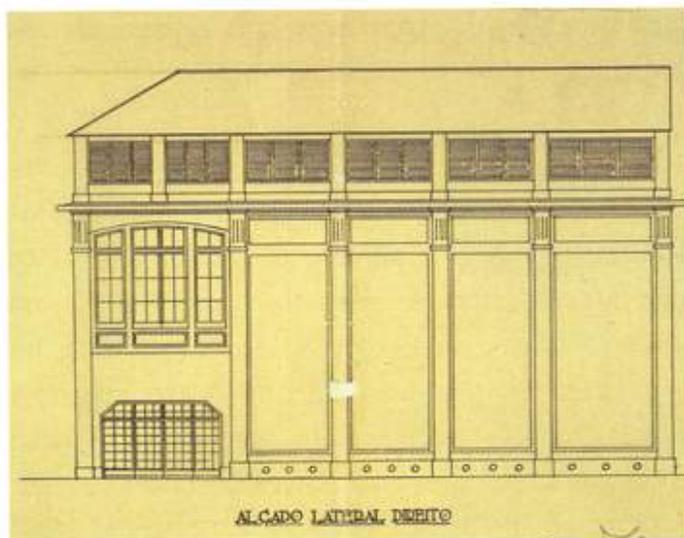
A indústria do gelo na vanguarda da tecnologia interessou o Governo Português, dentro de uma lógica dinâmica do sector secundário, para tal promoveu o desenvolvimento tecnológico, a capacidade criadora e capitalização nesta jovem indústria.

Em resultado desta política interessada, foi dada permissão para a construção da Fábrica do Gelo da Junqueira. Mandada construir por Manuel Moreira Rato Júnior.

Em Fevereiro de 1927 foi apresentado um projecto à Câmara Municipal de Lisboa, para a construção de uma Fábrica de Gelo, num terreno na Quinta do Almargem à Rua da Junqueira e do qual era proprietário. O projecto foi aprovado e a licença de construção emitida em 13 de Abril desse mesmo ano. A obra foi autorizada pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, apesar da Sociedade Portuguesa de Administração ter concessão camarária lavrada em escritura para a construção na Quinta do Almargem, com a cláusula de os edifícios se destinarem exclusivamente a armazéns, ou depósitos de materiais.

A construção da fábrica efectuou-se da seguinte forma:

- Um edifício destinado propriamente ao fabrico de gelo, onde seriam instaladas as cisternas, galerias, sulificadores e condensadores, este completamente fechado, de acordo com as especificações técnicas recomendadas para este tipo de edifícios industriais, pois a obscuridade é um factor de conservação.
- A ventilação foi também alvo de um sistema apropriado, dado que o seu controlo evita oscilações bruscas na baixa temperatura a manter.



evita oscilações bruscas na baixa temperatura a manter.

- Estas especificações podem ser observadas através do alçado deste edifício (fig.1).

- De um outro com um piso, destinado à casa das máquinas a qual ficou ventilada e iluminada por uma janela de três metros.

Fig. 1 - No Alçado Lateral Direito pode observar-se o sistema de ventilação junto ao telhado composto de seis aberturas cobertas por frestas em madeira, e de quatro paredes completamente fechadas, onde foram instaladas as cisternas, galerias, solidificadores e condensadores.

- E ainda um outro de dois pisos. o primeiro destinando-se a expediente e oficina, e o segundo a habitação (fig.2).

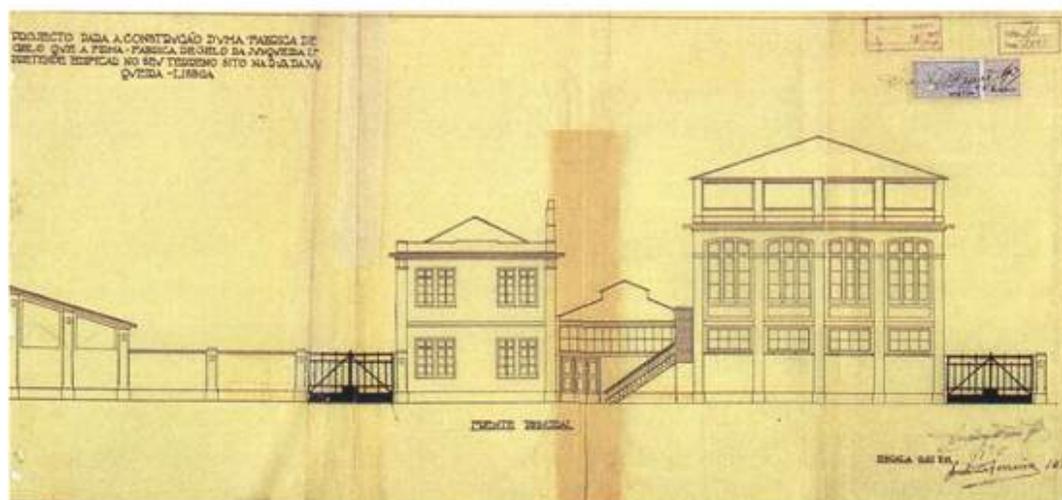


Fig. 2 - Desenho da Arquitectura com os Alçados dos Edifícios destinados a Expediente, Oficina, Habitação e Casa de Máquinas. É ainda visível os portões da fábrica e o telheiro para recolha de viaturas (Lado Esquerdo).

A estrutura dos edifícios foi executada em "Beton" formada por pilares, vigas e lages com a compressão de 50 Kg por cm².

O sistema utilizado na construção da estrutura da Fábrica de Gelo da Junqueira baseou-se nos tratados de "Beton" armado de procedência americana, segundo as prescrições do regulamento da American Concrete Institute de 1917, inscrito no Concrete Engennieers Handbook da autoria de George S. Hool e Natan Jonhson. Este sistema era conhecido pela designação geral de "Flat Slab Floors" e utilizando cimento artificial de primeira qualidade.

A construção da Fábrica de Gelo da Junqueira, cumpriu todas as normas inclusivé esta, utilizando o cimento artificial de primeira qualidade marca "Lis".

O referido sistema de construção, em Portugal era inovador. No entanto tinha a aceitação do Conselho Superior de Obras Públicas tendo sido aplicado na concretização de outros projectos tais como:

- Edifício do Crédito Predial da Rua Augusta e da Fábrica da Cerveja Estrela, no Campo Pequeno, ambos em Lisboa, e ainda na cobertura do grande depósito de águas em Sintra.

Apesar de o novo método de construção já ter dado provas, terá suscitado algumas dúvidas e por isso o próprio construtor António Ferreira, pediu um auto de vistoria à

Câmara Municipal de Lisboa, em 22 de Agosto de 1927, a fim de dissipar as dúvidas, o que de facto aconteceu com o auto de vistoria realizado no dia 4 de Novembro de 1927, concluindo-se que não havia anormalidades a registar e que os materiais empregues eram de primeira de qualidade.

A construção da fábrica, conclui-se em finais de 1927, entrando de seguida em funcionamento.

Desde o início que esta tomou a designação comercial de Fábrica de Gelo da Junqueira. Um ano depois, ou seja em 1928, o seu proprietário requereu à Câmara Municipal de Lisboa autorização para efectuar nova construção, o que foi autorizado pela Comissão Administrativa.

A obra realizada pelo construtor António Ferreira, saldou-se pela construção de um barracão em tijolo coberto com telha marselha e prolongamento do muro de vedação igual ao construído. As obras concluíram-se em finais de Março de 1928.

Em Maio de 1930, este barracão, destinou-se à criação de uma Fábrica de Redes de Arrasto.

Manuel Moreira Rato Júnior passou a ser proprietário de duas fábricas distintas:

- Fábrica de Gelo da Junqueira.
- Fábrica de Redes de Arrasto.

Em 1931, ambas as "empresas" passam a ter a sua sede na Travessa do Corpo Santo, fazendo-se a clara distinção entre o local das Fábricas e a Sede propriamente dita.

Esta separação do local de fábrica e da sede, durou poucos anos, pois no início da década de 40, a sede regressou ao local onde se situava a fábrica. Por deliberação camarária de 21 de Maio de 1931, publicada por Edital de 27 do mesmo mês e ano, ao arruamento designado por Rua Particular nº 1, à Rua da Junqueira onde se situava a Fábrica de Gelo da Junqueira, foi dado o nome de Rua Pinto Ferreira e por deliberação camarária de 28 de Novembro de 1935, foi atribuído os números de polícia 19, 22 e 23 a Fábrica do Gelo da Junqueira.

Esta numeração e a referida designação toponímica, mantiveram-se até à data da demolição do conjunto de edifícios da fábrica em 1988.

148

Segundo a documentação disponível, o volume de negócio da venda de gelo aumentou consideravelmente, o que justificou a construção de uma nova câmara frigorífica. Foi construída em betão armado, seguiu as fórmulas da circular Ministeral Francesa, relativamente aos cálculos das compressões. O autor do projecto foi o Engenheiro

José Machado Costa Rodrigues, e o construtor António Ferreira. Mais uma vez se denota, que a Fábrica de Gelo da Junqueira, aplicou novas técnicas de construção civil, as quais já tinham sido testadas em países estrangeiros (fig.3).

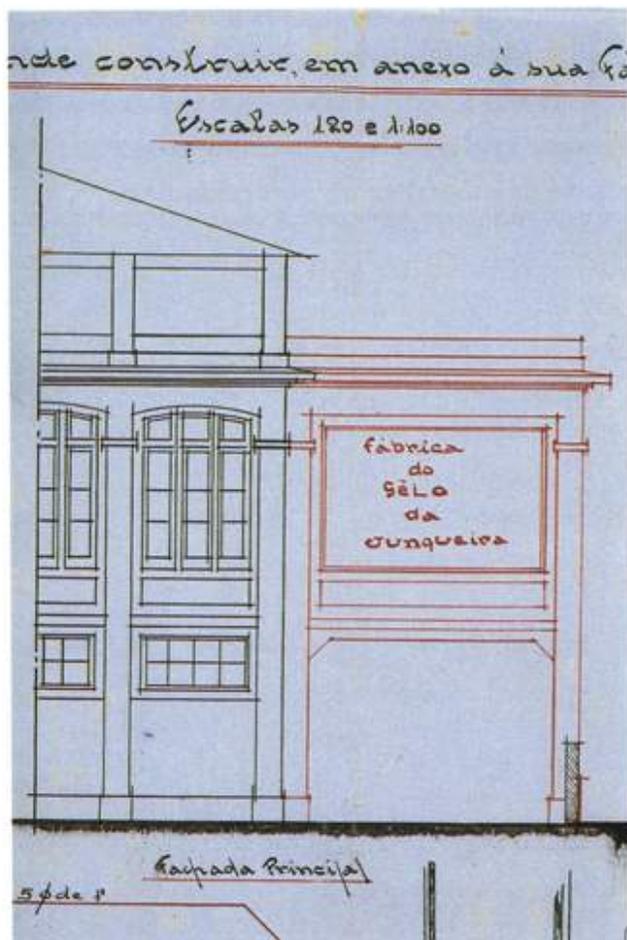


Fig. 3 - Alçado onde está desenhado a Nova Câmara Frigorífica a construir.

Também ainda nesse ano de 1935, a Fábrica de Redes de Arrasto, foi ampliada com uma construção destinada a armazenagem de redes já fabricadas.

O construtor desta ampliação António Ferreira, continua a ser o mesmo das obras anteriores. Segundo a documentação disponível, em 1938, Manuel Alberto Moreira Rato familiar do anterior, passa a contar com um sócio, Manuel Rodes.

Ambas as fábricas, passam a ter uma nova designação, a do Gelo passa a Sociedade da Fábrica de Gelo da Junqueira e a de Redes de Arrasto, a Fábrica Manuel Rodes de Redes de Arrasto Lda.

Não obstante este percaução, o volume dos negócios continua a crescer em especial, no que diz respeito ao fabrico e venda de gelo. A comprová-lo está a construção de um telheiro em 1945 destinado ao estacionamento e recolha das viaturas, uma vez que o existente, era já insuficiente, para o número de carros que a fábrica possuía.

O mesmo se passou, com a Fábrica de Redes de Arrasto, que em 1946 construiu mais um barracão para servir de armazém de redes fabricadas.

É de salientar que a designação de barracão, é proveniente da estrutura em que este é construído. As paredes são de tijolo, com a respectiva argamassa de cimento, e a cobertura, feita em estrutura de madeira, coberta com telha geralmente de tipo marselha. Estes acrescentos, parecem assim fugir à regra de construção dos edifícios principais da fábrica, os quais foram construídos com técnicas de construção inovadoras para a época.

Em 1948, ainda com venda de gelo ao público, a maior parte do seu fabrico destina-se ao abastecimento dos seus barcos de pesca, acontecendo o mesmo com o fabrico de redes de arrasto.

Embora se desconheça a data exacta em que Alberto Moreira Rato passou a ter barcos de pesca, no entanto através da documentação disponível constata-se que a grande expansão de ambas as fábricas deu-se em 1948. Efectuaram novas construções, relativas à Fábrica do Gelo nomeadamente a construção de mais uma câmara frigorífica e a modernização geral, devido a necessidade da montagem de novas máquinas.

Esta modernização prendeu-se, com a teoria e prática da nova exploração da indústria do gelo.

As câmaras frigoríficas aparecem acupoladas ao fabrico de gelo, para a melhor rentabilização das fábricas que o produzem. O produto aí produzido ou seja o gelo é assim aproveitado numa dupla vertente económica:

- Venda de gelo e congelação de produtos alimentares.

No entanto, através dos documentos verifica-se que as alterações em ambas as fábricas, são demonstrativas de um aumento do número de pessoal, de condições de trabalho e de produção.

Ambas foram alvo de melhoramentos gerais, balneários e refeitórios (fig.4).



Fig. 4 - Alçado de um dos refeitórios que foi construído

As obras foram executadas em harmonia com o ofício nº 3.742 de 4 de Maio de 1948, da terceira circunscrição industrial, conforme a portaria nº 3.657 de 6 de Julho de 1923 e decreto 8.364 de 25 de Agosto de 1922.

É de salientar, que a partir desta data os documentos oficiais emitidos pela fábrica, passam a ser carimbados, com um carimbo onde aparece a designação da fábrica. Uma vez que a sua produção encontrava-se no auge, este carimbo era de toda a conveniência para que a fábrica fosse o mais divulgada possível (fig.5).



Fig. 5 - Carimbo com a designação da Fábrica.

Sucederam-se outras ampliações, embora menos significativas, nomeadamente em 1946 e 1965.

Através dos documentos verifica-se, que entre 1964 e 1966, a propriedade da fábrica passa para António Moreira Rato, o qual se irá manter até ao encerramento desta. Após análise da documentação disponível, observa-se que a Fábrica de Gelo da Junqueira, esteve sempre a par das inovações tecnológicas, de forma a aumentar e melhorar a sua produção.

Esta inovação, estendeu-se também ao campo social já que em 1960 começou a empregar, mão de obra feminina.

Os portões da fábrica datados do início da construção (1927) sofreram grandes alterações em 1970.

Devido à pequenez das suas dimensões tiveram de ser alargados, para se poderem adaptar ao progresso, e permitir a entrada de camiões de transporte de grandes dimensões que deviam ter acesso às câmaras frigoríficas.

Em 1979, a Fábrica de Redes de Arrasto passa a ter uma designação diferente "Famar, Fábrica Mecânica de Redes de Arrasto".

Embora se desconheça as razões desta mudança de nome, ficamos no entanto informados de que esta estava mecanizada ao ponto de vir referenciado na designação comercial da fábrica. A partir de 1980, as câmaras frigoríficas da Fábrica de Gelo da Junqueira, passam a ser alugadas a comerciantes, para armazenamento de produtos congelados.

Deduz-se que a venda de gelo caiu e conseqüentemente a sua produção, provavelmente fruto da época, devido a generalização das câmaras frigoríficas.

Assim para rentabilização das câmaras frigoríficas existentes, algumas destas são alugadas.

Certamente que a produção de gelo e a sua venda entrou cada vez mais em decadência, pois através dos documentos disponíveis, verificamos que em Julho de 1984, existiu um plano de construção de dois edifícios a construir, no local da fábrica, o que implicaria a sua demolição.

O referido plano de construção, não teve seguimento por desinteresse do requerente. Apercebemo-nos de que a Fábrica de Gelo da Junqueira, entrou em crise por volta de 1980, da qual nunca mais se recompôs.

Provavelmente em meados de 1987 a fábrica foi penhorada e vendida em Leilão Judicial. Segue-se uma fase de abandono, que em fins de 1987, resultou em graves inconvenientes de salubridade.

As câmaras frigoríficas alugadas para armazenamento de produtos congelados, foram alvo de sucessivos assaltos que as desmantelaram completamente.

152

Os restos de peixe congelado, deixados no seu interior exalavam um cheiro nausebundo, que em muito incomodava os moradores da zona.

Esta situação despultou, um artigo de jornal, que por sua vez levou a intervenção

camarária com uma vistoria, na qual foi emitido o parecer que o edifício das câmaras frigoríficas deviam ser demolidos com urgência e limpa a área que ocupavam, em nome da higiene pública.



Fig. 6 - Fotografia demonstrativa do estado de degradação dos Edifícios da Fábrica em 1987.

Quanto aos restantes edifícios seriam também de demolir a curto prazo.

Empregeste Estudos de Gestão Empresarial, Lda e João de Sousa Proprietários do imóvel pedem à Câmara Municipal de Lisboa que lhe seja concedida licença de demolição do conjunto de edifícios de ambas as fábricas.

A demolição total ficou concluída em Novembro de 1988.

Em 1990 o terreno, passa a ser propriedade da Cooperativa de Ensino, Universidade Lusíada, Lda.

FONTES

Anuário Estatístico, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Boletim da Direcção Geral da Indústria, ed. Ministério do Comércio e Indústria, Lisboa

Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais, Ministério da Economia, Secretaria do Estado da Indústria, Lisboa.

Processo de Obra Camarária, da Rua Pinto Ferreira 19 a 23, torneja com Rua B.

CRONOLOGIA

1685 - Lahire de nacionalidade francesa, descobre a propriedade refrigerante do sal amoníaco.

1755 - William Cullen (1710-1790 /Grã-Bretanha), prepara gelo por evaporação rápida da água na campânula da máquina pneumática.

1777 - Gerald Nairne (1726-1806 /Grã-Bretanha), aperfeiçoou a técnica de William Cullen.

1810 - John Leslie (1766-1832 /Grã-Bretanha), aperfeiçoou a máquina de Gerald Nairne, absorvendo os vapores da água pelo ácido sulfúrico.

1821- Johann Thomas Seebeck (1770-1831 /Alemanha), descobre a forma de gerar corrente eléctrica pelo efeito termoeléctrico.

1824 - John Vallance (1800?-1846? /Grã-Bretanha), aperfeiçoou o processo de evaporação de água de John Leslie.

1828 - Richard Trevithick (1771-1833/Grã-Bretanha), efectua uma dissertação "The Production of Artificial Cold".

1834 - Jacob Perkins (1766-1849 /Estados Unidos), inventa máquina de frio por compressão. Utiliza éter na primeira máquina de frio industrial

Jean Charles A. Peltier (1785-1845 / França), descobre forma de baixar a temperatura através do efeito termoeléctrico.

1842 - Estados Unidos tentou o transporte de peixe, manteiga, caça, aves de capoeira num vagão arrefecido com gelo natural.

1822 - Bussy reconhece que a evaporação de dióxido de enxofre líquido produz frio.

1844 - John Gorrie (1803-1855 / Grã-Bretanha), obtém a primeira máquina de frio de ar

1850-53 - Alexander C. Twining (1801-1846 / Estados Unidos), constrói uma máquina de frio por compressão (éter) que produz 400Kg de gelo em 24 horas.

1855 - James Harrison (1816-1893 / Grã-Bretanha), constrói uma máquina de frio por compressão (éter) .

1857 - Ferdinand Carré (1824-1900 / França), estudou as máquinas de frio de éter e de amoníaco, aperfeiçoou a técnica de evaporação do éter pelo vácuo para obter frio.

- O construtor Londrino Siebe Bros fabricou a máquina de éter de Harrison.

1858 - Benjamin Nyce (1809-1873 /EUA), obteve uma patente para uma câmara isotérmica arrefecida por uma mistura de gelo e sal.

1859 - P.N.Russell, em Sidnei, fabricou a máquina de frio de Harrison.

1860 - A empresa Mignon & Rouart, em Paris, fabricou a máquina de frio de F. Carré.

1862 - Alexander Carnegie Kirk (1830-1892 / Grã-Bretanha), avançou na pesquisa de uma máquina de frio que causasse menos riscos que a de éter, construiu uma máquina utilizando a técnica de ar em ciclo fechado.

1863 - Charles Tellier (1828-1913/ França), recorre à absorção de amoníaco por dissolventes para obtenção de frio.

1866 - Edmond Carré (1823-1894 / França), construiu uma máquina produtora de frio através da evaporação da água sob pressão reduzida, absorvendo a água por

ácido sulfúrico e agitação do recipiente que contém o ácido.

Thaddeus S. C. Lowe (1832-1913 / Estados Unidos), inventa uma máquina de frio a dióxido de carbono e fabrica gelo posteriormente.

1868 - Nos Estados Unidos D.W. Davis obteve a patente para vagão de frio.

1868 - Franz Windhausen (1829-1904 / Alemanha), aperfeiçoa a máquina de frio de Kirk

1868-69 - Daniel Livingstone Holden (1837-1924 / Estados Unidos), realiza uma máquina de frio utilizando uma mistura de éter de petróleo e nafta.

1870 - Paul Giffard (1837-1897 / França), aperfeiçoou uma máquina de frio que funciona a ar em ciclo fechado.

1873 - David Boyle (1837-1891 / Grã-Bretanha), concebeu uma máquina de frio por compressão de amoníaco.

- Primeiro transporte de carne refrigerada (por gelo natural, pelo Atlântico, dos Estados Unidos para Londres (T.C.Eastman).

1874 - Raoul Pierre Pictet (1846-1929 / Suíça), concebeu o primeiro compressor gerador de frio de dióxido de enxofre.

1875-77 - Carl von Linde (1842-1934 / Alemanha), construiu a sua primeira máquina de frio por compressão utilizando éter metílico. 1876 - Descobriu a refrigeração por amoníaco e construiu o seu primeiro compressor de amoníaco (vertical). 1877 - Construiu o seu segundo compressor de amoníaco (horizontal).

1876-77 - Franz Windhausen (1829-1904 / Alemanha), construiu as primeiras máquinas de frio industrial a vapor de água.

- Primeiro transporte intercontinental de carne refrigerada por máquina de frio do Ruão para Buenos Aires e retorno (no «Le Refrigorifique» de Ch. Tellier).

1877 - Cailletet liquefez o ar.

1877-78 - Primeiro Transporte intercontinental de carne congelada de Marselha- Buenos Aires-Havre no «Paraguay» de (F.Carré).

1879 - Primeiro transporte de carne refrigerada por máquina de frio através do Atlântico Norte, dos Estados Unidos para Londres, no «Circassia».

- Nos E.U.A. foi construído o primeiro navio com instalação frigorífica.

1879-80 - Efectuado o primeiro transporte de carne congelada de Austrália para Londres no «Strathleven».

1882 - Primeiro transporte de carne congelada no veleiro «Dunedin».

1890 - Instalou-se a primeira máquina de frio por compressão de dióxido de carbono no barco Britânico «Highland Chief»

1891 - Em Julho foi editado o 1.º número da revista americana *Ice and refrigerating*.

1895 - Carl von Linde conseguiu a liquefacção industrial.

1898 - Em Abril foi editado o 1.º número da revista Britânica *Cold storage and ice trade review*.

- Na Rússia são construídos os primeiros vagões refrigerados a gelo para o transporte de manteiga siberiana

1899 - Foi criada a 1.ª Associação Nacional do Frio na Grã Bretanha intitulada *Cold storage and ice association*.

1900 - Surgiu em França a associação profissional o *Syndicat général de l'industrie frigorifique*.

- Em todo o mundo, cerca de 356 navios contêm instalações de frio (37% são máquinas de ar, 37% são máquinas de amoníaco e 25% são máquinas de dióxido de carbono).

- Nos EUA havia em funcionamento 50000 vagões refrigerados por gelo e em 1913 100000.

1901 - Primeiro comboio Russo frigorífico (maquinaria Linde) e o segundo em 1908 (maquinaria Humboldt).

- Na Alemanha foi construído um vagão de frio onde foi aplicada a técnica da evaporação do amoníaco a partir de um reservatório de amoníaco líquido.

1903 - Surgiu o primeiro número da revista francesa *Industrie frigorifique*.

1904 - Foi criada a associação americana *American Society of refrigerating engineers*.

1906-09 - Começaram a circular camiões isotérmicos em diversos países (Grã-Bretanha, Argentina, México, Alemanha, França, Itália) para transportar produtos congelados e refrigerados.

1907 - Foi construída a primeira estação de pré-refrigeração.

- José de Matos Braamcamp (Portugal), participou no Congresso Internacional de carnes em Hamburgo.

1908 - 5 de Outubro realizou-se em Paris, na Sorbonne o 1.º Congresso Internacional do Frio.

- Kamerlingh Onnes liquefez o hélio. - Setembro foi criada a Associação Nerlandesa do frio.

- Dezembro foi criada a Associação Francesa do frio.

- José de Matos Braamcamp participou no Congresso Internacional do Frio em Paris. Foi nomeado delegado de Portugal do Comité Internacional do Frio.

1909 - 25 de Janeiro foram aprovados os estatutos da Associação Internacional do Frio (A.I.F.). Janeiro foi criada a Associação Alemã do frio. - Fevereiro foi criado o Comité Russo do frio.

- Abril foi criada a Associação do frio da Áustria.

1910 - Outubro realizou-se em Viena de Áustria o 2.º Congresso Internacional do Frio

- José de Matos Braamcamp foi delegado da Câmara Municipal de Lisboa ao Congresso Internacional de Viena Austria.

- A 1 de Fevereiro foi publicado o primeiro volume do Boletim da Associação Internacional do Frio.

- Em Outubro o Boletim da Associação Internacional do Frio passou a ser publicado em Inglês.

1913 - Em Setembro em Chicago (EUA) realizou-se o 3.º Congresso Internacional do Frio.

- Kamerlingh Onnes - físico, recebeu o Prémio Nobel.

- A Itália possuía um contentor (4,5m³) arrefecido por gelo para transportar carne.

1914-39 - A frota de frio mundial passa de 1,9 Mm³ para 3,8 Mm³.

1920 - 21 de Junho a Associação Internacional do Frio passa a denominar-se Instituto Internacional do Frio sendo um organismo oficial intergovernamental.

- José de Matos Braamcamp foi o representante Português no Instituto Internacional do Frio.

1924 - Realizou-se o 4.º Congresso Internacional do Frio em Londres (Grã-Bretanha).

1925 - Keesom lecciona um curso internacional acerca das questões termodinâmicas em relação com o frio.

1928 - Surgiram os câmaras de frio isotérmicas e arrefecidas por gelo hidrico em Inglaterra e na Itália.

- Realizou-se o 5.º Congresso Internacional do Frio em Roma.

1931 - Nos EUA foi construída uma câmara de frio arrefecida por gelo de carbono.

- Arrefecimento de câmara de frio num camião através de evaporação de propano líquido, que é depois utilizado como carburante no motor.

1932 - Realizou-se o 6.º Congresso Internacional do Frio em Buenos Aires.

1934 - Nos EUA foi construída uma pista de Ski, no Madison Square Garden, em Nova Iorque

1936 - Nos Países Baixos foi construída uma câmara de frio arrefecida mecanicamente.

- Realizou-se o 7.º Congresso Internacional do Frio em Aia.

1945 - Realizaram-se as primeiras experiências no transporte aéreo de carne refrigerada na Australia.

1945-75 - A frota mundial frigorifica passou de 3Mm³ para 12Mm³.

1946 - Obteve-se chuva artificial por projecção de neve carbónica numa

nuvem nos EUA

1948 - Iniciaram-se as expedições regulares de transporte de carne refrigerada por avião do Chade.

1949 - Foi criada a associação europeia de companhias ferroviárias a «INTERFRIGO».

1951 - Agosto-Setembro realizou-se em Londres o 8.º Congresso Internacional do Frio

1954 - Portugal integra a Organização Intergovernamental do Instituto Internacional do Frio.

1955 - Setembro realizou-se em Paris o 9.º Congresso Internacional do Frio.

- Surgiu a «TRANSFRIGORROUTE EUROPE», para coordenar os transportes rodoviários de frio.

- Na Suécia surgiu o comboio frigorífico o «THERMOTRAIN».

1959 - Em Agosto realizou-se em Copenhaga o 10.º Congresso Internacional do Frio.

1962 - Nos EUA utilizou-se pela primeira vez o azoto líquido para arrefecer um vagão frigorífico.

1977 - Pelo Decreto-Lei nº 87/77 de 8 Março, foi criado o Instituto Nacional do Frio (Portugal) que tem por objectivo a realização de todas as operações que dizem respeito à coordenação e dinamização das actividades relacionadas com a produção e utilização do frio, nos seus aspectos didáctico, tecnológico, de planeamento e coordenação financeira. Em Setembro, surgiu a Revista Portuguesa de Frio, publicação trimestral, propriedade do Instituto Nacional do Frio.

